



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica / Laboratório de Saúde Mental e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Um sistema de análise de entrevistas forenses com crianças em casos de suspeita de abuso sexual

Reginaldo Torres Alves Júnior

Brasília (DF), 20 de maio de 2013.



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica / Laboratório de Saúde Mental e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Um sistema de análise de entrevistas forenses com crianças em casos de suspeita de abuso sexual

Tese apresentada ao

Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília

como requisito parcial para o título de

Doutor em Psicologia Clínica e Cultura

Reginaldo Torres Alves Júnior

Brasília (DF), 20 de maio de 2013.

“Um sistema de análise de entrevistas forenses com crianças em casos de suspeita de abuso sexual”

Reginaldo Torres Alves Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Tavares, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Debra Nelson-Gardell
Examinadora Externa (University of Alabama)

Profa. Dra. Lilian Milnitsky Stein
Examinadora Externa (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Angela Maria de Oliveira Almeida
Examinadora Interna (Universidade de Brasília)

Profa. Dra. Liana Fortunato Costa
Examinadora Interna (Universidade de Brasília)

Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição
Examinadora Interna Suplente (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Marcelo Tavares
Presidente (Universidade de Brasília)

Brasília (DF), 20 de maio de 2013.

Dedico esta tese aos nossos colegas de trabalho como uma reflexão sobre o que somos; o que fazemos; e o que queremos para as crianças que atendemos.

Agradecimentos

Agradeço às mulheres da minha vida, Adriane, Júlia, Helena. Elas me incentivaram a finalizar esta tarefa para voltarmos à nossa vida em família. Ao Prof. Marcelo Tavares que contribuiu com todas as etapas da pesquisa com as reflexões sobre como discutir com rigor, com clareza e objetividade os resultados; por compartilhar comigo a crença de que pesquisa empírica e as práticas baseadas em evidências têm um importante papel na psicologia clínica brasileira; pelo incentivo constante para seguir a carreira acadêmica; pela confiança que ele coloca em meu trabalho e por me fazer sentir especial. À Prof. Debra Nelson-Gardell que compartilhou com generosidade seu conhecimento da área, pela dedicação surpreendente a este projeto, por me fazer embarcar em uma “amazing intellectual adventure” e também por me fazer lembrar que por trás desse projeto há significados importantes. À treinadora sênior da National Children’s Advocacy Center, em Huntsville-EUA, Linda Cordisco-Steele por ter sido a peça fundamental na construção do sistema de análise utilizado. À Sra. Debbi Land, coordenadora da ClayHouse em Bessemer, e Teresa Young, doutoranda da Universidade do Alabama, pelo tempo dedicado nos estágios iniciais do trabalho. À minha grande e especial amiga, Denise Alfaiate, supervisora substituta da Seção de Atendimento à Situação de Risco da Vara da Infância, que aceitou entrar comigo nessa tarefa complexa e trabalhosa, compartilhando comigo os altos e baixos do projeto. À minha querida colega Viviane Amaral, uma pessoa com quem guardo um carinho muito grande, supervisora do Centro de Referência para Violência Sexual, pelos momentos de discussão que tivemos, pelos momentos em que pude ouvi-la falar sobre o tema publicamente e por vê-la em ação quando atendíamos juntos casos complexos. Aprendi a ser melhor com ela. Ao Dr. Renato Rodovalho Scussel, juiz titular da Vara da Infância e da Juventude, por garantir e autorizar a realização da pesquisa. Ao Eustáquio Coutinho, assessor técnico da Vara da Infância, por seus esforços e confiança no trabalho realizado pela equipe técnica. Aos meus colegas do Centro de Referência contra Violência Sexual, Cecy Alcantara, Maíra Negromonte, Cinara Evangelista, Luiza Santoucy, Viviane Faleiro, Ligia Persis, Maria Helena Quirino, Thereza Lins, Gabriela Bessoni, Jéssica Malaquias e Marina Fraga, por poder aprender com cada uma de vocês. Um agradecimento especial ao Marcos Perini pelo apoio e dedicação com a versão em inglês desta tese. Outro agradecimento especial à toda equipe da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo apoio financeiro que tornou possível durante o estágio doutoral na University of Alabama e a todas as pessoas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que apreciaram o meu pedido de liberação do trabalho para cumprir esta etapa de meu desenvolvimento acadêmico.

Sumário

Capítulo 1: Abuso Sexual Infantil – Compreendendo o Problema para Enfrentá-lo.....	11
Capítulo 2: Criação e uso de uma ferramenta para análise das Entrevistas Forenses.....	49
Capítulo 3: A Dinâmica das Entrevistas Forense Estudadas.....	72
Capítulo 4: Um diálogo entre a literatura e a pesquisa empírica.....	99
Referências	122
Anexo I: Comprovante de Aprovação pelo Comitê de Ética	135
Anexo II: Autorização de Reprodução do Processo de Questionamento RATAAC®.....	136
Anexo III: Categorias do Primeiro Teste de Codificação Independente.....	137
Anexo IV: Categorias Utilizadas no Segundo Teste de Codificação Independente	142
Anexo V: Categorias Utilizadas no Terceiro Teste de Codificação Independente.....	145
Anexo VI: Categorias Utilizadas no Quarto Teste de Codificação Independente.....	147
Anexo VII: Procedimento para a Identificação das Elocuções do Estudo	149

Lista de Figuras

Figura 1 La reproduction interdite.	11
Figura 2 Uma rede mais “sensível” pega “mais peixes”, mas também pega mais “peixes errados.”	19
Figura 3 Uma rede mais “específica” pega mais “peixes”, mas deixa escapar alguns “peixes certos”.	20
Figura 4 Os níveis de força das evidências. Adaptado de Hjørland (2011)	24
Figura 5 Saúde psicológica e física antes e após o abuso sexual.....	26
Figura 6 O papel das narrativas na avaliação da violência.....	30
Figura 7 O "topo" das evidências científicas	34
Figura 8 Evidências da "base" da pirâmide	38
Figura 9 O Processo de Questionamento no Protocolo RATAC®	39
Figura 10 Abordagem de Afunilamento das Entrevistas Forenses	43
Figura 11 Uma charge para exemplificar os limites do intercâmbio entre termos técnicos em duas línguas. “ <i>Eu fui abduzido por alienígenas, mas eles não me ‘sondaram’ porque eu não tinha nenhum plano de saúde</i> ”	55
Figura 12 Processos de convergência e de ramificação dos códigos no modelo teórico.	59
Figura 13 Evolução do percentual simples de concordância nos quatro estudos	62
Figura 14 Frequência das categorias do entrevistador	72
Figura 15 Frequência das categorias da criança	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 O sistema de análise das elocuições do entrevistador.....	64
Tabela 2 Grandes classes de elocuições das crianças e dos adolescentes	66
Tabela 3 Níveis de “profundidade” da revelação da criança.	66
Tabela 4 Ordem de entrevistas de acordo com o seu “tamanho” (número total de elocuições) e outras variáveis do estudo	75
Tabela 5 Frequência bruta, totais, médias, desvios padrões e correlação Pearson entre as categorias e o número total de elocuições da entrevista (ou “tamanho” da entrevista)	77
Tabela 6 Escores proporcionais, totais, médias, desvios padrões, correlação Pearson entre as categorias e o total de elocuições (ou “tamanho” da entrevista).....	78
Tabela 7 Resumo dos achados sobre as categorias da criança e o efeito nas correlações com escores brutos e proporcionais	81
Tabela 8 A relação entre as categorias da criança – correlações <i>Pearson</i> e níveis de significância (valores- <i>p</i>)	83
Tabela 9 Correlação Pearson e níveis de significância (valores - <i>p</i>) entre as categorias das crianças e as variáveis do caso.....	85
Tabela 10 MANOVA nas categorias das crianças e as variáveis do caso na conclusão final sobre o abuso sexual infantil.....	87
Tabela 11 A relação entre as elocuições do entrevistador – correlação Pearson e níveis de significância (valores- <i>p</i>).....	88
Tabela 12 Correlação de Pearson e níveis de significância (valores- <i>p</i>) nas categorias do entrevistador e as variáveis do caso	92
Tabela 13 Correlações de <i>Pearson</i> (<i>r</i>) e níveis de significância (valor- <i>p</i>) entre as categorias do entrevistador e do entrevistado.....	95

Resumo

Alves Júnior, R. T. (2012) Um sistema de análise de entrevistas forenses com crianças em casos de suspeita de abuso sexual. Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

O estudo avaliou os principais modelos de entrevista forense descritos na literatura para a construção de categorias de análise para investigar uma amostra de entrevistas realizadas com crianças suspeitas de terem sido vítimas de violência sexual no contexto de uma vara judiciária cível de proteção. Foram revisados os estudos empíricos de quatro modelos de entrevista para classificar o "nível de força" das evidências científicas que sustentavam suas recomendações, de acordo com o modelo da pirâmide das evidências científicas. Esses estudos serviram de inspiração para a criação de um sistema de análise de entrevistas forenses que foi testada em uma amostra de 31 entrevistas com crianças com idade entre 3 e 17 anos de idade. As categorias criadas foram testadas por meio do procedimento de análise independente de codificadores, gerando índices de concordância entre moderados e altos ($kappa > 0.68$) para todos os códigos usados, exceto um (elocução sugestivas). Houve um predomínio de elocuições de exploração da memória de reconhecimento em detrimento das elocuições de exploração e da memória de livre evocação, capazes de estimular relatos livres, e uma maior correlação entre elocuições de revelação da violência por parte da criança e o uso de elocuições facilitadoras por parte do entrevistador. Os dados são discutidos em torno da utilidade do sistema de análise de entrevistas forenses como uma maneira de estudar como as elocuições do entrevistador podem influenciar as elocuições da criança relacionadas à revelação ou não de possíveis experiências de violência e na possibilidade do modelo contribuir, no futuro, para a formulação de estratégias de capacitação de entrevistadores para a condução de entrevistas forenses com crianças suspeitas de serem vítimas de violência sexual.

Abstract

Alves Júnior, R. T. (2012). An analysis system of forensic interviews with children and adolescents in cases of suspect of sexual abuse. Brasília: Institute of Psychology of the University of Brasília

The study evaluated the main models of forensic interview reported in the literature for the development of an analysis system aimed at investigating a sample of interviews with children and adolescents suspected of having been victims of sexual violence in the context of a civil court for protection of children and adolescents. We reviewed the empirical studies of four interview models in terms of their "level power" of the scientific evidence that supports its recommendations, according to the pyramid evidence. These studies served as inspiration for the creation of a system analysis of forensic interviews which was tested on a sample of 31 interviews with children aged 3 to 17 years old. The categories created were tested by independent coder analysis, producing levels of concordance between moderate and high ($\kappa > 0.68$) for all codes, except one (suggestive utterances). The results shows a frequent use by the interviewer of probing recognition memory over the use of probing free recall memory, the later one capable of stimulating free reports by the interviewee, and a higher correlation between the disclosure of violence by the child and the use of facilitating utterances by the interviewer. The data are discussed around the usefulness of the analysis system of forensic interviews as a way to study how the utterances of the interviewer can influence the child's utterances related to the disclosure of potential experiences of violence and the suitability of the model to contribute in the future for the formulation of strategies for interviewers training to conduct forensic interviews with children and adolescents suspected of being victims of sexual violence.

Capítulo 1: Abuso Sexual Infantil – Compreendendo o Problema para Enfrentá-lo

Em 1937, o pintor René Magritte, renomado artista belga da escola surrealista, pintou o quadro *La reproduction interdite*. Reproduzimos a imagem na Figura 1. O que ela parece significar? Que tipo de motivação ou provocação o artista faz àqueles que apreciam essa obra? Para este autor, a imagem parece ilustrar um dilema frequentemente enfrentado pelos profissionais que lidam com a avaliação de casos de abuso sexual contra crianças¹. E, mais especificamente, os dilemas enfrentados pelos profissionais psicólogos e assistentes sociais que atuam no poder judiciário. É gratificante quando podemos atuar para interromper a exposição da criança à experiência que interfere gravemente em seu desenvolvimento. Mas no dia a dia de trabalho nos deparamos com casos nem sempre



Figura 1 *La reproduction interdite*.
Magritte, René (1937).

claros. Essa realidade parece mais a regra que a exceção. Indagações angustiantes emergem com frequência: O que pode acontecer com crianças e famílias quando se faz o “diagnóstico” de violência sem que ela esteja de fato presente? O que pode acontecer com crianças e famílias quando se deixa de fazer o diagnóstico de violência e ela, de fato, ocorre no seio da família? Olhar o contrário neste campo é tão assustador como olhar para a tela e ver o seu oposto, como na tela surrealista de Magritte.

¹ A partir deste ponto o termo criança será empregado de forma ampla e poderá se referir a qualquer pessoa com até 18 anos de idade, a não ser quando explicitado expressamente de outra forma.

A natureza polissêmica do fenômeno do abuso sexual será discutida neste capítulo, porém, provisoriamente entenderemos o abuso sexual como o envolvimento de crianças e de adolescentes em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa mais velha, em que haja diferenças de idade, de tamanho, de força ou de poder (Sanderson, 2005). No abuso sexual, a criança é utilizada como *objeto* para a gratificação das necessidades ou dos desejos do agressor. Esse conceito salienta a incapacidade da criança consentir com o autor da violência para manter a interação abusiva em função do *desequilíbrio* e da *desigualdade de poder* existente entre ambos, seja pelo nível de desenvolvimento, seja por eventuais incapacidades físicas ou mentais (Saffioti, 2000; Sanderson, 2005).

Para lidar com a gravidade do problema do abuso sexual infantil, um sistema social é particularmente demandado para coibir atos da violência e para proteger as vítimas: o sistema judiciário. Examinemos como esse sistema lida com o abuso sexual. Uma rápida consulta da jurisprudência sobre o tema no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios indica a necessidade de se criar condições adequadas para que a *palavra da vítima* possa se constituir como um meio de prova adequado para a tomada de decisões de responsabilização e de proteção.

A seguir, apresentamos o Acórdão relativo a uma apelação em segunda instância de um avô para se esquivar das consequências jurídicas do possível abuso sexual cometido por ele contra a neta. Para preservar a identidade dessa família, iremos chamar a criança de *Mariana*, e seu avô, *Sr. Renato*:

1. Réu acusado de infringir em continuidade delitiva o artigo 217-A do Código Penal, eis que teria **praticado atos libidinosos contra neta de sua companheira**, com apenas oito anos de idade, acariciando sua genitália por diversas vezes e praticando cunilíngua.
2. A prova nos crimes sexuais contra criança **não autoriza a condenação quando estribada exclusivamente no depoimento do infante**, haja vista a **sugestibilidade**, tendência à **fantasia** e **incapacidade de compreensão dos fenômenos humanos**, especialmente nos assuntos da sexualidade. A jurisprudência já consignou que **fatores psicológicos tornam deficientes os testemunhos infantis**, a saber: a) a **imaturidade orgânica** do infante implica a imaturidade funcional, ocasionando desenvolvimento

psíquico incompleto; b) a **imaginação**: atua de forma dúplice, como meio de defesa (mentira defensiva ou interesseira) ou de **satisfação de desejos** (brinquedos fantasiosos); c) **sugestibilidade** acentuada das crianças por volta dos cinco anos de idade, atingindo o ápice em torno dos oito anos, quando entra em declínio. Considerem-se, ainda, **fatores morais** que tornam testemunhos infantis deficientes, cogitando-se de uma imaturidade moral. A moralidade não é um fator inato, porém adquirido pela criança com base em estímulos ambientais e pressões externas. De tudo se conclui que o testemunho infantil, malgrado as sérias restrições que lhe são feitas, há que ser analisado dentro do contexto das demais provas colhidas.

3. **As incongruências nos depoimentos testemunhais** impedem um juízo de certeza acerca do cometimento do crime. Em casos de dúvida quanto à autoria do delito, deve ser aplicado o vetusto, porém atual, princípio do in dubio pro reo. Mantém-se a absolvição.

4. Apelação desprovida. (*Brasil, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2012, grifo nosso*).

Os julgadores de segunda instância responsáveis pelo desembargo da decisão que resultou na absolvição do avô em primeira instância apontaram uma série de fatores que invalidariam os testemunhos infantis nos casos de abuso sexual: Mariana, apenas por ter 8 anos de idade, tem seu testemunho julgado como fantasioso e deficiente. Os fundamentos desse julgamento, entretanto, não são sustentáveis do ponto de vista da literatura mais atual sobre o testemunho infantil (Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin, 2008a; Malloy, La Rooy, Lamb, & Katz, 2011), bem como desconsideram o fato de que as incongruências nos depoimentos podem ser explicadas por vários fatores além da idade: natureza da relação afetiva com o suposto autor da violência, o suporte do cuidador, o nível de trauma, o tipo de violência sofrida, a frequência de sujeição à violência, características de personalidade da vítima, entre uma série de outros fatores (Malloy, Lyon, & Quas, 2007).

Já o Acórdão descrito a seguir gerou jurisprudência que parece atribuir *pesos* diferenciados a alguns tipos de provas, especialmente às avaliações médicas, ou aquelas produzidas através do relato de adultos em posição de autoridade. Do mesmo modo, para personificar e preservar a informação, iremos chamar as crianças envolvidas de *Maria Clara* e de *Maria Ângela*, vítimas de abuso sexual por parte do padrasto, que iremos chamar de *Sr. Rodrigo*:

1. Réu condenado por infringir três vezes os artigos 147 e 217-A, combinado com o 226, inciso II, 69 e 71, do Código Penal, e com os artigos 5º, inciso II e 7º, inciso III, da Lei

11.340/2006, eis que **constrangeu as filhas menores de sua companheira à prática de atos libidinosos**, ameaçando-as, ainda, para que nada revelassem à mãe.

(...)

3. Depoimentos vitimários sempre foram reputados relevantes como prova, especialmente nos crimes contra a liberdade sexual, **quando se apresentem lógicos, consistentes e estejam amparados por outras evidências relevantes**. Maior cuidado se deve ter na apreciação do depoimento infantil, porque **crianças são susceptíveis a manipulação por adultos mal intencionados e tendem a fantasiar a realidade, especialmente nos aspectos referentes à sexualidade**. Não devem ser descartados, todavia, quando são consistentes e harmônicos os fatos relatados por duas irmãs entre dez e doze anos de idade.

4. Documentos oficiais contidos nos autos, tais como **laudos de exame de corpo de delito, relatórios de Conselho Tutelar** e o fato de estarem as vítimas regularmente matriculadas em escola pública, nas séries condizentes com a faixa etária, são hábeis à comprovação da idade inferior a quatorze anos na data dos fatos. (*Brasil, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2003, grifo nosso*).

Quando o abuso sexual ocorre no contexto familiar, como no caso do Sr. Rodrigo contra as enteadas Maria Clara e Maria Ângela, essa modalidade de violação frequentemente caracteriza-se como uma *interação relacional danosa* (Azevedo & Guerra, 1993; Cicchetti & Toth, 2005; Furniss, 1993). Isto ocorre porque o ambiente familiar falha em proporcionar as experiências necessárias ao desenvolvimento saudável de crianças. A dinâmica familiar que aprisionou Maria Clara, Maria Ângela e Mariana, o abuso sexual intrafamiliar, também se alimenta de fatores de ordem social e cultural que são reflexos de exercício transgredido e desequilibrado das relações de poder entre os atores sociais: entre Mariana e seu “avô” Sr. Renato; entre Maria Clara e Maria Ângela e seu padrasto Sr. Rodrigo (Saffioti, 2000; von Trotha, 2007; Wiewiorka, 1997). Apesar do potencial de causar prejuízos às crianças mencionadas, quando elas falam sobre essa experiência na justiça, seus relatos são ouvidos com suspeição.

Mariana, Maria Clara e Maria Ângela vivem em contexto histórico e social em que seus direitos fundamentais estão assegurados em lei e os episódios nos quais essas crianças figuram como vítimas são mais reconhecidos e combatidos, apesar do resultado diverso das duas decisões judiciais apresentadas. No Brasil busca-se combater a violência através de um amplo conjunto de códigos e documentos normativos. Sob a ótica constitucional, os

artigos 6º e 227º consolidam os direitos humanos de todas as crianças de não serem invadidas em seu corpo para satisfazer as necessidades sexuais de seus responsáveis ou de terceiros. Esses direitos procuram garantir-lhes a proteção integral por meio da responsabilidade solidária tripartite entre o Estado, a Sociedade Civil e a Família para crianças:

[São assegurados] com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal, 1988, Artigo 227).

Sob a ótica das medidas protetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), além de tornar compulsória a notificação de casos suspeitos e confirmados de violência, os atos sofridos por Maria Clara e Maria Ângela e por Mariana poderão implicar a adoção de medidas que interferem no vínculo que essas crianças mantêm com suas famílias de origem por meio de medidas como: o acolhimento institucional (abrigamento), a perda ou alteração de guarda, o afastamento do autor da violência do domicílio comum e os encaminhamentos obrigatórios para tratamentos de saúde para a criança e para os seus responsáveis. O Estatuto da Criança e do Adolescente também fornece subsídios para a atuação legal e para a aplicação de punições mais severas, caso as irmãs Maria Clara e Maria Ângela e Mariana também fossem vítimas de outras modalidades de violação, tais como aquelas decorrentes do uso, da posse, da transmissão, da comercialização de suas fotos e imagens para fins sexuais.

Sob a ótica criminal, os atos de violação sofridos pelas crianças citadas enquadram-se como crimes contra a liberdade sexual com agravantes de pena quando há relação de responsabilidade e afinidade, conforme a nova reformulação do Código Penal (Brasil, 2009). Os pais e responsáveis por Maria Clara, Maria Ângela e por Mariana, sob a ótica do Código Civil (Brasil, 2002), podem perder ou terem suspenso judicialmente o poder

familiar, pois há o reconhecimento de que a abuso sexual implica a transgressão do poder e do dever de cuidar e de educar.

Os profissionais psicólogos que podem ter atuado no caso dessas crianças também estão imbuídos do dever ético de proteger essas crianças por instrumentos normativos, pois o Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece nos seus Princípios Fundamentais I & II que a atuação profissional deverá ser pautada pela intervenção em prol da saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e para contribuir com a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Apesar de todos os sistemas normativos descritos anteriormente, os possíveis danos sofridos por crianças como as mencionadas nem sempre são reconhecidos pelo sistema jurídico e de proteção de forma adequada, o que representa em uma barreira para garantir que o abuso pare e que essas crianças sejam de fato protegidas (Faleiros & Faleiros, 2001). Para fundamentar as ações contra o abuso sexual e garantir o devido processo legal, o sistema jurídico deverá se utilizar de todos os meios lícitos de prova, entre estas a prova testemunhal e a prova pericial. A literatura, entretanto, indica a complexidade do reconhecimento desta modalidade de violação, tendo em vista que o *segredo* faz parte do jogo relacional patogênico do qual se alimenta o abuso sexual (Cicchetti & Toth, 2005). Estaria Mariana impedida de falar por um *pacto do silêncio* (Azevedo & Guerra, 1993) em que participa seu “avô”, Sr. Renato? Mariana foi considerada “*sugestionável*” e “*fantasiosa*” apenas porque tinha 8 anos de idade e suas sucessivas narrativas foram “*incoerentes*”. Que evidências sustentam que ela foi “calada” pela dinâmica opressiva do abuso? Que evidências sustentam que ela foi “manipulada” por terceiros em prol de uma

trama familiar? É possível que fantasias se manifestem em torno de atos de abuso sexual sem qualquer relação com o contexto familiar?

O segredo é parte do fenômeno da acomodação à situação abusiva (Azevedo & Guerra, 1993; Furniss, 1993; Summit, 1983). Em conjunto com o segredo, é comum a experiência do desamparo aprendido, do aprisionamento na relação, da negação e da demora e dificuldade de falar sobre as experiênciasabusivas. Esses elementos se constituem em importante barreira para que a criança ou o adolescente fale em juízo ou aos profissionais ao seu serviço, como os psicólogos e assistentes sociais que atuam na justiça, e precisam ser considerados antes que os testemunhos infantis sejam descartáveis apenas porque crianças podem ser “sugestionáveis”. O pacto de silêncio e a acomodação à situação abusiva são responsáveis por uma verdadeira *cifra negra* (Azevedo & Guerra, 1993), pois as estimativas apontam que 28% das vítimas jamais revelaram episódios abusivos em entrevistas para o sistema de proteção e 47% demoram pelo menos cinco anos para revelar o abuso (Smith et al., 2000).

O caso das irmãs Maria Clara e Maria Ângela é singular, pois os levantamentos estatísticos indicam que a abuso sexual deixa poucos vestígios capazes de serem identificados por perícia médica e não é facilmente testemunhada por terceiros, tendo em vista que a interação envolve frequentemente apenas o autor e a vítima (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Os casos de abuso sexual que são passíveis de identificação por perícia médico-forense também são pouco frequentes – as estimativas giram em torno de 10% à 1/3 de experiências abusivas denunciadas (Drezett et al., 2001; Habigzang et al., 2005). As evidências físicas, quando presentes, têm um importante impacto no reconhecimento jurídico da violação de direitos para aplicação de medidas e sentenças

(Myers, 1998), como foi o caso do agressor dessas irmãs. Entretanto, quando ausentes, resta apenas a palavra da criança e do adolescente.

Dados de pesquisas apontam que a revelação da narrativa sobre a violência no contexto legal é fortemente influenciada pela ‘distância’ do vínculo relacional entre autor e vítima: quanto mais próximo o vínculo, maior a dificuldade de revelação; quanto mais distante o vínculo, menor a dificuldade de revelação (Buzawa, Hotaling, & Byrne, 2007). Desse modo, a literatura e a experiência profissional apontam que a dificuldade para se falar da violência é a regra, e não a exceção. Na mesma linha, os estudos internacionais revelam que o caráter familiar e doméstico da violência constitui-se em uma importante barreira para a revelação (Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Priebe & Svedin, 2008).

Porém, uma série de características “pressiona” o abuso sexual para ser revelado: trata-se de uma forma de violação dos direitos da pessoa – uma violação da integridade do corpo e do desenvolvimento saudável da sexualidade humana – que tem o alto potencial de trazer consequências para a saúde mental de crianças vitimados (Drezett et al., 2001; Fowler & Chanmugam, 2007; Habigzang, Damásio, & Koller, 2013; Hébert, Tremblay, Parent, Daignault, & Piché, 2006). O abuso sexual também pode resultar em problemas relacionados à sexualidade (Chromy, 2007), comportamentos sexualizados não esperados para a idade (Friedrich, 1993; Friedrich et al., 2001); uma ampla variedade de diagnósticos de transtornos mentais – transtorno de estresse pós-traumático, transtornos de humor, transtornos de ansiedade, transtornos de personalidade (Briere & Jordan, 2009; Briere et al., 2001); e sérios problemas de saúde, tais como ideação suicida e atos tentados ou consumados de autoextermínio (Read, Agar, Barker-Collo, Davies, & Moskowitz, 2001).

Assim, o psicólogo e o assistente social que atuam na justiça são frequentemente chamados para mediar a relação da criança com os atores do sistema legal e favorecer a intervenção mais adequada para atender os objetivos das instituições demandantes e para atuar em defesa da proteção da criança (Santos, Costa, & Granjeiro, 2010; Froner & Ramires, 2008; Santos & Gonçalves, 2008). Para cumprir essa difícil tarefa, o psicólogo e o assistente social jurídico devem(ou deveriam) se pautar por práticas fundamentadas em evidências, pois o não reconhecimento da violência quando o fenômeno se faz presente implicará a dificuldade de aplicação de medidas de proteção à criança com graves consequências para seu desenvolvimento (Drezett et al., 2001; Habigzang et al., 2005). O reconhecimento da violência, quando o fenômeno não se faz presente, implicará a adoção de graves medidas restritivas de direitos aos adultos envolvidos. A metáfora do espelho invertido do pintor Magritte pode ser evocada mais uma vez para pensar no caso de Mariana: o que pode ter acontecido com ela após a não responsabilização de seu avô? O reconhecimento da violência por parte do sistema jurídico no caso de Maria Clara e de Maria Ângela garantiu efetivamente a proteção dessas crianças? Considere a Figura 2. Trata-se de uma metáfora para introduzir um importante conceito decorrente dos riscos dos falsos positivos e dos falsos negativos na avaliação do abuso sexual.

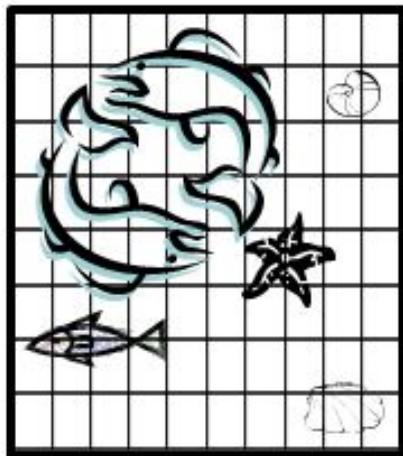
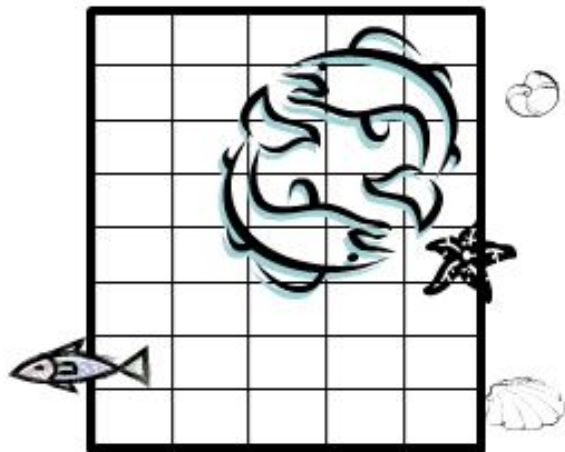


Figura 2 Uma rede mais “sensível” pega “mais peixes”, mas também pega mais “peixes errados.”

A metáfora e as perguntas sobre o destino de Mariana, Maria Clara e Maria Ângela nos remetem a uma busca de equilíbrio entre *sensibilidade* e *especificidade* da resposta profissional aos casos de abuso sexual. Maior sensibilidade aumenta a probabilidade de identificação do abuso, mas também produz mais falsos positivos, isto é, permite considerar como abusadas mais crianças que não foram vítimas de violência. Maior especificidade aumenta a certeza da existência do abuso, mas produz mais casos falsos negativos, arriscando deixar um maior número de crianças abusadas desamparadas. Aumentar a sensibilidade da resposta profissional pode implicar um menor número de crianças abusadas sexualmente “perdidas” no sistema por não terem sido reconhecidas como tal. Aumentar a especificidade da resposta profissional pode implicar um menor número de crianças que não foram sexualmente abusadas “entrem” no sistema por terem sido falsamente avaliadas como abusadas e gerar graves consequências penais para as pessoas apontadas como autores da violência (Everson, Sandoval, Berson, Crowson, & Robinson, 2012; Everson & Sandoval, 2011; Faller & Everson, 2012; Herman, 2009). A metáfora para compreensão dos conceitos de sensibilidade e especificidade na avaliação do abuso sexual refere-se à comparação do “poder” de seleção dos instrumentos utilizados com as *tramas da rede de um pescador* – quanto maior a área da trama, um maior número de “peixes certos” escapa pelas tramas da rede, porém aumenta-se o poder de pegar “os peixes certos” (Figura 3).

Figura 3 Uma rede mais “específica” pega mais “peixes”, mas deixa escapar alguns “peixes certos”.



Quanto menor a área de trama, menos “peixes certos” escapam pelas tramas da rede, porém aumenta-se o poder de pegar “os peixes errados”(Figura 2). Essa metáfora das redes do pescador pode nos ajudar a pensar como determinado “instrumento” pode ser “calibrado” para ter maior ou menor sensibilidade ou especificidade e pegar os “peixes certos”. Em nosso caso, os peixes certos são as crianças realmente vítimas de violência.

É importante observar, contudo, que quando as barreiras para revelação da violência são superadas e a criança narra no contexto social e legal a sua experiência, sua voz e a ação do profissional serão alvos do escrutínio crítico desses sistemas. No que se refere à criança, seu relato deverá passar, além da avaliação dos critérios de um real abuso sexual, pelo crivo de fatores de valoração ou de validade de seu testemunho para identificar se ela está reportando uma falsa memória da experiência (Stein, 2010), uma falsa denúncia por indução de terceiros (Amendola, 2009), ou vítima de alienação parental (Gardner, 2002, 2004).

No que se refere ao profissional, este deve ser capaz de demonstrar que sua intervenção pauta-se pelos critérios reconhecidos pela literatura e de apresentar tais evidências no seu parecer técnico (Habigzang, Dala Corte, Hatzemberger, Stroehrer, & Koller, 2008), especialmente em função dos estudos de sugestibilidade e das experiências e o funcionamento da memória aplicado à produção de testemunhos (Bruck & Ceci, 1999; Goodman, Quas, & Ogle, 2009; Goodman & Saywitz, 1994; Koriat, Goldsmith, & Pansky, 2000; Olafson, 2007). Esse tipo de linha de pesquisa trouxe à tona os fatores que levam uma criança ser, de fato, sugestionável conforme se verifica nas duas sentenças judiciais de segunda instância, mas não somente em função da idade e do nível de desenvolvimento, pois diferenças individuais, o nível de trauma e também o uso de determinadas estratégias por parte do entrevistador têm um importante papel na determinação da qualidade da

narrativa da criança e, desta forma, interferir na possibilidade de sustentar o caso no sistema de justiça (Hagborg, Strömwall, & Tidefors, 2012).

Esses elementos justificam a necessidade de se desenvolver o campo das estratégias de entrevista com fundamentos empíricos, pois erros de avaliação nos casos de abuso sexual trazem graves consequências para a proteção de crianças e para responsabilização do autor da violência. Para contribuir com casos como os de Maria Clara, de Maria Ângela e de Mariana, esta tese tem dois objetivos: (1) rever a literatura sobre a avaliação do abuso sexual por meio de entrevistas forenses; e (2) desenvolver e aplicar um sistema de análise de entrevistas forenses em uma amostra de 31 crianças atendidas no contexto judiciário para avaliação da necessidade de aplicação de medidas protetivas.

Para alcançar esses objetivos, serão apresentados, a seguir, os pressupostos filosóficos e os referenciais interpretativos que guiaram o recorte, o método, e a escolha das técnicas de análise utilizadas neste trabalho.

Pressupostos filosóficos e referenciais interpretativos

Na seção anterior, abordou-se como a metáfora do espelho de Magritte o fenômeno abuso sexual que pode trazer consequências graves para todas as famílias atendidas no contexto da justiça. Essa discussão levou à necessidade de buscar um equilíbrio entre *sensibilidade* e *especificidade* na avaliação do abuso. Para alcançar este equilíbrio, uma perspectiva *pragmática* de análise do problema foi adotada, orientada para a busca de fatos e proposição de implicações práticas. De acordo com Creswell (2013), as seguintes razões podem ser listadas para identificar nosso pressuposto filosófico como pertencente ao pragmatismo.

Qual a natureza e as características da *realidade* estudada? Sob a perspectiva ontológica, partimos do pressuposto de que o abuso sexual é um *fato* que ocorre entre indivíduos e grupos por meio do exercício e uso desequilibrado das diferenças de poder (Saffioti, 2000; von Trotha, 2007; Wiewiorka, 1997).

Como *conhecer* a realidade do fenômeno estudado? Sob a perspectiva epistemológica, a violência pode ser conhecida por meio de estratégias dedutivas e indutivas. Por vias dedutivas, podemos utilizar um conjunto de categorias prontas, derivadas da literatura especializada, para compreender as narrativas de crianças vítimas. Por vias indutivas, podemos estudar as características das elocuições das crianças, especialmente aquelas relacionadas à violência *como elas são descritas* pelos sujeitos, dando às crianças “a voz” para falar de suas experiências.

Que *procedimentos* adotar para estudar o fenômeno de interesse? Sob a perspectiva metodológica, reconhecemos a importância dos *métodos qualitativos e quantitativos integrados* com a perspectiva de capturar o fenômeno em sua *intensidade* e em sua *qualidade* (Creswell, 2007; Saldaña, 2011).

Qual é o *valor* atribuído às evidências obtidas? Do ponto de vista axiológico, reconhecemos a utilidade das chamadas “práticas baseadas em evidências”. No campo das práticas baseadas em evidências, é possível estabelecer um “grau de força” das evidências oriundas das pesquisas científicas. Mas, que tipo de evidência? Como podemos medir o nível de força de uma evidência? Em um sentido amplo, uma evidência é um *fato* que apoia uma conclusão, uma hipótese, ou uma crença (Rychetnik, Hawe, Waters, Barratt, & Demer, 2004).

Existem formas de medir o nível de força de uma evidência, por exemplo, por meio da “pirâmide” de classificação do nível de força de uma evidência derivada dos trabalhos

de organizações internacionais tais como a Colaboração Cochrane (Hjørland, 2011; Melnik & Atallah, 2011) e a Colaboração Campbell (Hammerstrøm, Wade, & Klint, 2010). A Colaboração Cochrane é uma instituição transnacional com objetivo de produzir revisões sistemáticas no campo da medicina e ciências da saúde. A Colaboração Campbell promove revisões sistemáticas no campo da educação, sistema de justiça e serviços sociais. Evidências obtidas por delineamentos de pesquisa descritos no topo da “pirâmide” (Figura 4) são, geralmente, consideradas mais rigorosas que as evidências próximas da base da pirâmide.

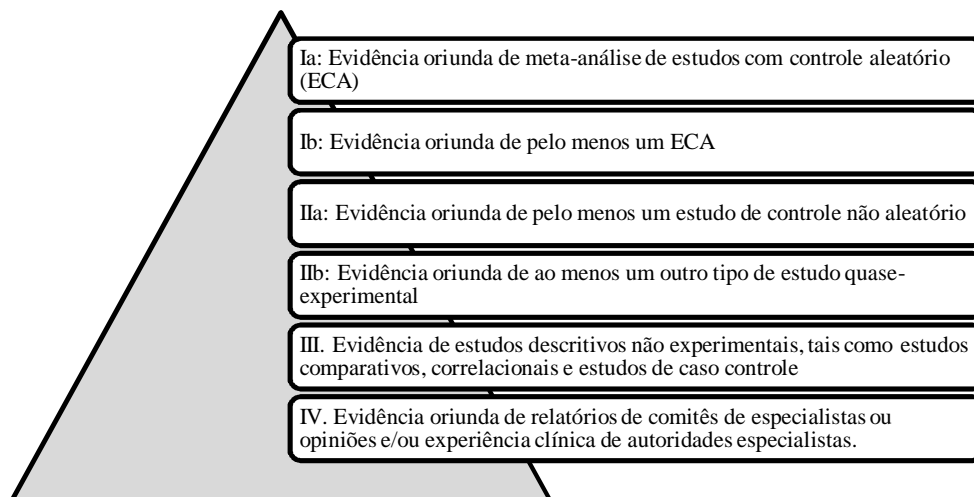


Figura 4 Os níveis de força das evidências. Adaptado de Hjørland (2011)

É importante esclarecer que evidências próximas da base da pirâmide não são consideradas ciência inadequada. De acordo com Hammerstrøm et al. (2010), algumas vezes evidências de meta-análises de estudos de controle aleatório simplesmente não existem. Desse modo, a melhor opinião informada sobre um tema em particular pode vir de opiniões de especialistas, ou seja, de evidências da “base” da pirâmide. Trata-se, portanto, apenas de uma gradação sobre a confiança que se pode ter sobre um tema com base na melhor informação disponível. O conceito de pirâmide também indica a tendência de frequência em que evidências de diferentes níveis encontram-se dispersas na literatura:

as meta-análises dependem de vários estudos de controle aleatório, portanto, tendem a ser menos frequentes. Estudos correlacionais e comparativos tendem a ser mais frequentes do que estudos de caso controle. Opiniões de especialistas tendem a ser mais frequentes que estudos empíricos.

Apresentados os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos e axiológicos, observemos novamente os casos apresentados no início do capítulo. Qual a natureza da evidência, do método utilizado, o nível de força de validade que apoia a conclusão de que o testemunho de Mariana é uma real negação de uma experiência que ela pode não ter vivido? E quando a conclusão de que o testemunho de Mariana é uma retratação de uma real experiência de violência?

As respostas para estas questões podem precisar de uma abordagem *pragmática* para auxiliar o uso dos melhores procedimentos informados por pesquisas para atender as necessidades de crianças em risco de sofrerem abuso sexual. A seguinte afirmação define visão desta pesquisa:

Na prática, o indivíduo que usa essa visão [*pragmatismo*] usará múltiplos métodos de coleta de dados para melhor responder às perguntas da pesquisa, empregará múltiplas fontes de coleta de dados, focalizará as implicações práticas da pesquisa, e enfatizará a importância de conduzir a pesquisa que melhor atende os objetivos da pesquisa (Creswell, 2013, p. 28).

Compreende-se a visão pragmática como uma escolha ética, pois os objetivos do estudo visam contribuir com profissionais para que atuem na interrupção da violência, favorecema proteção, a promoção de saúde mental e o acesso aos direitos fundamentais de crianças(Cesca, 2004; França, 2004; Froner & Ramires, 2008; Miranda Júnior, 1998).

Apresentados os pressupostos filosóficos da pesquisa, abordaremos na seção seguinte a revisão da literatura que dá suporte ao método e o processo analítico.

Como ter acesso ao fenômeno do abuso sexual contra crianças?

Considere a Figura 5. Suponha que seja possível medir a saúde física e psicológica de um indivíduo em tempo inicial (T1), antes de um evento traumatógênico, tal como o abuso sexual, ocorrido em seguida (T2). Então, suponha que seja possível medir novamente as mesmas variáveis com os mesmos instrumentos em um terceiro momento (T3). É bem possível que qualquer diferença na saúde física ou mental entre o tempo 1 e o tempo 2 se relacione ao evento de interesse. Embora dificilmente essa situação ocorra na vida real, uma forma de ter acesso à violência sexual é olhar para seus efeitos na saúde física e mental.



Figura 5 Saúde psicológica e física antes e após o abuso sexual

A violência sexual é um fenômeno relacional que ocorre “às escuras” (Azevedo & Guerra, 1993; Furniss, 1993) e é muito incomum ter alguém como testemunha de um evento abusivo. Quando alguém está presente, existe evidência na literatura mostrando que os jurados percebem diferentemente (e menos favorável) quando crianças que são testemunhas de seus próprios eventos abusivos do que crianças que testemunham eventos abusivos ocorridos com outras pessoas (Holcomb & Jacquin, 2007). Há a tendência que haja ações de aliciamento ou ameaças que aprisionam crianças em relações abusivas para evitar a revelação e manter o segredo e o silêncio (Alaggia, 2004).

Como eventos abusivos não são claramente observados, isto é, não é comum que o autor da violência se deixe observar por terceiros não implicados no ato abusivo, uma possível via de acesso ao fenômeno pode ser a avaliação dos efeitos do abuso na saúde

física. Infelizmente, avaliações médicas conclusivas são incomuns (Habigzang et al., 2005; Myers, 1998; Palusci et al., 1999). A alternativa poderia ser buscar os efeitos psicológicos e emocionais do abuso pela comparação dos resultados de escalas psicométricas antes e após o evento para tentar obter indicadores indiretos da violência sexual, ou por meio do estabelecimento de normas comparativas entre grupos de crianças vítimas de abuso sexual e grupos de controle.

Existe alguma evidência empírica capaz de discriminar crianças vítimas de violência de crianças não vítimas por meio de escalas de estresse pós-traumático, depressão e de ansiedade (Habigzang et al., 2008; Hébert et al., 2006; Miller & Veltkamp, 1995) até mesmo com alguns métodos projetivos, tais como o Rorschach (Fortes, Scheffer, & Kapczynsky, 2007; Gravenhorst, 2002).

É importante ter em mente, entretanto, que não é adequado o reconhecimento da violência e do abuso apenas em sintomas emocionais ou comportamentais (Rovinski, 2004). Há uma grande diversidade de consequências relacionadas à experiência abusiva, variando desde a quase total ausência de sintomas psicológicos até comprometimentos severos no desenvolvimento de pessoas. Vários mediadores podem contribuir para um comprometimento ou não da saúde psicológica, tais como o suporte dos cuidadores, habilidades de enfrentamento, gênero, idade, personalidade, natureza do evento abusivo, estresse relacionado à revelação, a recorrência dos eventos, etc. (Spaccarelli, 1994).

Em resumo, a ausência de indicadores físicos, emocionais e comportamentais não pode ser considerada ausência da violência. A presença desses indicadores não pode ser considerada evidência da ocorrência da violência. Os sintomas psicopatológicos poderão se relacionar com diversos fatores do contexto e da história de vida, e não apenas a um possível episódio abusivo. Se não é possível avaliar o fenômeno da violência por suas

consequências físicas, emocionais e comportamentais, deve-se procurar outras formas de ter acesso à experiência: a revelação.

Identificar como crianças falam sobre suas experiências é importante para balancear a especificidade e sensibilidade na avaliação do abuso. Alaggia (2004) identificou em sua análise qualitativa seis tipos de revelação. É possível identificar uma ordem entre os seis tipos de revelação de modo a espelhar a prontidão para a criança ou adolescente em compartilhar a experiência.

Na revelação “intencionalmente velada”(disclosures intentionally withheld) há uma escolha para não contar o abuso, porém, em algum momento da vida, a pessoa é capaz de narrar sua experiência: *“eu queria ter contado para alguém, tipo para a minha mãe, mas nunca quis contar porque não queria ficar incomodando ninguém com as minhas coisas”*. Nesse tipo de revelação, apesar de esforços de terceiros, a criança poderá negar sua real experiência abusiva diante de abordagens diretas.

Na revelação “desencadeada” por memórias lembradas (disclosures triggered by recovered memories), são lembradas a partir de algum evento: *“um dia eu tive essa lembrança bem forte e foi como se tudo viesse à tona. Essas imagens do que aconteceu estavam vindo e vindo, mas eu não me lembrava que tinha sido desse jeito”*. Nesse tipo de revelação, processos mentais complexos são responsáveis pela ocultação da experiência, independentemente da intervenção de terceiros interessados em ajudar e favorecer o desvelar da possível violência sofrida.

Na revelação comportamental ou por tentativas verbais indiretas (behavioral and indirect verbal attempts disclosure), há uma necessidade de comunicação não verbal por meio de ações diretas ou indiretas: *“eu lembro que quando eu estava no terceiro ano eu tinha pavor de ir para casa. Aí os professores perguntavam: porque você não quer ir para*

casa? Daí eu dizia: eu não quero voltar para casa! Eu queria que alguém soubesse o que estava acontecendo, mas eu tinha muito medo de falar”. Nesse tipo de revelação há uma motivação maior para a criança narrar o abuso, embora de maneira não verbal. As evidências demonstradas pela criança podem permitir que pessoas significativas ao seu redor sejam capazes de compreender a mensagem e fornecer ajuda.

Na revelação acidental (*accidental disclosure*), a criança narra o abuso apenas após uma terceira pessoa testemunhá-lo ou observar suas evidências físicas ou emocionais: *“minha mãe entrou no quarto e viu o que ele estava fazendo comigo. Aí ela o tirou de lá, o mandou ir embora. Depois ela perguntou se tinha acontecido outras vezes. Só aí eu contei tudo”*. Na revelação acidental, a criança não estava sujeita de forma intensa à dinâmica do aprisionamento na relação abusiva (Olson, Daggs, Ellevold, & Rogers, 2007), pois os eventos acidentais externos possibilitaram a revelação. Porém não é possível falar em prontidão para a criança desvelar a experiência, uma vez que ela ainda estava sujeita à dominação abusiva e não revelou antes da ocorrência do evento externo.

Na revelação suscitada (*prompted/elicited disclosure*), espera-se que a revelação ocorra em contextos profissionais de proteção, incluindo o sistema judiciário: *“eu andava muito triste e chorando na escola, então a professora viu e me mandou falar com a assistente social da escola. Eu não queria falar nada, mas aí ela começou a perguntar das coisas que podiam estar acontecendo em casa, aí eu criei coragem e contei tudo”*.

Na revelação proposital (*purposeful disclosure*), a criança deliberadamente deseja revelar o abuso, normalmente para alguém de sua confiança: *“eu não aguentava mais aquilo, então eu criei coragem e contei para a minha mãe”*. Nesse caso, os prejuízos e danos físicos e emocionais superaram a dinâmica de aprisionamento na relação abusiva, não sendo necessária a intervenção direta externa de nenhuma pessoa para a criança

desvelar sua experiência, a não ser a existência de uma rede de relacionamento de pessoas em que ela possa confiar e pedir ajuda.

Todos os seis tipos de revelação requerem tratamentos distintos do ponto de vista profissional, especialmente as experiências daquelas crianças mantêm veladas suas experiências por *escolha* decorrente de sentimentos de vergonha, de ameaça ou do medo das possíveis consequências negativas (Goodman-Brown, Edelstein, Goodman, Jones, & Gordon, 2003). A análise de como a criança fala sobre sua experiência abusiva, em especial, o que pode motivá-la para falar sobre um evento traumático, é importante porque o profissional pode escolher estratégias apropriadas para balancear sensibilidade e especificidade na detecção de um possível abuso (Everson & Sandoval, 2011; Gellert, 1995), sobretudo sendo ético o suficiente para reduzir o trauma secundário de não proteger crianças quando o sistema falha em reconhecer os casos reais de violência (Herman, 2009). Desse modo, a entrevista forense pode ser considerada a chave para suscitar a revelação, uma *narrativa* sobre o abuso, como definida por Alaggia (2004), quando existir experiências abusivas para serem reveladas e abrir o caminho para a avaliação da violência, tal como apresentado na Figura 6.



Figura 6 O papel das narrativas na avaliação da violência

Em complemento à Figura 5, o papel das narrativas sobre o abuso sexual assume um relevo maior como uma das principais formas de ter acesso à experiência. Para o objetivo deste estudo, uma *narrativa* é a representação de um evento, ou sequência de eventos, em uma unidade de significado com começo, meio e fim (Cremin, Chappell, & Craft, 2012). A

seção como a entrevista, poderá suscitar narrativa de crianças sobre fatos relevantes para sua proteção.

A narrativa como uma forma de acesso às possíveis experiências de abuso sexual infantil

Falar com uma criança sobre uma experiência abusiva em um contexto profissional é uma tarefa complexa para o entrevistador e difícil para a criança, o que torna esse evento uma conversa desafiadora (Cordisco-Steele, 2012). Uma entrevista profissional difere-se de conversa informal por vários motivos. Na entrevista, uma pessoa, o entrevistador, seleciona conteúdos para facilitar o alcance do objetivo do encontro. O entrevistador também se responsabiliza por direcionar a interação, fato que implica uma relação não recíproca pela diferença nos papéis entre os envolvidos. Essa interação gera um fluxo do discurso do entrevistador em favor do entrevistado que, apesar de poder conter aspectos de espontaneidade, possui um arranjo formal de tempo, espaço, e ambiente que são planejados deliberadamente pela obrigação profissional do entrevistador em atender a demanda que justifica o encontro (Kadushin & Kadushin, 1997).

Para Tavares (2007), a entrevista, no contexto da clínica psicológica, também é definida a partir das responsabilidades profissionais de um entrevistador treinado. O entrevistador utiliza conhecimentos específicos com objetivo de descrever e avaliar aspectos pessoais, relacionais ou sistêmicos como parte de um amplo processo que visa: fazer recomendações, realizar encaminhamentos, ou propor algum tipo de intervenção em benefício das pessoas entrevistadas.

Diante da natureza complexa do abuso sexual infantil, o uso de estratégias da entrevista clínica poderá contribuir para que crianças decidam compartilhar suas vivências

com um profissional ética e tecnicamente capacitado para intervir: no psicodiagnóstico, na psicoterapia ou em outros contextos de ajuda. Desse modo, o profissional clínico poderá facilitar a transição das informações obtidas na entrevista com crianças vítimas para que os agentes sociais investidos de poder de decisão possam intervir em prol da interrupção do abuso e da proteção da criança.

O sistema jurídico, entretanto, requer estratégias de entrevista distintas do contexto clínico, o que permite qualificar outro tipo de interação delineado especificamente para o contexto em questão: a entrevista forense. A entrevista forense traz uma série de distinções do contexto clínico (Faller, 2007a): quanto ao cliente (sistema jurídico x criança), quanto ao contexto (legal x terapêutico), quanto à postura do profissional (mais “neutro” x mais “apoiador”), quanto ao tipo de dado (fatos x experiência subjetiva), quanto à estrutura (mais estruturado x menos estruturado), quanto ao método de obtenção de dados (menos indutivo x mais indutivo), quanto aos contatos colaterais (mais frequentes x menos frequentes).

Considerando a distinção entre estes dois contextos, é importante compreender o processo de comunicação entre o adulto e a criança, especialmente o *processo* pode alterar a *motivação* de crianças que tenham vivido experiências abusivas, para *comunicar* em detalhes suas possíveis experiências, em um *contexto* especificamente delineado para este fim.

Para compreender a dinâmica da comunicação na entrevista forense é possível estudar uma das menores unidades de análise desse processo: a elocução. O conceito de elocução utilizado neste trabalho foi baseado nos estudos de linguística e de análise do discurso. Uma elocução representa uma *unidade dialógica de comunicação* (He, 2001).

Por unidade dialógica de comunicação, entende-se o encadeamento de “atos de fala” dos entrevistadores e dos entrevistados.

Para Laver (2001), uma elocução representa os atos de fala em um *fluxo contínuo do discurso* que é delimitado por pausas ou por interrupções. De acordo com esse autor, uma elocução pode ser identificada de duas formas: (1) como um “ato de fala”, ou o fluxo expressivo de um participante em um diálogo, que representa um curso de narrativa que se mantém continuamente até a interrupção por um novo “ato de fala” do outro participante do diálogo ou (2) como um “ato de fala”, ou o fluxo expressivo de um único indivíduo, que representa um curso de narrativa que se mantém continuamente até interrupção por períodos de silêncio ou por pequenas pausas. Um conjunto de atos de fala, sequencialmente encadeados, pode ser considerado um exemplo de *narrativa*: uma representação de um evento, ou sequência de eventos, que pode incluir a descrição das pessoas, das ações e das sequências causais em uma unidade de significado com começo, meio e fim (Cremin et al., 2012).

Com o propósito de identificar a natureza das elocuções presentes em modelos de entrevista forense, realizamos uma análise das elocuções de quatro modelos de entrevista construídos com base em evidências científicas. O critério utilizado para a seleção desses modelos teve como fundamento o fato deles terem sido citados como os mais utilizados nos Centros de Defesa da Criança (CDC) americanos, segundo levantamento recente (National Children’s Advocacy Center, 2009): o Protocolo de Entrevista Investigativa Estruturada do “*National Institute of Child Health and Human Development*”, referida a seguir como **Protocolo NICHD** (Lamb, La Rooy, Malloy, & Katz, 2011); a **Entrevista Cognitiva**² (Fisher, 1995; Stein, 2010); a Entrevista Forense e a Entrevista Forense

² Para a análise das elocuções da Entrevista Cognitiva, utilizamos a tradução disponível em português (Stein, 2010).

Estendida da *National Children's Advocacy Center*(The National Children's Advocacy Center, 2012), descrita a seguir como **Entrevista Forense NCAC**; e o Protocolo do CDC *CornerHouse*, **RATAC®**(Anderson et al., 2009).

A análise das pesquisas que fundamentam os citados modelos de entrevista permite localizar no topo da pirâmide do nível de força das evidências científicas (Figura 7), dois deles: a Entrevista Cognitiva, com nível de força "Ia", isto é, evidências oriundas de meta-análise de estudos com controle aleatório; e o Protocolo NICHD, com nível de força "Ib" e "IIa", com evidências oriundas de estudos com e sem controle aleatório.

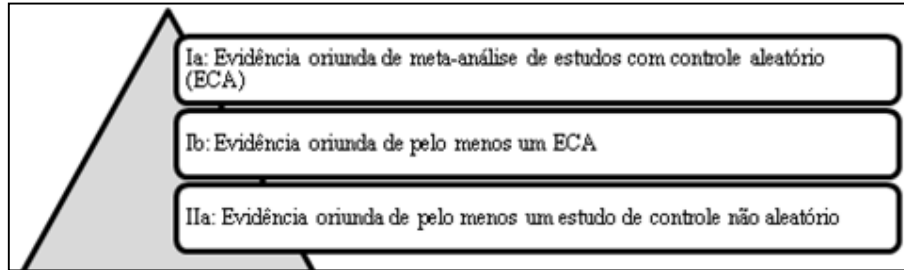


Figura 7 O "topo" das evidências científicas

A Entrevista Cognitiva é uma técnica originalmente desenvolvida em 1984 pelos psicólogos Ronald Fisher e Edward Geiselman para atender ao pedido de policiais e operadores de direito no sentido de desenvolver técnicas que maximizassem a quantidade e a precisão das informações colhidas de testemunhas ou vítimas de crimes (Stein, 2010). O objetivo da Entrevista Cognitiva é obter depoimentos ricos em detalhes, com maior quantidade e precisão de informações, utilizando-se, para tanto, dos conhecimentos sobre o funcionamento dos processos de memória e as pesquisas sobre psicologia social.

Os estudos de teste de validação da Entrevista Cognitiva indicam um aumento de 25% a 40% na obtenção de elocuições "corretas" em estudos de laboratório – em que os entrevistados são convidados a assistir vídeos de crimes simulados – em comparação com entrevistas policiais com ou sem o uso de protocolos semiestruturados (Fisher

&Geiselman, 2010). Uma revisão sistemática, com meta-análise de 57 artigos publicados, indicou que o uso da Entrevista Cognitiva aumenta o número de detalhes corretos e diminui o número de erros por parte dos respondentes, porém uma limitação da citada revisão sistemática refere-se aos poucos estudos de campo que avaliam o desempenho de profissionais do sistema de justiça treinados no uso da Entrevista Cognitiva (Memon, Meissner, & Fraser, 2010).

Essa limitação não ocorre com o Protocolo NICHD. Esse é o modelo de entrevista mais citado na literatura internacional, com estudos de adaptação em diversos países além dos Estados Unidos, tais como Israel, Reino Unido, Canadá, Suécia, Finlândia, Noruega e Espanha (Lamb et al., 2008a). Este protocolo foi desenvolvido pelo National Institute of Child Health and Human Development - NICHD, uma agência federal americana que conduz e financia projetos relacionados à saúde e o desenvolvimento dos cidadãos daquele país com o propósito de orientar as políticas públicas da área. O desenvolvimento do protocolo NICHD envolveu os esforços do psicólogo Michael E. Lamb e seus colaboradores, principalmente quando ele ocupou um assento em um setor da agência responsável por estudos sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças, no final da década de 1990 e início da década de 2000. O Protocolo NICHD conta com uma impressionante base de dados de entrevistas *testadas em contextos reais*: mais de 40 mil crianças entrevistadas com esse protocolo em diversos países (Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin, 2008b).

O protocolo encoraja o entrevistador a usar um *roteiro* estruturado com sugestões de elocuições para todo o protocolo e o uso de algoritmos que orientam o entrevistador para cada tipo de resposta possível da criança. O Protocolo NICHD inicia com a seguinte elocução na fase introdutória (em livre tradução): “*Olá, meu nome é _____ e eu sou um*

policial/entrevistador de crianças [Introduza qualquer outra pessoa na sala; idealmente ninguém mais deverá estar presente.] Hoje é _____ e agora são _____ horas. Eu estou entrevistando _____ aqui na _____”; termina com a pergunta: “*O que você vai fazer hoje depois que você sair daqui?*” e com a seguinte recomendação: “*A criança e o entrevistador então falam sobre alguns minutos sobre um tópico neutro.*” (Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin, 2008, pp.85-100)

Em uma revisão narrativa sobre o uso do Protocolo NICHD em contextos de campo, Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin, & Horowitz (2007) demonstraram que os entrevistadores que seguiam o protocolo usavam três vezes mais estratégias que estimulavam a livre narrativa de crianças sobre suas experiências, do que os entrevistadores que não usavam o protocolo. Além disso, o Protocolo NICHD garantiu a diminuição, em 50%, do uso de estratégias diretivas e sugestivas, que se são associadas com a maior ocorrência de contradições nos depoimentos da criança (Lamb & Fauchier, 2001). Em todos os estudos revistos por Lamb et al. (2007), houve o controle e a seleção aleatória de crianças de diversas faixas etárias e sobre eventos abusivos comparáveis. A título de exemplo, citamos alguns dos estudos já revistos por Lamb et al. (2007) e posteriores: O Protocolo NICHD tende a produzir revelações detalhadas por meio de estratégias que estimulam a narrativa livre (Sternberg, Lamb, Esplin, & Mitchell, 2001), apesar de ser possível observar uma variação na taxa de revelação em função do tipo de relação que a criança mantém com o suposto autor e a idade das vítimas (Hershkowitz, Horowitz, & Lamb, 2005). A qualidade da narrativa de crianças entrevistadas com o protocolo também aumenta: metade dos detalhes relevantes do ponto de vista forense mais de 80% da revelação obtida nas entrevistas vieram de crianças em idade pré-escolar entrevistadas com o uso intensivo de estratégias que estimulavam a livre narrativa (Lamb et al., 2007) e demonstraram que o Protocolo reduz significativamente a quantidade de

perguntas indutivas (Lamb et al., 2008b). Além disso, o Protocolo NICHD permitiu um aumento na credibilidade das narrativas de crianças, com base no uso de uma técnica de análise de conteúdo baseada em critérios do abuso sexual, em comparação às entrevistas realizadas sem o protocolo (Hershkowitz, Fisher, Lamb, & Horowitz, 2007). O modelo também resultou em uma melhoria dos casos que são consubstanciados durante o julgamento em uma corte de justiça americana, ao se comparar as taxas de responsabilização antes (54%) e depois (94%) do uso do Protocolo NICHD pelos mesmos entrevistadores (detetives de polícia) (Pipe, Orbach, Lamb, Abbott, & Stewart, 2008). A versão mais atual do modelo incorporou estratégias para lidar com crianças relutantes e ajustes decorrentes de mais de 15 anos de pesquisa (Malloy et al., 2011).

Ao contrário do Protocolo NICHD que teve seu início de desenvolvimento ligado a uma agência governamental, os outros dois modelos de entrevistas revisados têm suas origens em organizações da sociedade civil: Centros de Defesa da Criança (CDC). A Entrevista Forense NCAC e o Protocolo RATAAC® foram desenvolvidos por instituições não governamentais americanas criadas com foco na proteção da criança. Essas instituições são mantidas com financiamento público e dos recursos da comunidade e propõem a criação de ambientes e instalações planejadas para serem amigáveis às crianças onde os representantes de diversas disciplinas envolvidas na proteção e na responsabilização trabalham juntos para investigar, tratar, gerenciar e encaminhar para o julgamento os casos de abuso sexual ou outros crimes contra a infância (Jackson, 2004).

Para uma revisão dos serviços e das estratégias usadas nos CDC, incluindo o papel da entrevista forense e sua sensibilidade para orientar estratégias de entrevista em função do nível de desenvolvimento de crianças, remetemos o leitor às revisões realizadas por Jackson (2004), por Cross, Jones, Walsh, Simone, & Kolko (2007) e por King,

Markushewski, & Wells (2010). A organização americana que credencia e assessora CDC nos Estados Unidos e em outros países tem informações relevantes sobre o funcionamento dessas instituições, incluindo o papel das entrevistas forenses com parte integrante da proposta: The National Children's Alliance (<http://www.nationalchildrensalliance.org>).

A revisão da literatura que apoia o uso dos dois protocolos oriundos dos CDC's permite colocá-los próximo à base da pirâmide de evidências (Figura 8). Os estudos encontrados permitem indicar o nível III de força da evidência para a Entrevista Forense NCAC e o nível IV para o Protocolo RATAAC®.

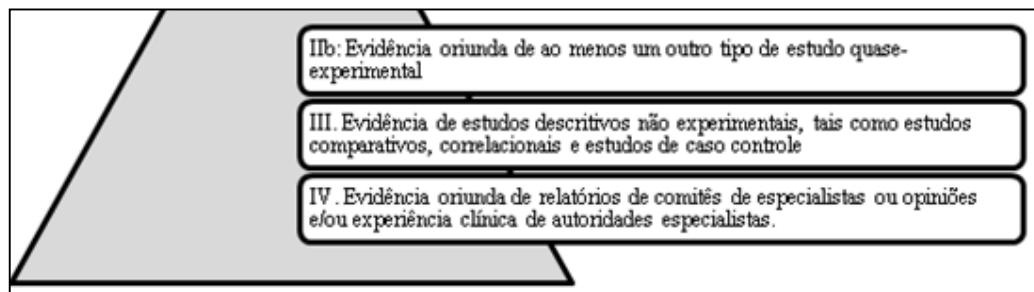


Figura 8 Evidências da "base" da pirâmide

O Protocolo RATAAC®(Anderson et al., 2009) tem sem nome decorrente das iniciais das palavras inglesas: “*R*apport, *A*natomy Identification, *T*ouch Inquiry, *A*buse Scenario, and *C*losure”. Em livre tradução o termo “RATAAC” significa: *R*apport, Identificação Anatômica, Questionamento sobre Toques, Cenário do Abuso e Fechamento. As iniciais também indicam as diferentes fases recomendadas por esse protocolo. A Figura 9 representa a estratégia de questionamento recomendada pelo Protocolo RATAAC.

No centro da Figura 9 estão os fatores que podem auxiliar na escolha das elocuições mais adequadas em função da idade, da habilidade narrativa e do trauma emocional da criança. Crianças mais velhas e com mais habilidades cognitivas podem requerer abordagens mais indiretas e abertas, tais como as estratégias que estimulem a livre recordação, e a recordação focalizada sobre temas específicos. As respostas esperadas da

criança às duas estratégias do entrevistador mencionadas são: a produção de narrativas livres e de Narrativas Focalizadas sobre os temas abordados pelo entrevistador. Crianças mais novas, com menores habilidades cognitivas ou sujeitas aos efeitos do trauma do abuso podem ser estimuladas a falar por meio de estratégias mais diretivas: perguntas de múltipla escolha – “*ele tocou em cima ou embaixo da roupa?*”; Perguntas Sim-Não – “*ele tocou em seu corpo?*” Perguntas sugestivas são aquelas que “indicam que o entrevistador está procurando por uma resposta específica(...) e não são recomendadas para o uso na entrevista forense” (Anderson et al., 2009, p. 43).



Figura 9 O Processo de Questionamento no Protocolo RATAAC³

O RATAAC[®] enfatiza uma série de etapas de elaboração da narrativa sobre temas neutros utilizando os critérios descritos no centro de Figura 9, em seguida propõe a realização de uma tarefa com a criança de identificação das partes anatômicas, com o uso

³ O direito de reprodução deste quadro para esta tese foi concedido pela CornerHouse - Interagency Child Abuse Evaluation and Training Center com base na adaptação aprovada do diagrama original disponível em Anderson et al. (2009) (Anexo I).

de desenhos ou diagramas de figuras humanas com detalhes anatômicos e com variações de gênero, idade e etnia. Após a identificação das partes do corpo, o entrevistador realiza uma série de questionamentos sobre toques, desde os toques relacionados às experiências de afeto, aos toques característicos de abuso sexual. Caso a criança revele o abuso nessa etapa, a entrevista é conduzida com o uso de estratégias que estimulem narrativas livres e questões abertas, com o objetivo de esclarecer o cenário do abuso e, somente se necessário, com o uso de bonecos com detalhes anatômicos. O fechamento no Protocolo RATAC® envolve a abordagem de temas neutros e a realização de atividades ou orientações para a segurança do corpo.

Há um debate quanto ao respaldo científico desse modelo. Seus proponentes advogam que o modelo foi construído com base em evidências científicas (Anderson et al., 2009), enquanto outros autores criticam o modelo por não demonstrar pesquisas científicas que sustentem as estratégias recomendadas (Lamb et al., 2007, p. 1211), especialmente o uso de mídias e bonecas com detalhes anatômicos (Poole & Bruck, 2012, p. 177).

Ao contrário dos protocolos e dos roteiros apresentados anteriormente, o modelo da Entrevista Forense e da Entrevista Forense Estendida da National Children's Advocacy Center (NCAC) caracteriza-se por propor entre três a cinco atendimentos à criança, especialmente quando não foi possível obter informações relevantes em uma entrevista anterior. (Carnes, Nelson-Gardell, Wilson, & Orgassa, 2001; Carnes, Wilson, & Nelson-Gardell, 1999; Carnes, 2000; Faller, Grabarek, Nelson-Gardell, & Williams, 2011) Há uma variante deste modelo de entrevista em versão condensada, para ser realizada em até dois atendimentos com a criança, além do atendimento do cuidador não agressor. Nesse modelo, o entrevistador é orientado a analisar cuidadosamente as informações do caso de

maneira ampliada, tais como aspectos legais e dos serviços protetivos, as informações médicas, além recomendar uma entrevista inicial com o cuidador não agressor da criança.

Na Entrevista Forense Estendida NCAC a construção do *rapport*, a avaliação do nível de desenvolvimento e o estabelecimento de regras para o processo de entrevista são planejados para ocorrer em dois ou mais atendimentos com a criança, ao contrário do modelo do que ocorre com o Protocolo NICHHD e com a Entrevista Cognitiva, que propõem tais abordagens no início do atendimento e em um único encontro.

Portanto, a principal diferença entre os protocolos anteriormente descritos e a Entrevista Forense Estendida refere-se ao investimento na qualidade da interação entre a criança e entrevistador. Cabe ressaltar que a Entrevista Forense Estendida, embora mais ampla e detalhada que os demais protocolos têm objetivos específicos e deve ser utilizada apenas nos casos em que se atendem os seguintes critérios: (1) casos em que a criança não revelou o abuso sexual em uma primeira entrevista de avaliação, mas o revelou para outra pessoa; (2) casos em que a criança revelou o abuso sexual, porém de forma que não se podem: (a) descartar hipóteses alternativas ou (b) realizar recomendações de natureza protetiva ou para indicação da responsabilização do autor; (3) crianças com quadros diagnósticos que possam interferir na habilidade de se comunicar ou em idade pré-escolar e, portanto, podem requerer mais tempo para se ambientar e se engajar no atendimento.

O modelo da Entrevista Forense NCAC foi testado em dois estudos de campo: o primeiro em um estudo de dois anos com 51 crianças encaminhadas para avaliação estendida na região de Huntsville, Alabama (Carnes et al., 1999). O segundo estudo avaliou entrevistas forenses de 147 crianças oriundas de 12 Estados Americanos (Carnes, Nelson-Gardell, & Wilson, 2000).

No primeiro estudo piloto, o modelo de avaliação foi capaz de apresentar uma conclusão adequada para os casos mais difíceis: aqueles em que havia indícios de vitimização, mas que a criança não havia revelado o abuso em uma entrevista forense de sessão única ou o nível de desenvolvimento da criança ou outros fatores não permitiram a tomada de decisões. Em 77% dos casos foi possível obter uma conclusão sobre a possibilidade do abuso: obter uma “revelação crível”, isto é, uma revelação referendada com base na avaliação de um guia crítico de análise da probabilidade do abuso; obter uma “não revelação crível”, isto é, em que havia pouca suspeita ou nenhuma suspeita quanto à violência – a criança não revelou porque não foi abusada; ou obter uma “revelação não crível”, isto é, uma revelação que havia evidência de que a criança pode ter sido manipulada ou pela existência de outros fatores que diminuíssem a suspeita do abuso.

O segundo estudo indicou que, das crianças encaminhadas por haver suspeitas de violência não reveladas em uma única entrevista, 44,6% dos casos foi possível obter uma revelação válida e 73% dos casos foram referendados no sistema judicial. Evidências quanto à adequação desse modelo são apresentadas em artigos recentes (Faller, Cordisco-Steele, & Nelson-Gardell, 2010; Faller et al., 2011). É importante esclarecer que recentemente houve uma grande reformulação da Entrevista Forense NCAC (The National Children’s Advocacy Center, 2012) com objetivo de atualizar as suas recomendações com base na literatura científica mais atual, porém, não encontramos registro de pesquisas empíricas no novo modelo.

Nos quatro protocolos revisados, observa-se a recomendação de uma "estratégia de afunilamento" na entrevista com a criança, isto é, em que informações gerais são oferecidas, seguidas de abordagens neutras e não relacionadas ao abuso até a abordagem gradual da violência (Cordisco-Steele, 2012; The American Professional Society on the

Abuse of Children, 2012). A Figura 10 ilustra as etapas dessa abordagem gradual utilizada pelos entrevistadores forenses durante a avaliação de denúncia de violência contra crianças.

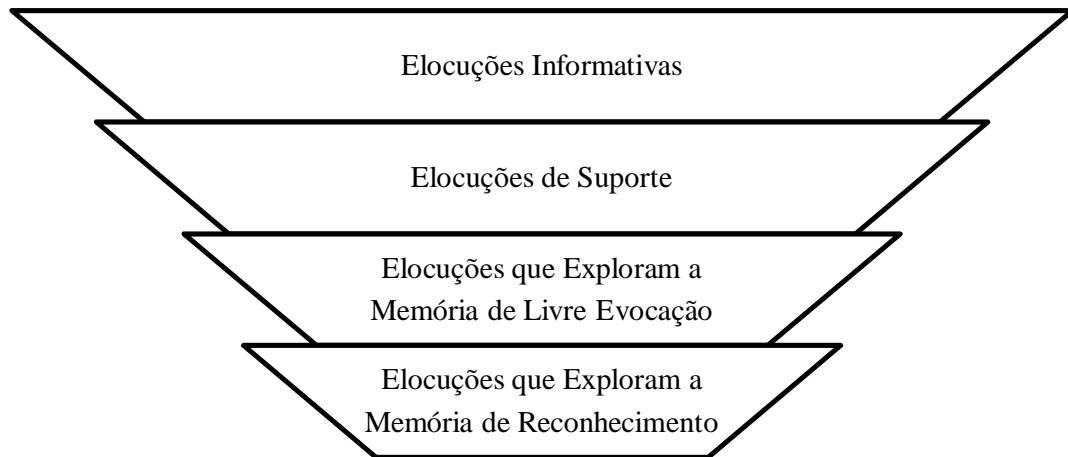


Figura 10 Abordagem de Afunilamento das Entrevistas Forenses

Cada uma das estratégias descritas na “abordagem de afunilamento” será discutida a seguir. As elocuções *informativas* compartilham com a criança aspectos importantes do processo de entrevista. A Entrevista Cognitiva, por exemplo, usa informações com o propósito de devolver ao entrevistado o controle das experiências que ele ou ela deseja compartilhar com o avaliador. Além disso, informações são prestadas pelo entrevistador para a “recriação do contexto original”, cujo objetivo é o restabelecimento mental do contexto em que a situação avaliada ocorreu. Para isso, o entrevistador procura recriar o contexto original do ambiente da forma como foi percebido cognitivamente e afetivamente, por meio de instruções tais como: “*Agora eu gostaria que você lembrasse das coisas que aconteceram naquele dia. Pense no lugar que você estava, nas pessoas presentes, nas coisas que você viu, nas coisas que você ouviu, nas coisas que você sentiu... Volte àquele dia*”. (Fisher, 1995; Stein, 2010). No Protocolo NICHD, as informações são usadas no início do processo mediante a apresentação pessoal, a informação sobre o registro de áudio

e vídeo, a discussão e avaliação sobre os conceitos de verdade e mentira e a discussão das regras da entrevista, por exemplo, o direito de a criança dizer que não sabe uma resposta, ou que deve dizer que “não sabe” (Lamb et al., 2011). As instruções ou informações na Entrevista Forense NCAC têm como objetivo diminuir o potencial de coerção, por meio da discussão de elocuições sobre regras tais como: “*só você sabe as coisas que acontecem com você*”, “*você pode me corrigir*”, “*você pode dizer 'eu não sei', se você não souber responder uma pergunta*”, ou ainda: “*você pode dizer que não concorda comigo*” (Carnes, 2000). No Protocolo RATAC®, não são incluídas informações no início da entrevista, mas estas são reforçadas durante todo o processo “quando houver necessidade”(Toth, 2011).

O fornecimento de suporte ou *apoioemocional* é uma estratégia enfatizada em todos os modelos pesquisados. A Entrevista Cognitiva propõe a construção do *rapport* com o objetivo de personalizar a entrevista e construir um ambiente acolhedor. Nessa etapa do procedimento, a criança é estimulada a discutir assuntos neutros, recebe explicações dos objetivos da entrevista, tem transferido para ela o controle da narrativa, explicitando-lhe que o entrevistador não tem conhecimento das experiências vividas por ela(Stein, 2010). No Protocolo NICHD a construção do *rapporté* realizada por meio da discussão de temas que a criança ou adolescente gosta de fazer, seguidos do treino da “memória episódica”, isto é, relacionada aos relatos sobre um evento específico, preferencialmente “positivo”, além da descrição sobre “o dia anterior”, e sobre “o dia de hoje”, com ênfase no detalhamento dos eventos com perguntas abertas, tais como “*e depois, o que aconteceu...*”(Lamb et al., 2011). O suporte emocional na Entrevista Forense NCAC é um importante componente do modelo, tendo em vista que a proposta é “dar mais tempo”para a criança sentir-se confiante para narrar suas experiências traumáticas(Carnes, 2000). Do mesmo modo, o *rapport* no Protocolo RATAC® é estabelecido por meio de uma atividade

dirigida de desenhar o rosto da criança e “círculos da família”, em que a criança é solicitada a representar as pessoas com quem vive para auxiliar na compreensão de seu contexto familiar (Anderson et al., 2009).

Nos protocolos, os conceitos de memória utilizados são similares. Na Entrevista Cognitiva, no Protocolo NICHD e na Entrevista Forense mantém o conceito de perguntas que “estimulam a memória de livre narrativa” e perguntas que estimulam a “memória do reconhecimento”. O RATAAC® utiliza uma abordagem um pouco diferente para descrever processos mentais análogos: “memória reconstrutiva”, por entender que há um processo de reconstrução a cada narrativa, e de “memória de reconhecimento”. Os quatro protocolos revisados enfatizam a necessidade de explorar narrativas de criança pela livre evocação de eventos, seguidas, em menor grau, da exploração de informações necessárias de serem obtidas a partir do questionamento direto do entrevistador.

As elocuições que exploram e sondam a *memória de livre evocação* da narrativa são aquelas que favorecem que o entrevistado descreva experiências do passado incluindo elementos sobre “quem”, “o que” e, minimamente, “onde” e “quando” algo aconteceu, a depender das habilidades cognitivas do entrevistado (Faller, 2007a; Lamb et al., 2008a; Lyon, Scurich, Choi, Handmaker, & Blank, 2012; Saywitz & Camparo, 2009). O Protocolo NICHD estimula o uso intensivo de perguntas que estimulam a livre evocação: “*conte para mim tudo o que aconteceu desde a primeira vez que isso aconteceu, até última vez que isso aconteceu*” e “*me conte o que aconteceu?*”

As elocuições que exploram e sondam a *memória de reconhecimento* são aquelas que estimulam a narrativa do entrevistado mediante a apresentação de uma ou mais informações pelo entrevistador. Neste tipo de elocução as informações que são introduzidas pelo entrevistador que devem ser reconhecidas, avaliadas, e podem orientar a

resposta do entrevistado. Diversos autores observaram que as respostas em que os entrevistados compartilham fatos da vida ocorrem menos quando se explora a memória de reconhecimento do quando se explora a memória de livre evocação (Lamb et al., 2003, 2008b; Lyon et al., 2012).

Saywitz e Camparo (2009) definem as elocuções de reconhecimento como aquelas em que o “entrevistador fornece escolhas e a criança seleciona a escolha correta. Desse modo, o entrevistador fornece detalhes que a criança meramente afirme ou negue. O reconhecimento geralmente limita a resposta da criança a uma única palavra”. A chave para selecionar corretamente as elocuções de memória de reconhecimento é avaliar se a informação é nova e sobre temas específicos, uma vez que o entrevistador está apresentando detalhes para serem “reconhecidos” pelo entrevistado. A modalidade de questionamento “mais intrusiva” são as Elocuções Sugestivas ou indutivas, porque forçam a criança a aceitar uma percepção do entrevistador o que torna essa modalidade mais sujeita ao erro ou ao engano (Faller, 2007a). O Protocolo NICHD autoriza o uso de elocuções que estimulam a memória de reconhecimento apenas ao final da entrevista com o objetivo de abordar elementos ainda necessários ao entendimento da situação, por exemplo: “*ele tocou você por debaixo da roupa?*”, ou diante de crianças relutantes utilizando gradualmente informações obtidas de fontes externas e sobre como a criança revelou o abuso pela primeira vez para uma pessoa de confiança (Lamb et al., 2011).

Apesar de cada modelo utilizar uma terminologia específica para definir as estratégias recomendadas, parece útil representar as elocuções dos entrevistadores em um continuum variando de perguntas que estimulam a livre recordação da experiência – “*me conte o aconteceu*” – até aquelas que apresentam informações específicas para serem reconhecidas – “*ele tocou em alguma parte íntima do seu corpo?*”. Esse continuum

permitirá compreender as estratégias mais eficientes para obtenção de informações sobre as possíveis experiências da criança.

A estratégia de afunilamento na abordagem de experiências de violência por meio das entrevistas forenses levou à necessidade de construir e testar um sistema de análise de entrevistas forenses fundamentado nas melhores evidências científicas disponíveis para lidar com a metáfora de Magritte da imagem interdita: a visão do oposto. Balancear especificidade e sensibilidade nas entrevistas forenses é uma necessidade para garantir a proteção da criança e a responsabilização do autor da violência (Everson & Sandoval, 2011).

Os estudos revisados levam à necessidade de desenvolver um conjunto de categorias capaz de permitir a compreensão da relação dialógica mantida entre o entrevistador e o entrevistado nas entrevistas forenses, notadamente aquela natureza de relação que suscita a revelação de experiências abusivas. Esse conjunto de categorias deve ser consistente e claro o suficiente para que o seu uso possa garantir um alto índice de concordância entre avaliadores independentes. Isto quer dizer que dois profissionais treinados, que utilizam separadamente o mesmo conjunto de categorias para analisar uma mesma entrevista forense, são capazes de identificar corretamente, na maioria das vezes, a presença ou ausência de cada uma das categorias para a análise das entrevistas forenses.

O sistema proposto nesta tese foi utilizado para analisar uma amostra composta por 31 entrevistas de crianças encaminhadas durante o ano de 2011 para realização do estudo psicossocial cujo objetivo era subsidiar a aplicação de medidas judiciais de proteção em uma justiça especializada da infância e da juventude que atende a região do Distrito Federal. Todos os casos avaliados envolviam a suspeita de abuso sexual infantil e a equipe composta por psicólogos e assistentes sociais atendiam a criança, seguindo o método da

avaliação psicossocial ampliada(Santos, 2011b). O detalhamento deste modelo de avaliação encontra-se no próximo capítulo. Para identificar as relações entre as elocuições do entrevistador, da criança, e demais variáveis do estudo, realizamos um estudo correlacional e testes de diferença de média entre grupos (MANOVA). Os resultados encontrados são discutidos à luz da literatura sobre entrevistas baseadas em evidências e, na conclusão, discutimos a utilidade do modelo criado em função dos objetivos propostos.

As seguintes **questões nortearam** o estudo:

- Como se caracterizam as elocuições dos entrevistadores na amostra de entrevistas forenses analisadas?
- Como se caracterizam as elocuições dos entrevistados na amostra de entrevistas forenses analisadas?
- Como as elocuições do entrevistador com as elocuições do entrevistado e do entrevistado se relacionam entre si?
- De que maneira as seguintes variáveis se relacionam às elocuições do entrevistador e do entrevistado?
 - ✓ Idade da criança;
 - ✓ Tempo entre a denúncia formal e a avaliação;
 - ✓ Conclusão em relação à violência tendo como referência apenas os dados da entrevista.

As respostas a estas perguntas de pesquisa têm como pretensão fazer avançar a produção científica nacional na construção de ferramentas úteis aos profissionais responsáveis para intervir em casos semelhantes aos das crianças Maria Clara, Maria Ângela e Mariana.

Capítulo 2: Criação e uso de uma ferramenta para análise das Entrevistas Forenses

Esta pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (Anexo II), visou atender dois propósitos: (1) a desenvolvimento de um *modelo* de análise de entrevistas forenses e (2) a aplicação do modelo para o estudo de uma amostra real de entrevistas forenses para compreensão das possíveis relações entre a narrativa da criança e as elocuições do entrevistador. Para alcançar estes objetivos, a pesquisa foi realizada em duas etapas.

Na primeira etapa desenvolvemos um sistema de análise de entrevistas forenses e submetemos esse sistema a sucessivos refinamentos analíticos. Esse sistema seguiu uma estratégia de construção dedutiva, isto é, partindo de categorias previamente definidas com base na literatura. Apresentaremos, inicialmente, algumas concepções que nortearam e serviram de fundamento para o desenvolvimento das categorias utilizadas para o processo de codificação das entrevistas. Em seguida descreveremos as operações realizadas para o desenvolvimento e refinamento das categorias utilizadas.

No contexto da pesquisa qualitativa, o ato de “codificar” envolve atribuir uma palavra, ou pequena frase que simbolicamente representa um atributo sintético, saliente, e evocativo que captura a essência de uma porção de dados linguísticos ou visuais (Saldaña, 2011). Para Saldaña (2011), o ato de codificar não é apenas rotular, mas vincular porque permite o processo recursivo de associação entre cada dado e um significado, e de cada significado com todos os dados relacionados com aquela ideia.

O termo codificar é frequentemente associado à teoria fundamentada ou à teoria ancorada em dados (Creswell, 2013; Saldaña, 2011, 2012). Esse campo do saber é tanto

um modelo teórico como uma metodologia de análise meticulosa de dados qualitativos, com a finalidade de compreender os processos humanos, e construir teorias ancoradas ou embasadas nos dados que as originaram. Os modelos de entrevista forense serviram de insumo para propormos uma *codificação por protocolo* (Saldaña, 2012).

Para Saldaña (2012), um protocolo de codificação é “*a codificação de dados qualitativos de acordo com um sistema pré-estabelecido, recomendado, padronizado ou prescrito*”. Essa definição do processo aproxima-se da estratégia de exploração sistemática do corpo do texto, técnica empregada na análise categorial temática (Bardin, 2009) para a análise das comunicações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens. Para gerar a lista de códigos e categorias capazes de descrever apropriadamente os atos de fala – aselocuições do entrevistador e do entrevistado – realizamos uma reflexão sobre o *contexto* que gerou os dados que seriam analisados neste estudo.

O reconhecimento de que contexto judicial orientava o comportamento do entrevistador nas entrevistas com crianças levou à reavaliação dos diversos modelos de entrevista forense revistos na literatura. Como verificar se as entrevistas de nossa amostra compartilhavam as recomendações da literatura atual da área? A resposta a essa pergunta motivou a busca por uma codificação sensível às práticas baseadas em evidências (Melnik & Atallah, 2011). Por outro lado, o contexto em que as entrevistas foram geradas partia de um modelo da avaliação que, além de buscar fatos, também orientava as ações do entrevistador para o cuidado, para a orientação, para a demonstração de apoio emocional à criança e para a prevenção do abuso.

Foi necessário desenvolver um sistema de codificação capaz de descrever de forma adequada as entrevistas forenses de nossa amostra com dois focos: para a obtenção de fatos

e para a proteção da criança. As implicações práticas deste estudo e o contexto em que as entrevistas foram realizadas *requerem* abordagens que associavam aspectos quantitativos com qualitativos, isto porque o resultado das ações dos entrevistadores poderiam trazer implicações importantes para a família atendida. A metáfora da imagem de Magritte pode ser invocada mais uma vez para defender os fundamentos epistemológicos deste estudo e localizá-lo como exemplo de *pesquisa de métodos integrados* (Creswell, 2007; Saldaña, 2011).

Para Saldaña (2011), a pesquisa de métodos integrados utiliza de forma estratégica e proposital a combinação entre a maneira de obter e de analisar dados tanto sob a perspectiva *qualitativa* quanto sob a perspectiva *quantitativa*. Para Creswell (2007), a pesquisa com métodos mistos é um delineamento de pesquisa que pode ser entendido tanto como um *pressuposto filosófico* quanto como um *método de investigação*. Como uma metodologia, assume pressupostos filosóficos que guiam o caminho da coleta e da análise dos dados com a integração de abordagens quantitativas e qualitativas em diversas fases do processo de pesquisa. Como um método, propõe a coleta, a análise, e combinação de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo ou série de estudos. A premissa central é que o uso combinado de abordagens quantitativas e qualitativas permite compreender melhor os problemas de pesquisa. A seguir descrevemos como esses métodos foram empregados na primeira etapa da pesquisa.

Primeira etapa da pesquisa: a construção de um sistema de análise de entrevistas forenses

O sistema de categorias empregado neste trabalho fundamentou-se em cinco fontes relacionadas à avaliação do abuso sexual infantil: (1) a literatura sobre os modelos específicos de avaliação, (2) a experiência do autor como psicólogo jurídico no exercício

dessa atividade, (3) a consulta com especialistas internacionais, (4) a observação de entrevistas forenses em Centros de Defesa da Criança nos Estados Unidos⁴ e (5) a discussão com especialistas da área em seminários e reuniões exclusivas⁵.

Essas fontes permitiram a criação de um conjunto sucessivo de categorias que foram submetidas a quatro testes preliminares com a avaliação de entrevistas por codificadores independentes e o cálculo da estatística *kappa* de Cohen (Fonseca, 2007). Após cada sessão foram realizadas reuniões de consenso com vistas ao refinamento das categorias mediante o uso das estratégias recomendadas por Hruschka et al. (2004), entre elas o estabelecimento do critério limite de obtenção de $kappa \geq 0,6$ para cada categoria como valor de corte considerar a adequação do sistema de codificação (Hruschka et al., 2004).

O primeiro sistema de categorias de análise continha 32 categorias e definições, em inglês, e foi originada de duas fontes bibliográficas: (1) 31 categorias foram derivados de Kadushin e Kadushin (1997), e representavam as competências do entrevistador, que foram transformadas em categorias para esta pesquisa, e (2) 1 categoria foi derivada de Lamb, Hershkowitz, Orbach, e Esplin, (2008). Essa obra continha a revisão sistemática sobre os tipos de perguntas que favoreceriam a livre evocação da experiência do abuso sexual. As categorias do primeiro teste de avaliação independente estão apresentadas no Anexo III: Categorias do Primeiro Teste de Codificação Independente). Apesar de a literatura recomendar o uso de um sistema de codificação com ao menos de 20 categorias (Hruschka et al., 2004), iniciamos o estudo com uma lista maior para não sacrificar prematuramente a diversidade de categorias em prol de um benefício eventual de melhoria do índice de concordância.

^{4&5}Essas etapas ocorreram a partir dos trabalhos realizados na University of Alabama entre 4 março de 2012 e 14 de julho de 2012 com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esta lista foi discutida entre o pesquisador e uma experiente entrevistadora forense americana, diretora de Centros de Defesas da Criança Americanos por mais de 10 anos e mestre em serviço social pela University of Alabama. A seguir, apresentamos os procedimentos e o processo de refinamento do sistema produzido pelo primeiro teste do sistema de categoria.

O primeiro teste de refinamento do sistema: o Protocolo NICHD

Para testar o sistema de categorias, os dois codificadores analisaram de forma independente o Protocolo de Entrevista Investigativa Estruturada NICHD (Hershkowitz, Fisher, et al., 2007; Lamb et al., 2007). Esse protocolo foi escolhido porque continha um conjunto de afirmações, instruções e perguntas estruturadas e organizadas em um sistema de algoritmos para a tomada da decisão e orientação da ação do entrevistador durante a entrevista, conforme descrito no Capítulo 1. As categorias do primeiro teste de avaliação independente estão apresentadas no Anexo III.

Identificamos no Protocolo NICHD 63 elocuições para o estudo de avaliação independente. Na ocasião, foi previsto a possibilidade de usar “códigos primários” e “códigos secundários” considerando a possibilidade de cada elocução poder ser classificada em mais de uma categoria. O código primário foi definido como “aquele mais próximo possível do objetivo do entrevistador ao emitir a elocução”. No caso de haver outro código possível, este seria definido pela avaliação qualitativa do codificador com base na definição de código primário, isto é, o código secundário era aquele que não se encaixava na definição de código primário.

O resultado do teste indicou um baixo índice de concordância simples, isto é, nos casos em que ambos os entrevistadores concordaram tanto quanto ao código primário

quanto ao secundário (23%). Um índice de 44% de concordância foi alcançado quando se considerou qualquer arranjo de concordância entre códigos primários e secundários, com *kappa* variando entre -0,17 e 0,41. Este resultado foi coerente com a revisão bibliográfica descrita por Hruschka et al. (2004) que apontam que as primeiras rodadas de codificação independente normalmente geram baixos índices de concordância, os quais poderiam ser melhorados na medida em que se avançava com rodadas sucessivas de codificação.

Após a codificação, realizou-se uma reunião de consenso entre os dois codificadores independentes, mediada por uma pesquisadora da área de entrevista forense. Para cada discordância observada, três ações eram realizadas: (a) a explicitação das razões que levaram cada codificador a escolher a categoria; (b) discussão das possíveis razões que levaram ao desacordo e (c) a decisão sobre qual categoria era mais adequada para a elocução avaliada. Essa reunião permitiu a identificação das fontes de discordância e promoveu o refinamento do sistema por meio das seguintes ações: (1) a necessidade de melhorar a identificação e destaque das elocuições que deveriam ser codificadas de forma independente, (2) a exclusão de códigos não relacionados aos aspectos centrais da entrevista, (3) a inclusão de mais exemplos para ilustrar as categorias, (4) a identificação da incompatibilidade de alguns códigos gerados pelas duas bibliografias, uma parte com ênfase clínica (Kadushin & Kadushin, 1997) e outra parte com ênfase forense (Lamb et al., 2008), (5) e o reconhecimento de questões relacionadas ao trabalho multicultural e a interferência da língua na construção de categorias com uso de termos técnicos.

Um exemplo dessa questão foi o emprego da categoria “*probes*”, uma categoria bastante comum na literatura inglesa de entrevistas forenses, mas um termo “um tanto alienígena” no português e que evidenciou a dificuldade de encontrar termos técnicos

equivalentes nessas duas línguas. Esse fator foi fonte de divergência de codificação no primeiro e nos demais testes de refinamento das categorias.

A Figura 11 tem como objetivo capturar um uso do termo *probes* em seu contexto nativo, de forma lúdica, para explicitar, de forma metafórica, os desafios de conduzir pesquisas com base multicultural. Esses desafios podem ser expressos mediante o reconhecimento de um campo de estudos sobre como a linguagem pode influenciar processos de pensamentos e vice versa. Essa discussão é trazida pela literatura por meio da chamada “hipótese Sapir-Whorf” (Hunt & Agnoli, 1991; Mehler, Pustynnikov, & Diewald, 2011). De acordo com Hunt e Agnoli (1991) existem limites na possibilidade de intercâmbio ou “tradutabilidade” de termos entre diversas línguas que ultrapassam meramente a questão do domínio de uma segunda língua ou idioma. A “hipótese Sapir-Whorf” lida com fenômenos tais como o modo como determinados processos de pensamento podem ser expressos em uma língua mais facilmente do que em outras línguas.

O teste com a codificação independente do Protocolo NICHD e a reunião de consenso decorrente possibilitou o reconhecimento de outro fator interveniente em pesquisas que envolvem essa metodologia de avaliadores independentes em contextos multiculturais, além da decisão objetiva em relação aos critérios de uma lista de códigos. O *viés do falso consenso* descrito por Marks e Miller (1987) se refere à tendência de que membros de um mesmo grupo cultural apresentem uma



“I was abducted by aliens, but they wouldn't probe me because I didn't have any health insurance.”

Figura 11 Uma charge para exemplificar os limites do intercâmbio entre termos técnicos em duas línguas. “Eu fui abduzido por alienígenas, mas eles não me ‘sondaram’ porque eu não tinha nenhum plano de saúde”.

tendência de superestimar o consenso sobre aspectos próprios de seus sistemas de crenças, ao mesmo tempo em que podem apresentar uma tendência de minimizar a influência de visões discordantes. Nas palavras dos proponentes deste fenômeno da psicologia social: “*perceber suas próprias escolhas comportamentais e julgamentos como relativamente comuns e apropriados, além perceber respostas alternativas como incomuns, desviantes ou inapropriadas*” (Ross, Greene, & House, 1977, p. 280).

Esse processo pode explicar a decisão “consensual” que ocorreu na reunião de refinamento do sistema de categorias entre o pesquisador brasileiro e os profissionais americanos em torno do entendimento sobre o uso de outra categoria específica. A análise fina das definições e do nome dessa categoria indica que o consenso em torno de seu uso pode ter sido fabricado e que não se ateu especificamente à melhoria da definição operacional desse código na primeira lista.

A atenção a estas possíveis interferências multiculturais do projeto teve como principais benefícios processos de *remodelação*, de *detalhamento*, de *limpeza* e de *reorganização* do sistema de categoria que foi submetido a um novo teste, conforme descrito a seguir.

O segundo teste de refinamento: uma entrevista de um policial americano dos anos

1990

Diante da necessidade de testar a categoria em uma entrevista real e não apenas em um protocolo estruturado, um segundo teste foi realizado em uma transcrição extraída de uma amostra de entrevistas forenses que fazia parte de um projeto conjunto entre duas pesquisadoras que contribuíram com a construção do sistema de análise utilizado nesta tese

(a Dra. Debra Nelson-Gardell, da Universidade do Alabama, e a Dra. Kathleen Faller, da Universidade de Michigan).

Um oficial da força policial do Estado Americano de Michigan conduziu uma entrevista, no início dos anos de 1990, como parte de uma investigação de um possível abuso sexual sofrido por um garoto de 8 anos de idade por uma pessoa que viveu na casa dos avós dessa criança. Para a citada entrevista foram selecionadas previamente as 630 elocuições do entrevistador para codificação independente. As respostas das crianças não foram codificadas nesta etapa. As categorias utilizadas para este segundo teste de refinamento estão descritas no Anexo IV.

Para a segunda rodada de codificação independente, não foi possível contar com a colaboração de uma avaliadora que trabalhou no primeiro teste. Para assumir esse papel colaborou uma pessoa com perfil similar de treinamento em entrevistas forenses, doutoranda da Universidade do Alabama, com experiência de mais de 20 anos na área dos serviços de proteção social, e de quatro anos como coordenadora de um Centro de Defesa da Criança, onde prestou serviços de coordenação administrativa e de aconselhamento de crianças em situação de violência sexual.

Ao final do processo, observamos um declínio no percentual simples de concordância de 44% para 41%. A análise da fonte das discordâncias identificou que três códigos sozinhos foram responsáveis por mais de 63% das discordâncias em todo o protocolo: *probes*, *directive utterances* e *invitations*. Esses códigos classificam elocuições extremamente importantes para a entrevista forense, pois foram concebidos para capturar os esforços do entrevistador para suscitar o relato livre (*invitations*), o reconhecimento de informações específicas (*directive utterances*) o detalhamento e a ampliação da narrativa de criança (*probes*).

Diante da identificação de um problema grave nos principais códigos do sistema, pois a maior parte da discordância referia-se à atividades centrais na entrevista forense, recorremos à consulta a uma especialista em entrevista forense com crianças, com mais de 25 anos de experiência na função e treinadora sênior de um dos maiores Centros de Defesa da Criança dos Estados Unidos. Ela já conduziu mais de 300 treinamentos nos Estados Unidos e em outros países, inclusive no Brasil, é mestre em educação e conselheira profissional licenciada e autora de um capítulo de um livro em uma importante referência da área (Cordisco-Steele, 2012; Faller et al., 2010).

A reunião com a especialista indicou que os seguintes fatores contribuíram para a queda nos índices de concordância e poderiam explicar o grave problema verificado no sistema de codificação: (1) a entrevista realizada pelo policial, no início dos anos de 1990, apresentava um conjunto de técnicas consideradas hoje inapropriadas (p.ex.: com várias elocuições sugestivas e coercitivas); (2) o sistema de classificação continha muitas categorias que se sobrepunham, e (3) a ausência de um modelo teórico que pudesse ser utilizado como forma de organizar as várias categorias. Essas conclusões ajudaram a revisar de forma radical o sistema de codificação, porém com a convergência e manutenção de algumas definições das listas de codificação original.

O referencial teórico que guiou a criação da terceira lista de codificação foi oriundo da seguinte pergunta: *como podemos sondar (to probe) os processos de memória das crianças durante as entrevistas forenses?* As definições de elocuições que exploram e sondam a *livre evocação da memória* e das elocuições que exploram a *memória de reconhecimento* (Faller, 2007a; K. Saywitz, Lyon, & Goodman, 2011) e a estratégia de *afunilamento* utilizada em diversos protocolos de entrevista (Anderson et al., 2009; Fisher & Geiselman, 2010; Lamb et al., 2008b; The American Professional Society on the Abuse

of Children, 2012) foram utilizados para organizar e dar sentido à relação entre as diversas categorias criadas até então. As categorias foram *convergadas, realocadas e ramificadas* de acordo com o modelo teórico de forma a gerar uma nova lista de codificação. A Figura 12 ilustra parte deste processo.

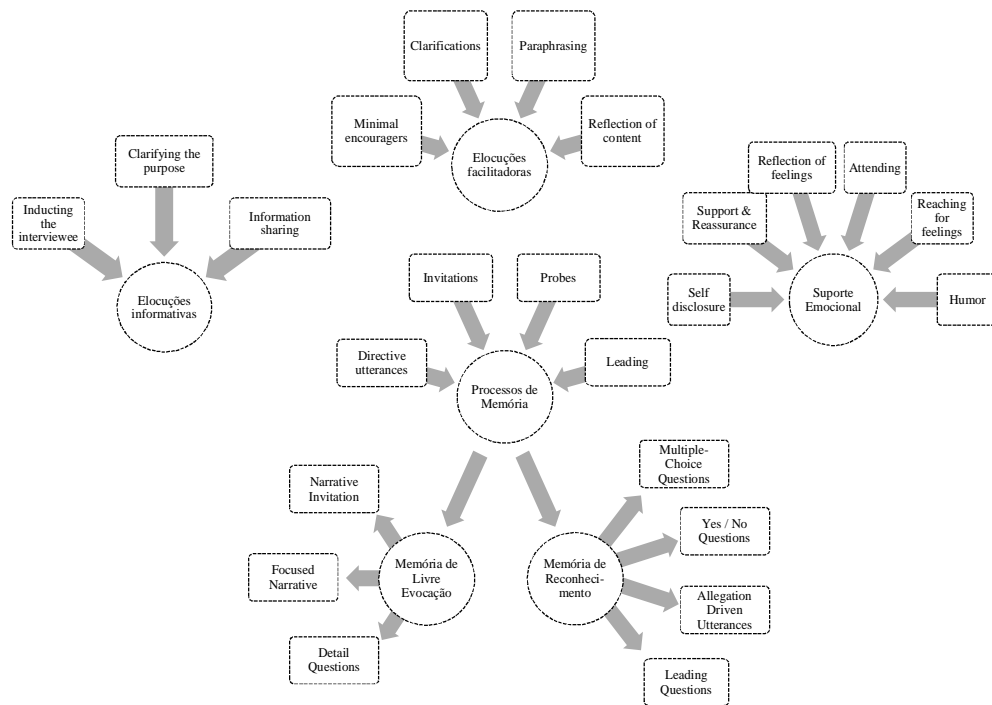


Figura 12 Processos de convergência e de ramificação dos códigos no modelo teórico

O remodelamento do sistema de codificação de forma coerente com a proposta teórica permitiu a continuidade do processo de refinamento dos códigos gerando uma lista com 12 categorias. Para testar o novo modelo, contamos com uma transcrição fornecida pela especialista consultada, coerente com as recomendações mais atuais da literatura sobre a entrevista forense. A seguir apresentamos o terceiro teste para aprimoramento do sistema.

O terceiro teste de refinamento: uma entrevista do Centro Americano de Defesa da Criança

A terceira transcrição foi cedida pela especialista em entrevista forense consultada para auxiliar na construção do sistema de categorias. Esta entrevista foi conduzida pela própria especialista com uma menina de 6 anos de idade, em um Centro de Defesa da Criança americano, como parte das ações de um time multidisciplinar responsável pelo processo de investigação de um possível abuso sexual por um membro da família. Para esta transcrição identificamos um total de 468 elocuições do entrevistador. As elocuições da criança não foram codificadas. As categorias utilizadas estão descritas no Anexo V.

O segundo codificador independente não pode participar do estudo, razão pela qual convidamos uma assistente social brasileira, fluente em inglês, especialista em violência doméstica contra crianças, com 26 anos de profissão na área do serviço social e 12 anos no atendimento de crianças no contexto do judiciário para sugestão de medidas protetivas judiciais. Para treinamento desta profissional no uso do sistema, o novo modelo de codificação foi aplicado e discutido conjuntamente na codificação do Protocolo NICHHD usado na primeira rodada de consenso.

Nos Centros de Defesa da Criança, as entrevistas são realizadas em duas etapas. Na primeira, o entrevistador realiza o *rapport* e adota a estratégia de afunilamento com foco em aspectos gerais até abordar gradual e extensivamente a possível experiência abusiva. Esta etapa também foi utilizada no treinamento da nova codificadora com a codificação conjunta e consensual de 214 elocuições do entrevistador.

A segunda etapa das entrevistas nos Centros de Defesa ocorre após a consulta do entrevistador aos membros da equipe multidisciplinar, policiais, assistentes sociais,

promotores de justiça, que assistem à entrevista em uma sala em separado, normalmente com auxílio de circuito interno de áudio e vídeo. Nessa etapa, o entrevistador pode abordar aspectos específicos ou detalhar algo solicitado pelos membros da equipe multidisciplinar. Essa etapa da entrevista foi utilizada para o estudo de concordância independente e foram submetidas para a análise 253 elocuições.

Dois codificadores independentes participaram deste teste: o pesquisador e a assistente social brasileira convidada para analisar a entrevista do Centro de Defesa. O resultado da análise de concordância no teste com o protocolo de entrevista do Centro de Defesa, isto é a codificação uma entrevista forense em inglês e um sistema de codificação, também em inglês, resultou em uma melhoria significativa da codificação para nove das 12 categorias ($kappa \geq 0.6$). Apenas três códigos não alcançaram o limiar necessário para finalizar o sistema. Uma nova rodada de consenso permitiu alguns ajustes menores nesses três códigos para utilizar o sistema mais uma última vez, desta vez em um protocolo de entrevista da amostra, em português, para avaliar a viabilidade do sistema para analisar as demais entrevistas da amostra do estudo.

O quarto teste de refinamento: uma entrevista da Justiça Brasileira de Proteção à Infância

A quarta entrevista, em português, utilizada para aprimorar o sistema de análise de entrevistas forenses foi retirada da amostra de entrevistas desta tese. A entrevista foi conduzida com uma criança de 6 anos de idade, entrevistada por um psicólogo e por uma assistente social, como parte do estudo psicossocial ampliado para a aplicação de medidas protetivas diante de uma denúncia de violência sexual praticada possivelmente pelo tio materno. 105 elocuições do entrevistador foram selecionadas para a análise. As elocuições da criança não foram analisadas nesta etapa. As categorias e as definições foram

traduzidas pelos dois codificadores das categorias para novo teste do sistema, resultando na manutenção de bons índices de concordância ($kappa \geq 0.6$) para 10 categorias do sistema de 12. As categorias utilizadas neste teste estão descritas no Anexo VI. Apenas duas categorias permaneceram abaixo do limiar: *Eloquções Sugestivas* e *eloquções dirigidas pela alegação*. O percentual simples de concordância foi de 82%. Desse modo obtivemos a seguinte evolução da qualidade do sistema utilizado (Figura 13).

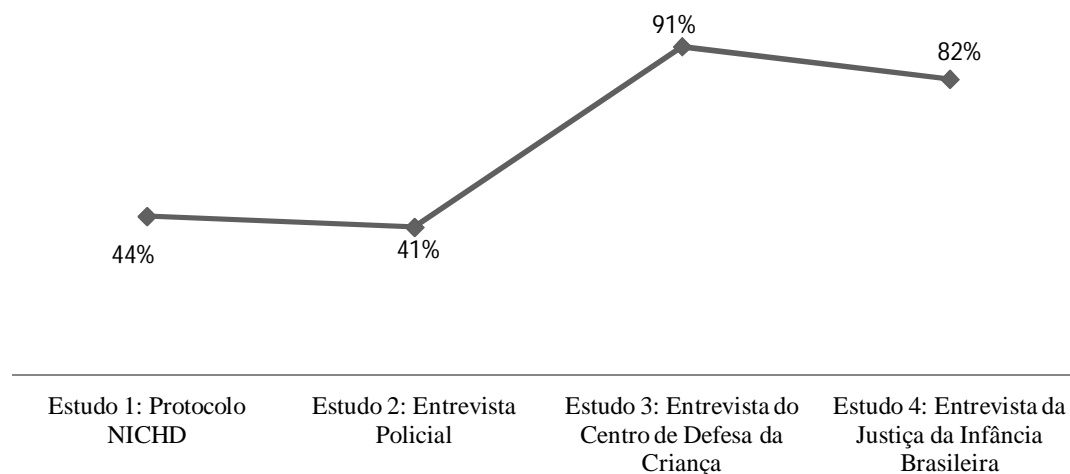


Figura 13 Evolução do percentual simples de concordância nos quatro estudos

Apesar da evolução indicada, verificamos uma relativa redução do índice de concordância entre o terceiro e o quarto estudo. Na reunião de consenso, um dos aspectos levantados para a explicação da queda no índice de concordância envolveu reconhecimento da diferença do contexto cultural entre as entrevistas conduzidas para atender o sistema de justiça americano e as entrevistas conduzidas para atender questões do contexto brasileiro. O sistema de justiça americano requer o escrutínio crítico de todos os procedimentos realizados para fins da aplicação de medidas de proteção e de responsabilização.

Apesar de o sistema de justiça brasileiro também impor a avaliação crítica da atuação profissional entrevistador, o sistema brasileiro somente recentemente tem adotado práticas em que a atuação profissional é alvo de observação imediata pelos usuários da informação gerada pelas entrevistas. No sistema americano, os usuários da informação gerada pela entrevista estão observando a atuação do profissional, e isso pode ter impacto na adoção de práticas mais aderentes às pesquisas científicas atuais.

No sistema brasileiro, apenas as entrevistas realizadas nas audiências especiais é que têm sido observadas diretamente pelos atores do sistema jurídico: juízes, promotores, defensores públicos e advogados. No contexto em que a entrevista analisada foi realizada não há a avaliação crítica por parte de terceiros interessados na informação no momento da ocorrência da entrevista. Os últimos ajustes no sistema de categorias do entrevistador levaram ao uso das seguintes categorias para o estudo das elocuições do entrevistador (Tabela 1).

Tabela 1 O sistema de análise das elocuições do entrevistador

Categorias do Entrevistador	Definições
Informações Genéricas	Compartilham com a criança informações sobre as necessidades da entrevista de forma geral. Podem ser genéricas (codificar apenas "1") ou específicas sobre o objetivo da entrevista (ver 1.1.) ou sobre as regras básicas (ver 1.2.). Distinguem-se das Elocuições Exploratórias da Memória de Reconhecimento por serem afirmações ou imperativos. Caso a elocução apresente aspecto informativo, no formato de perguntas, utilize os códigos "4" ou "5".
Informações sobre Objetivo	Explicam o objetivo da entrevista. Informam procedimentos gerais da entrevista: gravação, a sequência ou etapas do atendimento, etc: <i>"nosso trabalho é conversar com crianças sobre as coisas que aconteceram com elas"</i> .
Informações sobre Regra	Explicam o processo da entrevista com a finalidade de atender os objetivos da entrevista de forma mais eficiente. Fornecem ao entrevistado as "regras" de como agir ou falar em uma entrevista forense.
Elocuições de Suporte	Melhoram e mantêm o relacionamento entre o entrevistador e a criança com a finalidade de apoiar os objetivos da entrevista: "Que bom te conhecer! E aí tudo bem?" Demonstam compreensão, preocupação e simpatia pela criança. Encorajam-na, elogiam-na e valorizam as habilidades, qualidades e estratégias de enfrentamento da criança. Identificam e chamam atenção para os sentimentos expressos pela criança, "sancionando-os". Uso de humor pode ser uma forma de expressão do apoio e manutenção do relacionamento.
Elocuições Facilitadoras	Encorajam a criança a continuar a falar de maneira informativa (ex: "entendi", "certo", "tá bom", "um hum") ou parafraseiam ou ecoam a elocução anterior da criança.
Convite Narrativo	Encorajam a criança a falar mais longamente sobre um tema mediante o uso de um número mínimo de perguntas, mudanças de tópicos, ou informações trazidas pelo entrevistador (NCAC, 2012). Frequentemente eliciam relatos bem particulares da criança sobre os eventos vividos por ela com o uso de suas próprias palavras. Essas elocuições podem ter diferentes formas tais como "fala para mim", "me explique como aconteceu", "o que aconteceu depois", "me conte tudo desde quando tudo começou até quando tudo terminou".
Narrativa Focalizada	Exploram e sondam a narrativa da criança sobre um tópico particular que foi anteriormente relatado. Sinalizam para a criança tópicos específicos (pessoas, lugares, ações, objetos, período de tempo) para serem elaborados. Incentivam a livre evocação sobre o tema de interesse visando obter um maior número de informações, enquanto ao mesmo tempo fornece um foco para o diálogo.
Perguntas de Detalhamento	Focalizam aspectos específicos do evento mencionado anteriormente pela criança e geralmente começam com "o que", "onde", "quando", "quem", "por que" ou "como" (Saywitz, Lyon & Goodman, 2011). Visam obter informações contextuais e específicas sobre a experiência da criança (Faller, 2007)
Exploração Genérica da Memória de Reconhecimento	Exploram e sondam a narrativa da criança mediante a apresentação de uma ou mais informações trazidas pelo entrevistador. Fornecem as informações que devem ser reconhecidas, avaliadas, e referidas pela criança. Saywitz, Lyon & Goodman (2011) definem as elocuições de reconhecimento como aquelas em que o "entrevistador fornece escolhas e a criança seleciona a escolha correta. Desse modo, o entrevistador fornece detalhes que a criança meramente afirma ou nega. O reconhecimento geralmente limita a resposta da criança a uma única palavra".
Perguntas de Múltipla Escolha	Apresentam possíveis respostas para que a criança "selecione" a resposta "correta": "Isso aconteceu uma vez ou mais de uma vez?". Utilizar para as elocuições que procuram obter detalhes sobre o evento abusivo que já está sendo discutido, porém não implicam em uma indução ou sugestão da resposta: <i>"quando isso aconteceu, ele estava com roupa ou sem roupa?"</i>
Perguntas Sim-Não	Sinalizam informações específicas não mencionadas na narrativa de forma a se avaliar se a criança tem ou não a informação para compartilhar: <i>"Ele disse alguma coisa para você?", "ele tocou você em alguma parte do seu corpo?"</i> . Caso a criança já esteja falando sobre o abuso e categoria for aplicável, codificar como tal. Caso contrário, isto é, quando a criança não falou sobre a experiência abusiva e se introduz esse formato de pergunta introduzindo elementos da experiência abusiva, codificar como elocução indutiva.
Elocuições Dirigidas pela Alegação	Incluem informações disponíveis ao entrevistador antes da entrevista pelo contato com a denúncia formal ou por meio de outras avaliações: <i>"Eu ouvi dizer que você falou com [o médico/a professora/o assistente social/outro profissional] em [lugar e tempo]"</i> . Essa categoria deve ser usada apenas quando a elocução é mais genérica e não inclui detalhes específicos da autoria e do ato de violência, quando essas informações não foram mencionadas anteriormente pela criança. Caso haja a introdução de detalhes específicos do ato e da autoria, codificar como "indutiva". As elocuições direcionadas à alegação podem incluir informações sobre como a revelação da violência ocorreu, isto é, visam obter os relatos da criança sobre como e para quem ela contou o abuso.

Categorias do Entrevistador	Definições
Elocuções Sugestivas	Incluem informações que não foram previamente fornecidas pela própria criança sobre aspectos específicos da violência e da autoria e que implicam em uma forte expectativa sobre o que a criança pode dizer, restringindo a sua resposta (ex.: “ <i>ele forçou você fazer isso, não foi?</i> ”; “ <i>ele é uma pessoa muito ruim por fazer isso, não é?</i> ”). Essa categoria deve ser usada também quando o entrevistador <u>utiliza afirmações, inclui ou assume detalhes não ditos tanto sobre a violência quanto sobre a autoria</u> , especialmente quando a criança não está falando ainda sobre o abuso. As elocuções indutivas podem solicitar da criança a confirmação, a negação, o reconhecimento ou a escolha de detalhes sobre o abuso que não foram mencionados (ex.: “ <i>criança: o homem me levou no quarto - entrevistador: ele deitou você na cama?</i> ”). Caso a criança já tenha iniciado a narrativa sobre a violência, não categorizar como “indutivas” aquelas elocuções que focalizam a atenção da criança para detalhes ou aspectos não mencionados sobre o abuso, MAS QUE NÃO IMPLICAM que haja uma resposta particular esperada ou desejada pelo entrevistador: “ <i>ele tocou em cima ou embaixo da roupa?</i> ”. No exemplo, não há a indução de respostas, apenas a necessidade de se obter informações específicas sobre o incidente abusivo.

Até o momento apresentamos as estratégias realizadas para o refinamento do sistema de codificação. A seguir apresentamos escolhas realizadas para a análise das elocuções das crianças.

Como analisamos as elocuções da criança e do adolescente?

Ao contrário do procedimento utilizado para a construção das categorias do entrevistador, uma estratégia “quase” indutiva foi escolhida para a análise das elocuções das crianças e dos adolescentes entrevistados. Por “quase” indutiva queremos dizer que não propusemos *a priori* conceitos derivados da literatura para a construção das categorias utilizadas para codificar as elocuções da criança.

Entretanto, utilizamos um nível conceitual para codificar as elocuções dos entrevistados utilizando uma metáfora muito comum na área da revelação da violência sexual, que descreve que a revelação do abuso sexual é mais um *processo* que um evento, como o processo de retirar diversas camadas de uma cebola (Alaggia, 2004; Furniss, 1993; Staller & Nelson-Gardell, 2005).

Desse modo, partimos da expectativa de que as revelações durante as entrevistas forenses seriam graduais com informações gerais no começo e específicas na medida em que a entrevista forense avança (Tabela 2).

Tabela 2 Grandes classes de elocuições das crianças e dos adolescentes

Grandes Categorias da Criança	Definições
Outras Elocuições	Elocuições que não se encaixam em nenhuma das duas próximas categorias. São elocuições não informativas por não abordar aspectos da vida da criança ou da experiência abusiva.
Elocuições não Relacionadas à Alegação	Aquelas que apresentam informações sobre o contexto social da criança, porém não apresentam informações sobre a violência sexual.
Elocuições Relacionadas à Alegação	Aquelas que apresentam informações sobre a alegação de violência sexual.

Além disso, para permitir a comparação com outros estudos, após classificarmos cada elocução nas duas primeiras categorias descritas na Tabela 2, procuramos avaliar três níveis de “profundidade” das revelações, conforme Tabela 3.

Tabela 3 Níveis de “profundidade” da revelação da criança.

Níveis de profundidade da revelação da criação	Definições
Repete informação conhecida	Elocuições que repetem fatos sobre o abuso sexual ou sobre o contexto social da criança que já foram revelados na entrevista
Acrescenta detalhe de informação conhecida	Elocuições que adicionam um detalhe novo sobre fatos já revelados (o que, quem, como, quando, onde) sobre o abuso sexual ou sobre o contexto social da criança
Novas Informações	Elocuições que apresentam novas informações sobre o abuso sexual ou sobre o contexto social da criança.

Até agora o processo de criação do sistema de análise de entrevista forense foi descrito. Mas como esse sistema foi aplicado na amostra estudada? O tópico seguinte detalha as escolhas realizadas na segunda etapa da pesquisa e os procedimentos escolhidos para o tratamento dos dados gerados.

A segunda etapa da pesquisa: o estudo de entrevistas forenses em uma amostra real

As entrevistas analisadas foram realizadas por psicólogos e assistentes sociais com crianças possivelmente vítimas de abuso sexual em na vara cível de proteção no Distrito Federal. Os entrevistados configuravam como “partes” algum processo judicial, isto é, eram pessoas que receberam algum tipo de intervenção judicial na referida corte judicial durante o ano de 2011.

Essas crianças foram encaminhadas para a comarca citada por força da lei, por haver a suspeita de terem vivenciado uma violação ou uma ameaça de violação de seus direitos fundamentais por ação ou por omissão, conforme previsto no artigo 98 do ECA.

Para subsidiar a decisão do magistrado da infância na recomendação de medidas protetivas diante da confirmação ou da suspeita de violação de direitos, as crianças foram entrevistadas por psicólogos e assistentes sociais que, além de ouvir a criança, realizam um estudo psicossocial do caso, conforme metodologia específica denominada “*avaliação psicossocial ampliada*,” cujo objetivo é:

conhecer e compreender os aspectos sociais, culturais, históricos, subjetivos, comportamentais e emocionais antes, durante e depois dos eventos narrados [*sobre as denúncias de violência sexual*] (...) como um pano de fundo em que se desenrolam ações e eventos (...) [*e que prevê*] a participação do maior número de pessoas envolvidas na situação ou que tiveram conhecimento dos fatos e ações, entre aquelas que presenciaram ou tiveram conhecimento [*desses*] fatos (...), sejam elas da rede social primária da criança ou da rede social secundária, tais como professores, psicólogos, médicos, entre outros. (Santos, 2011, p. 25)

O resultado da avaliação psicossocial poderá contribuir para que o magistrado exerça sua competência legal de intervir, se necessário, no vínculo que essas crianças mantêm com o seu núcleo familiar, tais como: a alteração ou a perda da guarda dos pais ou responsável pela criança vítima de violência; a colocação da criança em outra família ou em uma instituição de acolhimento institucional credenciada, caso a permanência da criança implique em risco de violência ou de morte; o afastamento do agressor do domicílio comum e medidas de suspensão ou destituição do poder familiar, caso essas sejam necessárias para a proteção integral da criança atendida.

De acordo com Santos (2011), a avaliação psicossocial ampliada é composta de pelo menos cinco procedimentos realizados em uma sequência previamente determinada: (1) a entrevista semiestruturada com a pessoa para quem a criança apresentou a queixa de violência sexual pela primeira vez, denominada de “pessoa de confiança”; (2) a entrevista

semiestruturada com as pessoas que fazem parte de rede primária ou secundária da criança e que tenham conhecimento da denúncia; (3) a entrevista com a criança com o uso dos fundamentos do modelo da *entrevista cognitiva* (Stein, 2010); (4) a entrevista semiestruturada com o suposto autor da violência; (5) e a entrevista semiestruturada com outras pessoas que façam parte das relações da criança e que sejam indicadas pelo suposto autor da suposta violência sexual.

Neste trabalho, foram analisadas 31 entrevistas com as crianças atendidas durante a avaliação psicossocial ampliada, correspondendo a 47% dos processos no setor durante o ano de 2011 (N=66). Utilizamos como critério de inclusão para compor a amostra: (1) todas as sessões da entrevista com a criança deveriam ter sido gravadas; (2) a entrevista deveria ter sido conduzida com apenas uma criança ou adolescente. Portanto, das entrevistas para as quais existiam registros em áudio, 84% delas foram incluídas neste estudo.

A amostra caracteriza-se por 28 *meninas* (90,3%) e três *meninos* (9,7%), com *idade* média de 102,2 meses (8,5 *anos*) e desvio padrão de 47,2 meses (3,9 *anos*). A adolescente mais velha tinha 17,1 anos e a criança mais jovem tinha 3,1 anos.

No setor de onde as entrevistas foram originadas, o atendimento dos casos ocorre preferencialmente em dupla, sendo que um entrevistador é designado como primário, isto é, responsável pelo caso e quem conduz prioritariamente a entrevista, e o entrevistador secundário, responsável por apoiar e auxiliar o colega e que intervêm eventualmente. Na amostra estudada, 25 entrevistas foram conduzidas por psicólogos como entrevistador primário e seis, pela assistente social. Nove entrevistas tiveram psicólogos como entrevistadores secundários; em seis, tiveram a assistente social; em 13, as estagiárias de psicologia. Para este estudo, entendeu-se a dupla como “o entrevistador”, independente de

qual profissional ou estagiário emitiu essa ou aquela elocução na entrevista. O estudo gerou a identificação e tratamento de quantidade significativa de unidades de análise: **28978** elocuições do entrevistador e do entrevistado. Os procedimentos específicos para a identificação de elocução estão descritos no Anexo VII.

O volume de trabalho gerado para o estudo de milhares de pequenas unidades analíticas, as elocuições, requereu uma ferramenta confiável de gestão de análise de conteúdo. Para este estudo fizemos a gestão dos dados em um Sistema de Análise 9

Qualitativa Assistida por Computador (SAQAC): o *Atlas.ti*®. No Brasil, verificamos que o uso desta ferramenta de gestão de dados qualitativos parece ser incipiente. Realizamos uma busca simples sobre o sistema nas bases de dados *Scielo*, *Biblioteca Virtual em Saúde - Periódicos Eletrônicos de Psicologia*, e *Banco de Teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Identificamos o uso do Atlas.ti em alguns estudos em *saúde pública* (Barrêto et al., 2012; Ferreira, Vosgerau, Moysés, & Moysés, 2012), em *enfermagem* (Silva et al., 2010; Trentini et al., 2008) e em *administração* (Bandeira-de-Mello & Cunha, 2004; Beuren & Almeida, 2012; Guimarães & Medeiros, 2005; Henrique Ramos Medeiros & de Aquino Guimarães, 2006; Zilber & Silva, 2010).

Em pesquisas brasileiras na área da psicologia, encontramos o uso do Atlas.ti em um estudo sobre as narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica (Santos & Moré, 2011; Silva, Constantino, & Premaor, 2011), um para o estudo das representações sociais sobre a adolescência (Silva et al., 2011) e outro sobre as representações sociais sobre o processo de envelhecimento (Oliveira & Simoneau, 2012).

A principal razão para a escolha do Atlas.ti envolveu a ampla variedade de materiais com os quais era possível trabalhar, bem como a capacidade de gerir material qualitativo

de diferentes naturezas: textos, vídeos, áudios, imagens e até mesmo localizações geográficas de mapas virtuais (Friese, 2013). Apresentamos, a seguir, os passos realizados para a análise dos dados oriundos das entrevistas com as crianças com o SAQAC escolhido.

Com o Atlas.ti pudemos selecionar os ‘pedaços’ relevantes de nosso material qualitativo – as transcrições das entrevistas; atribuir significados aos ‘pedaços relevantes’ por meio do processo de codificação; armazenar as reflexões do pesquisador em memorandos textuais; construir redes conceituais de relacionamento entre os significados e os dados originais, e realizar consultas e estatísticas sobre todo o material gerido.

Houve uma primeira leitura das transcrições na qual cada elocução foi separada em linhas como forma de marcação do texto com a finalidade de facilitar a sua identificação, conforme recomendação especializada (Friese, 2012). Esse procedimento também serviu ao propósito de favorecer uma “leitura flutuante” do material, ou o primeiro estágio do processo de análise (Bardin, 2009; Saldaña, 2012).

O segundo estágio de codificação envolveu a aplicação, em cada elocução, de uma das categorias descritas na Tabela 1, relacionada às categorias do entrevistador. As elocuções da criança foram codificadas conforme as categorias descritas na Tabela 2 e na Tabela 3.

Depois de codificados, os dados foram exportados para tabelas com a frequência bruta das categorias para cada entrevista. As categorias foram transformadas em escores proporcionais, com vistas a dirimir possíveis discrepâncias de números muito elevados em relação a números muito baixos em uma mesma variável. No capítulo seguinte, este procedimento será detalhado.

Cada entrevista foi classificada em relação ao desfecho da revelação de abuso sexual por parte da criança (revelou ou não revelou o abuso), com base na avaliação qualitativa do pesquisador sobre o detalhamento da narrativa sobre a experiência abusiva. 16 crianças da amostra narraram experiências abusivas de forma detalhada e foram consideradas, para fins da pesquisa, como “vítimas de violência sexual”. 15 crianças não narraram ou narraram experiências abusivas de forma confusa ou pouco detalhada e não foram consideradas, para fins da pesquisa, como vítimas de abuso sexual.

Essa classificação sobre a possibilidade do abuso ter ocorrido foi utilizada na análise das variáveis relacionadas ao caso: número de sessões de entrevista, idade da criança, tempo entre denúncia e das categorias do entrevistador e do entrevistado. Essas variáveis foram tratadas por meio de análises de variância; e das categorias do entrevistador e do entrevistado. Estatísticas de correlação *Pearson* e de *Análise Multivariada* (MANOVAs), e seus respectivos valores de probabilidade, foram empregados para responder as perguntas do estudo: Como se caracterizam as elocuições do entrevistador? Como se caracterizam as elocuições do entrevistado? Como se relacionam as elocuições do entrevistado e do entrevistador na entrevista forense? Como as elocuições da entrevista forense se relacionam com as variáveis do caso? As respostas às perguntas estão no próximo capítulo.

Capítulo 3:A Dinâmica das Entrevistas Forense Estudadas

A dinâmica das entrevistas forenses, isto é, os possíveis relacionamentos entre os entrevistadores e o entrevistado e outras variáveis do estudo, é o foco da discussão deste capítulo. Primeiramente, serão examinadas as características gerais das narrativas dentro da entrevista forense na amostra estudada.

As estratégias mais comuns utilizadas pelos entrevistadores para compreender a experiência da criança foram: o uso de Perguntas Sim-Não (5036), seguidas de Elocuções de Apoio (3537), Elocuções Facilitadoras (3151) e Perguntas de Detalhamento (2692). A Figura 14 permite identificar as estratégias mais frequentes no contexto da estratégia de afunilamento.

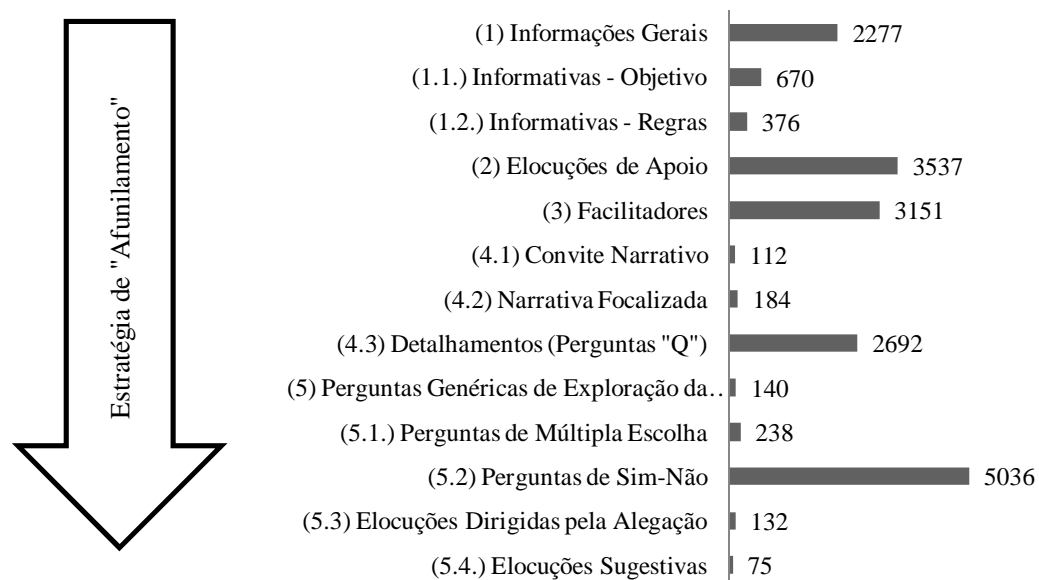


Figura 14 Frequência das categorias do entrevistador

As estratégias menos comuns utilizadas pelo entrevistador para alcançar o objetivo da entrevista forense foram: Elocuções Sugestivas (75), Convites Narrativos (112), as Elocuções Dirigidas pela Alegação (132), Perguntas Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento⁶(140), e Narrativas Focalizadas (184). Essas elocuções também podem ser observadas no contexto da estratégia de afunilamento demonstrada na Figura 14.

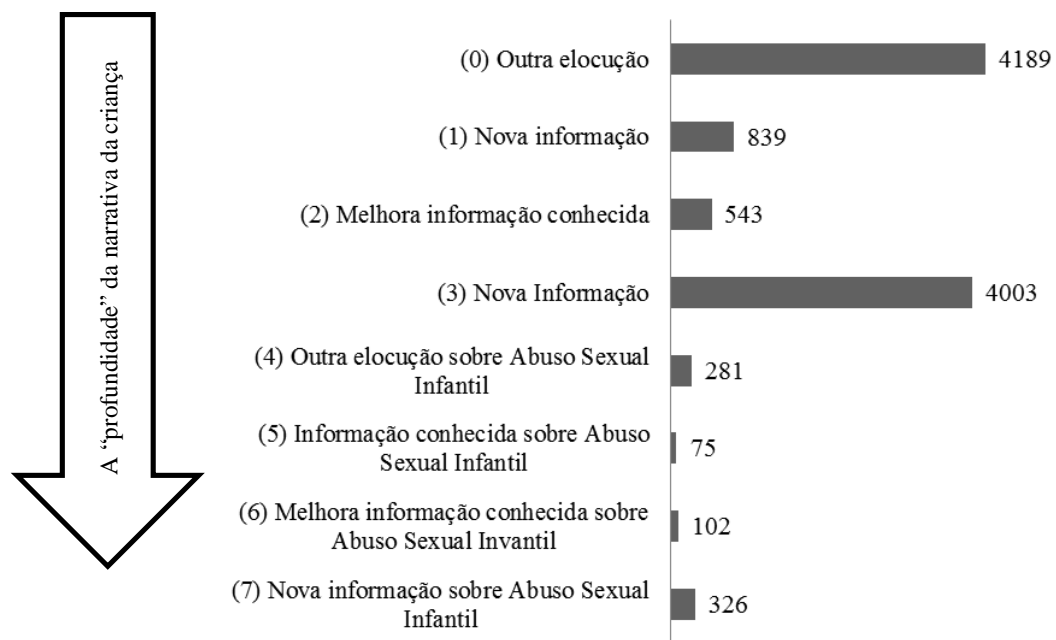


Figura 15 Frequência das categorias da criança

As elocuções das crianças estão apresentadas na Figura 15. A ordem das categorias foi também delineada para capturar a profundidade da narrativa das crianças, de acordo com a metáfora que compara a narrativa da revelação como um ato de gradualmente descascar “camadas de uma cebola”.

⁶ Essa categoria foi incluída na análise em razão de algumas perguntas não se encaixarem em nenhuma outra definição das elocuções que exploravam a memória de reconhecimento: Perguntas de Múltipla Escolha, Perguntas Sim-Não, Elocuções Dirigidas pela Alegação e Elocuções Sugestivas. Essas perguntas tinham um formato híbrido, difícil de ser alocada em categorias específicas. Exemplos dessa categoria são apresentados durante a apresentação dos resultados.

A primeira camada, “Outras Elocuções”, representa a resposta mais comum encontrada no estudo (4189 elocuições) e se referem às respostas não informativas sobre fatos da vida da criança ou sobre a possível experiência de violência: “eu vou brincar de casinha”. A segunda camada, “Informações Conhecidas” (839), refere-se às informações já reveladas pela criança sobre fatos de sua vida. A terceira camada, “Melhora Informações Conhecidas” (543), significa que a criança incluiu detalhes sobre “o que”, “quem”, “onde”, “quando”, e “onde” em relação a um fato já revelado anteriormente. A quarta representa “Novas Informações” sobre fatos da vida da criança (4003 elocuições).

O restante das categorias está relacionado às possíveis experiências de abuso sexual: “Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil” (281), que representa informações associadas de alguma forma ao abuso, mas que não oferecem qualquer outra informação específica sobre a experiência. Um exemplo dessa categoria são os comportamentos de fuga: “*eu não quero falar sobre isso*” ou “*eu tenho medo de falar*”. “Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil” ocorreu com a seguinte frequência: 75 elocuições. “Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil” apresentou 102 elocuições. “Novas Informações sobre Abuso Sexual Infantil” ocorreu em 326 elocuições. Essas categorias representam os elementos centrais da narrativa da criança sobre a alegação e mantêm a mesma lógica de “profundidade” das categorias anteriores relacionadas aos fatos da vida da criança.

Uma vez que a distribuição de categorias entre as entrevistas é afetada pelo “tamanho da entrevista”, esse fato precisava ser abordado, especialmente para avaliar seus efeitos em cada categoria de interesse. Com o objetivo de avaliar esse efeito, o número total de elocuições em cada entrevista foi considerado uma medida do tamanho da entrevista: quanto mais elocuições, mais longa; quanto menos elocuições, menos longa a entrevista.

A Tabela 4 sintetiza diversas variáveis do estudo para cada entrevista, ordenadas de acordo com o número total de elocuições: o nome da criança, idade, sexo, seguido da conclusão feita pelos entrevistadores nos relatórios escritos baseado em toda avaliação (que inclui informações de outras fontes, tais como entrevistas com cuidadores, e outras pessoas significativas), a conclusão do pesquisador baseada somente na avaliação qualitativa da narrativa da criança, o número de sessões de entrevista, o número de elocuições nas sessões de entrevista (tamanho da entrevista) e o tamanho da entrevista relativa ao número total de elocuições (percentagens) na amostra.

Tabela 4 Ordem de entrevistas de acordo com o seu “tamanho” (número total de elocuições) e outras variáveis do estudo

Criança	Idade (Anos)	Sexo	Dias entre a alegação formal e a entrevista	Conclusão dos Entrevistadores baseada na Avaliação Psicossocial Ampliada ^a	Conclusão do Pesquisador baseada na Entrevista ^b	# Sessões de Entrevista	# Elocuições Analisadas	Elocuições na Amostra (%)
Joana	9,1	F	238	NC	N	1	93	0,321
Tatiana	12,3	F	100	CV	N	1	173	0,597
Aurora	3,2	F	86	NE	N	2	231	0,797
Fernando	7,7	M	968	NE	N	1	269	0,928
Aline	14,5	F	889	CV	N	1	277	0,956
Sandy	5,8	F	124	CV	S	1	312	1,077
Julia	4,9	F	386	CV	S	1	406	1,401
Vinicius	3,2	M	186	NE	N	3	436	1,505
Helena	14,2	F	240	CV	S	1	492	1,698
Maria	8,3	F	140	NE	N	1	518	1,788
Daniele	9,7	F	217	CV	N	1	532	1,836
Alessandra	4,1	F	330	CV	S	1	638	2,202
Alice	14	F	958	NC	N	1	646	2,229
Yolanda	5,9	F	240	CV	N	1	714	2,464
Dalila	13,6	F	217	CV	S	1	733	2,530
Bianca	4,1	F	127	CV	S	2	755	2,605
Tamires	6,3	F	191	NE	S	2	785	2,709
Larissa	9,1	F	728	CV	S	1	809	2,792
Alexia	10,5	F	136	CV	S	1	855	2,951
Gracie	7,5	F	350	CV	N	2	881	3,040
Sandra	13,9	F	3449	NE	N	1	908	3,133
Gabriela	17,1	F	82	NC	N	1	924	3,189
Talita	11,7	F	557	CV	S	1	933	3,220
Viviane	11,3	F	286	CV	S	1	1073	3,703
Rita	8,9	F	15	CV	S	1	1258	4,341
Karoline	6,7	F	347	CV	S	2	1692	5,839
Danubia	4,2	F	136	NE	S	3	1958	6,757

Denis	4,5	M	78	NE	N	1	2030	7,005
Bruna	5	F	81	CV	S	2	2329	8,037
Simone	4,3	F	366	NE	N	3	2550	8,800
Karol	8,9	F	118	NE	S	4	2768	9,552
Totais							28978	100,00

Notas: ^a A avaliação psicossocial ampliada tem como objetivo fornecer uma opinião informada sobre a possibilidade do abuso. NC = não confirmada a alegação sobre a violência; NE = sem elementos para confirmar ou negar a alegação da violência; CV = alegação confirmada sobre a violência. ^b O pesquisador deu uma opinião informada sobre a alegação apenas com base na análise qualitativa da informação revelada pela criança. S = Sim, a alegação parece ser sustentada com base na narrativa da criança. N = Não, a alegação parece não ser sustentada com base na narrativa da criança.

No exemplo, iremos comparar duas entrevistas em posições extremas. A primeira é a entrevista de *Joana*, em que se encontrou 93 elocuições, representando 0.3% de todas as elocuições da amostra estudada. *Joana* tinha 9 anos idade quando foi entrevistada 238 dias após a alegação formal⁷ (7,9 meses depois). Ela não foi considerada uma criança abusada, seja por seus avaliadores, seja pela avaliação qualitativa do pesquisador com base na análise qualitativa da narrativa dessa criança. Certamente, a possível contribuição de *Joana* nas estatísticas realizadas será diferente da criança *Karol*. *Karol* tinha quase 9 anos de idade quando foi entrevistada em quatro sessões após 118 dias (quase quatro meses) desde sua revelação formal na delegacia de polícia. A entrevista com essa criança produziu a impressionante quantidade de 2767 elocuições, contribuindo com 9,5% de todas as 28978 elocuições analisadas para este estudo.

Como o tamanho das entrevistas poderia “inflar” qualquer medida estatística realizada sobre os dados, a correlação de *Pearson* foi calculada para cada categoria com o “tamanho da entrevista”. Tamanho da entrevista foi uma medida indireta a partir do número total de elocuições, criada no interesse de avaliar qualquer possível efeito correlacional espúrio.

⁷ “Alegação formal” refere-se à revelação da criança sobre experiências abusivas em um contexto profissional, em instituições da rede de proteção ou de responsabilização.

Tabela 5 Frequência bruta, totais, medias, desvios padrões e correlação Pearson entre as categorias e o número total de elocuições da entrevista (ou “tamanho” da entrevista)

Criança	1. Informações Gerais	1.1. Informações Objetivo	1.2. Informações Regras	2. Elocuições de Apoio	3. Elocuições Facilitadoras	4.1. Convite Narrativo	4.2. Narrativa Focalizada	4.3. Perguntas de Detalhamento	5. Perguntas Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento	5.1. Múltipla Escolha	5.2. Perguntas Sim-Não	5.3. Dirigidas pela Alegação	5.4. Elocuições Sugestivas	Total de Elocuições Codificadas: "Tamanho"
Bianca	22	16	9	67	38	4	16	105	36	21	137	24	8	755
Maria	71	23	38	19	41	6	10	39	21	4	66	1	0	518
Aline	13	10	0	10	29	2	10	21	3	1	45	0	0	277
Alessandra	26	14	16	64	105	6	4	66	7	9	112	4	1	638
Simone	150	19	31	443	255	3	11	191	44	19	405	7	1	2550
Sandy	12	14	15	18	3	2	1	53	0	10	57	2	0	312
Helena	20	19	0	42	40	0	1	23	2	3	60	6	0	492
Tamires	92	9	13	43	165	8	8	94	0	9	128	7	1	785
Alice	57	19	1	21	50	4	12	72	0	5	119	7	8	646
Joana	14	7	0	8	11	0	0	9	0	1	19	4	0	93
Julia	10	0	0	35	55	1	2	85	0	7	53	2	1	406
Gracie	99	1	23	93	79	0	22	95	0	2	133	3	0	881
Alexia	53	10	2	86	67	0	1	70	0	2	123	1	1	855
Viviane	149	24	1	181	132	7	2	136	1	15	195	2	1	1073
Rita	26	1	7	46	267	1	4	111	0	12	218	0	0	1258
Karoline	68	34	16	247	195	10	4	96	0	19	334	2	0	1692
Vinicius	43	21	18	37	5	0	1	63	4	4	77	6	2	436
Fernando	8	20	8	17	13	2	0	37	1	4	46	7	4	269
Dalila	35	23	10	93	12	1	0	48	0	2	44	2	0	733
Tatiana	3	6	2	3	25	3	2	17	0	0	31	1	0	173
Daniele	52	2	0	35	52	5	3	78	0	2	80	1	1	532
Gabriela	81	8	1	80	85	1	2	38	0	0	123	2	0	924
Yolanda	40	25	1	74	49	1	3	89	3	6	136	1	0	714
Larissa	10	93	16	257	101	4	9	78	0	9	136	3	1	809
Talita	22	43	11	35	193	7	22	117	0	4	162	1	0	933
Sandra	52	43	3	160	81	2	1	41	0	2	89	0	0	908
Bruna	115	19	24	428	202	5	1	246	7	21	413	4	5	2329
Karol	537	100	49	330	306	8	6	196	9	16	607	19	35	2768
Denis	204	14	57	256	259	9	8	146	2	16	369	3	0	2030
Aurora	12	1	1	13	6	0	1	44	0	0	57	5	3	231
Danubia	181	32	3	296	230	10	17	188	0	13	462	5	2	1958
Totais	2277	670	376	3537	3151	112	184	2692	140	238	5036	132	75	28978
Médias	73,452	21,613	12,129	114,097	101,645	3,613	5,935	86,839	4,516	7,677	162,452	4,258	2,419	934,774
Desvio Padrões	101,275	23,001	14,755	126,627	91,913	3,222	6,377	58,034	10,430	6,769	147,151	5,157	6,423	714,304
Correlações com "tamanho"	0,772	0,428	0,624	0,912	0,894	0,556	0,236	0,891	0,341	0,746	0,968	0,280	0,464	1,000
Valor de "p"	,000	,016	,000	,000	,000	,001	,201	,000	,061	,000	,000	,127	,009	

Tabela 6 Escores proporcionais, totais, médias, desvios padrões, correlação Pearson entre as categorias e o total de elocuições (ou “tamanho” da entrevista)

Criança	1. Informações Gerais	1.1. Informações Objetivo	1.2. Informações Regras	2. Elocuções de Apoio	3. Elocuções Facilitadoras	4.1. Convite Narrativo	4.2. Narrativa Focalizada	4.3. Perguntas de Detalhamento	5. Perguntas Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento	5.1. Múltipla Escolha	5.2. Perguntas Sim-Não	5.3. Dirigidas pela Alegação	5.4. Elocuções Sugestivas	Total de Elocuções Codificadas: 'Tamanho'
Bianca	0,029	0,021	0,012	0,089	0,050	0,005	0,021	0,139	0,048	0,028	0,181	0,032	0,011	755
Maria	0,137	0,044	0,073	0,037	0,079	0,012	0,019	0,075	0,041	0,008	0,127	0,002	0,000	518
Aline	0,047	0,036	0,000	0,036	0,105	0,007	0,036	0,076	0,011	0,004	0,162	0,000	0,000	277
Alessandra	0,041	0,022	0,025	0,100	0,165	0,009	0,006	0,103	0,011	0,014	0,176	0,006	0,002	638
Simone	0,059	0,007	0,012	0,174	0,100	0,001	0,004	0,075	0,017	0,007	0,159	0,003	0,000	2550
Sandy	0,038	0,045	0,048	0,058	0,010	0,006	0,003	0,170	0,000	0,032	0,183	0,006	0,000	312
Helena	0,041	0,039	0,000	0,085	0,081	0,000	0,002	0,047	0,004	0,006	0,122	0,012	0,000	492
Tamires	0,117	0,011	0,017	0,055	0,210	0,010	0,010	0,120	0,000	0,011	0,163	0,009	0,001	785
Alice	0,088	0,029	0,002	0,033	0,077	0,006	0,019	0,111	0,000	0,008	0,184	0,011	0,012	646
Joana	0,151	0,075	0,000	0,086	0,118	0,000	0,000	0,097	0,000	0,011	0,204	0,043	0,000	93
Julia	0,025	0,000	0,000	0,086	0,135	0,002	0,005	0,209	0,000	0,017	0,131	0,005	0,002	406
Gracie	0,112	0,001	0,026	0,106	0,090	0,000	0,025	0,108	0,000	0,002	0,151	0,003	0,000	881
Alexia	0,062	0,012	0,002	0,101	0,078	0,000	0,001	0,082	0,000	0,002	0,144	0,001	0,001	855
Viviane	0,139	0,022	0,001	0,169	0,123	0,007	0,002	0,127	0,001	0,014	0,182	0,002	0,001	1073
Rita	0,021	0,001	0,006	0,037	0,212	0,001	0,003	0,088	0,000	0,010	0,173	0,000	0,000	1258
Karoline	0,040	0,020	0,009	0,146	0,115	0,006	0,002	0,057	0,000	0,011	0,197	0,001	0,000	1692
Vinicius	0,099	0,048	0,041	0,085	0,011	0,000	0,002	0,144	0,009	0,009	0,177	0,014	0,005	436
Fernando	0,030	0,074	0,030	0,063	0,048	0,007	0,000	0,138	0,004	0,015	0,171	0,026	0,015	269
Dalila	0,048	0,031	0,014	0,127	0,016	0,001	0,000	0,065	0,000	0,003	0,060	0,003	0,000	733
Tatiana	0,017	0,035	0,012	0,017	0,145	0,017	0,012	0,098	0,000	0,000	0,179	0,006	0,000	173
Daniele	0,098	0,004	0,000	0,066	0,098	0,009	0,006	0,147	0,000	0,004	0,150	0,002	0,002	532
Gabriela	0,088	0,009	0,001	0,087	0,092	0,001	0,002	0,041	0,000	0,000	0,133	0,002	0,000	924
Yolanda	0,056	0,035	0,001	0,104	0,069	0,001	0,004	0,125	0,004	0,008	0,190	0,001	0,000	714
Larissa	0,012	0,115	0,020	0,318	0,125	0,005	0,011	0,096	0,000	0,011	0,168	0,004	0,001	809
Talita	0,024	0,046	0,012	0,038	0,207	0,008	0,024	0,125	0,000	0,004	0,174	0,001	0,000	933
Sandra	0,057	0,047	0,003	0,176	0,089	0,002	0,001	0,045	0,000	0,002	0,098	0,000	0,000	908
Bruna	0,049	0,008	0,010	0,184	0,087	0,002	0,000	0,106	0,003	0,009	0,177	0,002	0,002	2329
Karol	0,194	0,036	0,018	0,119	0,111	0,003	0,002	0,071	0,003	0,006	0,219	0,007	0,013	2768
Denis	0,100	0,007	0,028	0,126	0,128	0,004	0,004	0,072	0,001	0,008	0,182	0,001	0,000	2030
Aurora	0,052	0,004	0,004	0,056	0,026	0,000	0,004	0,190	0,000	0,000	0,247	0,022	0,013	231
Danubia	0,092	0,016	0,002	0,151	0,117	0,005	0,009	0,096	0,000	0,007	0,236	0,003	0,001	1958
Totais	2,163	0,903	0,429	3,112	3,118	0,140	0,241	3,244	0,157	0,271	5,201	0,229	0,082	28978
Médias	0,070	0,029	0,014	0,100	0,101	0,005	0,008	0,105	0,005	0,009	0,168	0,007	0,003	934,774
Desvios padrões	0,045	0,026	0,017	0,062	0,053	0,004	0,009	0,041	0,011	0,007	0,037	0,010	0,005	714,304
Correlação com "tamanho"	,265	-,316	-,069	,476	,209	-,214	-,213	-,387	-,026	-,100	,217	-,378	-,018	
Valores p	,150	,083	,714	,007	,258	,248	,249	,031	,888	,592	,240	,036	,923	

O resultado de tal avaliação está apresentado na Tabela 8 que mostra as frequências brutas por categoria por criança, a frequência total por categoria, média, desvio padrão, e a correlação Pearson entre a categoria e o número total de elocuições da entrevista (tamanho da entrevista). A maior parte das categorias do entrevistador estava altamente correlacionada com o tamanho da entrevista (Ver Tabela 5). Apenas Narrativas Focalizadas ($r=0.236$, $p<0,201$) e Elocuições Dirigidas pela Alegação ($r=0,280$, $p<0,127$) apresentaram correlações não significativas.

Perguntas Sim-Não ($r=0.968$, $p<0,001$), Elocuições de Apoio ($r=0.912$, $p<0,001$), Elocuições Facilitadoras ($r=0.894$, $p<0,001$), Perguntas de Detalhamento ($r=0.891$, $p<0,001$) foram altamente correlacionados com tamanho da entrevista. Desse modo, os escores brutos poderiam estar correlacionados de forma espúria com essa variável, porque quanto maior a entrevista, maior a expectativa de que qualquer uma das categorias pudesse ocorrer. Para remover esse efeito, os escores proporcionais foram calculados, dividindo a frequência bruta de cada categoria pelo tamanho da entrevista, isto é, pelo número de elocuições em cada entrevista.

Um benefício dessa transformação refere-se ao fato de que os escores proporcionais podem ser lidos como percentuais de uma dada categoria em uma determinada entrevista específica. Tabela 6 mostra esses resultados: para os escores proporcionais por categoria por criança, médias, desvios padrões, e Correlação de Pearson entre a categoria e o número total de elocuições (tamanho da entrevista).

Note que as correlações entre tamanho da entrevista e as categorias do entrevistador caíram de forma intensa e a maior parte delas permaneceu abaixo do limite não significativo. Apenas uma categoria das 13 entrevistas esteve positivamente correlacionada com “tamanho da entrevista”: Elocuições de Apoio ($r=0,476$, $p<0,007$).

Duas categorias foram inversamente relacionadas com o tamanho: Perguntas de Detalhamento ($r=-0,387$, $p<0,031$) e Elocuções Dirigidas pela Alegação ($r=-0,378$; $p<0,036$). Desse modo, a influência do tamanho foi moderada para Elocuções de Apoio ($r^2=0,227$, ou 22,7% variância compartilhada; previamente $r^2=0,832$ ou 83,2%), e pequena para correlação negativa entre Perguntas de Detalhamento ($r^2=0,150$, ou 15,0%, previamente $r^2= 0,794$ ou 79,4% da variância compartilhada) e para Elocuções Dirigidas pela Alegação ($r^2=0,143$, ou 14,3%, previamente $r^2= 0,079$ ou 7,9% da variância compartilhada).

A redução do efeito do tamanho da entrevista foi impressionante e manteve-se difundida em todas as categorias, permitindo confirmar a validade desse procedimento. Esses resultados mostram a transformação bem sucedida das categorias brutas em escores proporcionais⁸. Desse modo, todas as outras análises foram realizadas usando escores proporcionais. A mesma análise foi realizada nas categorias do entrevistado: a análise de escores brutos e os escores das categorias da criança e o tamanho da entrevista, medida pelo número total de elocuições encontradas por entrevistas. A Tabela 7 resume os achados das categorias das crianças e os efeitos de tal transformação para reduzir o efeito espúrio entre as correlações com o tamanho da entrevista.

⁸ Todas as análises tratadas a partir deste ponto se referem não mais aos escores brutos, mas aos escores proporcionais. Desse modo, quando correlações ou as estatísticas de MANOVA's forem referidas, esses resultados serão relativos às proporções de cada categoria do entrevistador, por exemplo, "Informações sobre Regras" devem a ser interpretadas como "Proporções das Informações sobre Regras na Entrevista". Do mesmo modo, as elocuições da criança, por exemplo, "Outras Elocuções", que devem ser interpretadas como "Proporções de Outras Elocuções na Entrevista".

Tabela 7 Resumo dos achados sobre as categorias da criança e o efeito nas correlações com escores brutos e proporcionais

Categorias da Criança	Escores Brutos	Média	Desvio Padrão	Correlação "Tamanho" (r)	Variância compartilhada (r ²)	Valores P	Escores Proporcionais	Médias	Desvios Padrões	Correlação "tamanho" (r)	Variância compartilhada (r ²)	Valores P
(0) Outra Elocução	4189	135,129	200,000	0,819	0,670	0,000	3,533	0,114	0,098	0,422	0,178	0,018
(1) Informações Conhecidas	839	27,065	22,137	0,623	0,389	0,000	0,986	0,032	0,019	-0,200	0,040	0,280
(2) Melhora Informações Conhecidas	543	17,516	16,537	0,385	0,148	0,032	0,733	0,024	0,033	-0,202	0,041	0,275
(3) Novas Informações	4003	129,129	100,903	0,185	0,034	0,320	5,456	0,176	0,127	-0,402	0,162	0,025
(4) Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil	281	9,065	9,341	0,454	0,206	0,010	0,387	0,012	0,016	-0,243	0,059	0,187
(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	75	2,419	4,326	0,093	0,009	0,619	0,095	0,003	0,005	-0,123	0,015	0,509
(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	102	3,290	6,507	0,095	0,009	0,611	0,118	0,004	0,009	-0,041	0,002	0,827
(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil	326	10,516	20,871	0,054	0,003	0,771	0,401	0,013	0,021	-0,111	0,012	0,554

A influência no tamanho da entrevista nos escores após a transformação é negligenciável em seis das Categorias da Criança. Duas categorias tiveram uma correlação positiva com tamanho da entrevista: Outra Elocução ($r^2=0,178$, ou 17,8% da variância compartilhada; previamente $r^2=0,670$ ou 67%), e a correlação negativa com Novas Informações ($r^2=0,162$, previamente $r^2= 0,034$ ou apenas 3,4% da variância compartilhada).

Este resultado pode ser usado para considerar os benefícios e riscos de longas entrevistas. Para crianças relutantes, o prolongamento da entrevista pode ser útil, mas

existe um limite para a utilidade dessa abordagem, uma vez que crianças, em entrevistas mais longas, tendem a produzir, proporcionalmente, mais elocuições não relacionadas ao foco da entrevista. Tendo avaliado o impacto do tamanho da entrevista, respondemos as perguntas do estudo.

Como as Crianças falam de suas experiências abusivas e não abusivas?

A Tabela 8 apresenta a correlação de *Pearson* e os valores-*p* entre as Categorias da Criança. O resultado desse estudo correlacional mostra: (1) uma correlação positiva forte entre todas as elocuições relacionadas com fatos sobre as vidas das crianças; (2) uma correlação positiva forte entre todas as elocuições relacionadas à experiência do abuso sexual; (3) uma correlação negativa forte entre todas as elocuições não informativas – “Outras Elocuições” – com todas as elocuições informativas; e (4) uma forte correlação positiva entre a categoria relacionada com fatos sobre a vida das crianças e informações sobre a experiência do abuso sexual infantil.

Esses resultados representam uma consistência interna entre os diferentes níveis de revelação da criança ou as “camadas” de revelação. Por exemplo, “Informações Conhecidas”, aquelas elocuições relacionadas com informações já mencionadas na entrevista, foi positiva e altamente correlacionada com “Novas Informações”, ou aquelas em que refletem fatos ainda não mencionados na entrevista ($r=0,373$, $p<0,039$). Na mesma direção, “Melhora Informação Conhecida”, isto é, aquelas elocuições que acrescentam

Tabela 8 A relação entre as categorias da criança – correlações *Pearson* e níveis de significância (valores-*p*)

Categorias da Criança	Categorias da Criança							
	(0) Outra Elocução	(1) Informações Conhecidas	(2) Melhora Informações Conhecidas	(3) Novas Informações	(4) Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil	(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil
(0) Outra Elocução	1	-	-	-	-	-	-	-
(1) Informações Conhecidas	-,481 (.006)	1	-	-	-	-	-	-
(2) Melhora Informações Conhecidas	-,414 (.021)	,272 (.139)	1	-	-	-	-	-
(3) Novas Informações	-,643 (.000)	,373 (.039)	,402 (.025)	1	-	-	-	-
(4) Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil	,099 (.597)	-,002 (.992)	-,033 (.861)	,019 (.919)	1	-	-	-
(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	-,063 (.736)	,324 (.076)	-,142 (.446)	-,167 (.371)	-,137 (.464)	1	-	-
(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	-,131 (.481)	,125 (.504)	,032 (.865)	-,163 (.381)	-,073 (.698)	,458 (.010)	1	-
(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil	-,272 (.139)	,385 (.032)	,031 (.868)	,016 (.934)	,269 (.144)	,452 (.011)	,654 (.000)	1

detalhes sobre quem, o que, onde, quando, algo já mencionado foi correlacionado de forma positiva com “Novas Informações” ($r=0,402$, $p<0,025$).

Essa consistência também esteve presente entre as categorias do abuso sexual infantil. Crianças que proporcionam mais Novas Informações sobre Abuso Sexual Infantil tendem fortemente a acrescentar detalhes sobre o que aconteceu com elas ($r=0,654$, $p<0,000$), e repetem a narrativa sobre o abuso ($r=0,452$, $p<0,011$). Além disso, crianças que repetem mais informações sobre o abuso, tendem a melhorar a narrativa com detalhes da experiência abusiva ($r=0,458$, $p<0,010$).

Na direção oposta ao discutido sobre crianças informativas, crianças que proporcionam mais elocuições não informativas, tendem a narrar menos Novas Informações ($r=-0,643$, $p<0,000$), proporcionam menos detalhes sobre fatos já mencionados ($r=-0,414$, $p<0,021$) e repetem menos informações já reveladas ($r=-0,481$, $p<0,006$).

Um resultado interessante do comportamento das crianças nessa amostra foi o fato de que as crianças que tendiam a apresentar mais informações repetidas tendiam a apresentar mais novas informações sobre as novas experiências abusivas ($r=0,385$, $p<0,032$).

Até agora, as relações entre as elocuições das crianças foram discutidas. Em seguida, o efeito da idade das crianças e do tempo entre a alegação formal em instituições da rede de proteção e da responsabilização e a data da avaliação será discutido. Os resultados estão apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 Correlação Pearson e níveis de significância (valores -p) entre as categorias das crianças e as variáveis do caso

Categorias da Criança	Idade (meses)	Tempo entre a revelação e a entrevista	Número de sessões da entrevista	Conclusão do Pesquisador sobre o Abuso
(0) Outra Elocução	-,693 (,000)	-,208 (,261)	,418 (,019)	-,169 (,363)
(1) Informações Conhecidas	,444 (,012)	,063 (,737)	-,201 (,278)	,173 (,353)
(2) Melhora Informações Conhecidas	,529 (,002)	,231 (,212)	-,234 (,206)	-,125 (,503)
(3) Novas Informações	,810 (,000)	,254 (,169)	-,482 (,006)	-,160 (,391)
(4) Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil	-,236 (,201)	-,215 (,245)	-,006 (,974)	,162 (,383)
(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	-,246 (,182)	-,015 (,934)	-,093 (,619)	,223 (,228)
(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	-,214 (,247)	-,059 (,753)	-,120 (,521)	,333 (,067)
(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil	-,062 (,739)	-,170 (,361)	-,279 (,129)	,530 (,002)
Idade (meses)	1			
Time entre a revelação e a avaliação	,348 (,055)	1		
Número de Sessões	-,472 (,007)	-,203 (,274)	1	
Conclusão do Pesquisador sobre o Abuso	-,121 (,518)	-,249 (,177)	,102 (,586)	1

A idade media das 31 crianças entrevistadas foi de 102,2 meses (8,5 anos), com desvio padrão de 47,2 meses (3,9 anos). Uma correlação negativa forte entre “Outras Elocuções” e idade foi encontrada ($r=-0,693$, $p<0,001$). Isso sugere que quanto mais nova a criança é, maior a tendência de narrativas não informativas. Por outro lado, crianças mais velhas são mais informativas, fornecendo mais “Informações Conhecidas” sobre fatos de suas vidas ($r=0,444$, $p<0,012$), além de produzir mais “Melhora Informações Conhecidas” ($r=0,529$, $p<0,002$) e “Novas Informações” ($r=0,810$, $p<0,000$).

Vinte e uma crianças foram entrevistadas em uma única entrevista (67.7%) e 10 em mais de uma entrevista (entrevistas forenses estendidas). Idade esteve negativamente e moderadamente correlacionada com essa variável ($r=-0,472$, $p<0,007$). Isso indica que quanto mais jovem for a criança, maior a tendência de a criança ser entrevistada em mais de uma sessão em um modelo de entrevista forense estendida. O número de sessões esteve positivamente correlacionado com “Outras Elocuções” ($r=0,418$, $p<0,019$) e inversamente correlacionado com “Novas Informações” ($r=-0,482$, $p<0,006$). Esse achado sugere que,

embora a entrevista com crianças em mais de uma sessão possa ser necessário, esse procedimento também aumenta a quantidade de elocuições não informativas e diminui o número proporcional de informações sobre fatos.

Dezesseis crianças revelaram a experiência abusiva em detalhe (51.6%) e foram consideradas crianças abusadas para esse projeto de pesquisa com base na avaliação qualitativa de suas narrativas. Como “Novas Informações sobre o Abuso” foi um critério para fazer esse julgamento, essa categoria correlacionou-se de forma positiva com a conclusão do pesquisador ($r=0,530$, $p<0,002$).

A maior parte das crianças experimentou uma grande espera entre a alegação formal e o encaminhamento para avaliação de suas necessidades de proteção pela corte judicial da infância e juventude. A média de tempo para o encaminhamento foi 13,2 meses, mas com uma alta variabilidade: desde 15 dias até os impressionantes 9,6 anos depois! Essa alta variabilidade pode ter interferido na obtenção de padrões de revelação na entrevista forense.

Considerando que a conclusão sobre o abuso é uma variável dicotômica (“sim, a alegação é apoiada pela narrativa da criança” ou “não, a alegação não é apoiada pela narrativa da criança”), a análise múltipla de variância (MANOVA) foi realizada a fim de acessar simultaneamente a influência de diversas variáveis do entrevistado sobre a conclusão sobre a possibilidade do abuso. Estes resultados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 MANOVA nas categorias das crianças e as variáveis do caso na conclusão final sobre o abuso sexual infantil

Variáveis Dependentes		Análise Múltipla de Variância		
		<i>F</i>	<i>Gl</i>	<i>p</i>
Conclusão positiva pelo abuso	Idade (meses)	,427	1	,518
	Tempo entre a alegação formal e a avaliação	1,916	1	,177
	Número de sessões de entrevista	,303	1	,586
	(0) Outra Elocução	,856	1	,363
	(1) Informações Conhecidas	,892	1	,353
	(2) Melhora Informações Conhecidas	,461	1	,503
	(3) Novas Informações	,759	1	,391
	(4) Outra Elocução sobre Abuso Sexual Infantil	,784	1	,383
	(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	1,519	1	,228
	(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	3,618	1	,067
	(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil	11,303	1	,002

A MANOVA das elocuições das crianças mostrou que “Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil” foi um aspecto central na confirmação do abuso. Confirmando o resultado do estudo correlacional, a MANOVA foi capaz de identificar crianças que foram selecionadas como vítimas de abuso sexual têm valores médios de “Novas Informações sobre o Abuso Sexual” de 0,023 (DP=0.023), enquanto crianças que não foram selecionadas como vítimas de abuso sexual tiveram médias nessa variável de 0.001 (DP=0,003). “Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual” contribuiu marginalmente para esse resultado ($p=0,067$). De forma geral, a MANOVA confirma o papel de “Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil” como a categoria mais importante que influenciou a decisão de concluir que aquelas crianças eram vítimas de violência. A sessão seguinte aborda as categorias do entrevistador.

Como os entrevistadores combinam técnicas enquanto entrevistam?

Para responder essa questão, a Tabela 8 apresenta as correlações de *Pearson* entre as categorias do entrevistador que se relacionaram umas com as outras. O modelo teórico de entrevista usando diferentes abordagens para explorar a memória de livre evocação e a memória de reconhecimento ganhou suporte com o resultado deste estudo.

Tabela 11 A relação entre as elocuções do entrevistador – correlação Pearson e níveis de significância (valores-p)

	1. Informações Gerais	1.1. Informações Objetivo	1.2. Informações Regras	2. Apoio	3. Elocuções Facilitadoras	4.1 Convite Narrativo	4.2. Narrativa Focalizada	4.3. Perguntas de Detalhamento	5. Exploração Genérica da Memória de Reconhecimento	5.1. Múltipla Escolha	5.2 Perguntas Sim-Não	5.3. Dirigidas pela Alegação	5.4. Elocuções Sugestivas
1. Informações Gerais	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Informações Objetivo	-,078 (.675)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Informações Regras	,163 (.382)	,259 (.159)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Apoio	-,026 (.888)	,287 (.118)	-,107 (.568)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Elocuções Facilitadoras	-,011 (.953)	-,141 (.449)	-,243 (.187)	-,043 (.818)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
4.1. Convite Narrativo	-,076 (.686)	,126 (.498)	,292 (.111)	-,302 (.098)	,330 (.070)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-	-
4.2. Narrativa Focalizada	-,070 (.707)	,024 (.898)	,115 (.539)	-,303 (.097)	,181 (.330)	,366 (.043)	<i>1</i>	-	-	-	-	-	-
4.3. Perguntas de Detalhamento	-,164 (.378)	-,093 (.620)	,072 (.701)	-,251 (.173)	-,158 (.397)	,086 (.647)	,039 (.835)	<i>1</i>	-	-	-	-	-
5. Exploração Genérica da Memória de Reconhecimento	,027 (.885)	,023 (.902)	,436 (.014)	-,120 (.521)	-,208 (.261)	,193 (.298)	,385 (.033)	-,012 (.948)	<i>1</i>	-	-	-	-
5.1. Múltipla Escolha	-,171 (.356)	,163 (.382)	,313 (.086)	,034 (.857)	-,130 (.487)	,122 (.513)	-,054 (.774)	,457 (.010)	,349 (.054)	<i>1</i>	-	-	-
5.2. Perguntas Sim-Não	,187 (.314)	-,010 (.955)	-,075 (.688)	-,047 (.800)	,108 (.562)	,071 (.705)	,026 (.889)	,340 (.061)	-,070 (.707)	,170 (.362)	<i>1</i>	-	-
5.3. Dirigidas pela Alegação	,110 (.555)	,329 (.071)	-,014 (.942)	-,204 (.271)	-,268 (.144)	-,130 (.485)	-,088 (.636)	,304 (.097)	,250 (.175)	,330 (.069)	,316 (.083)	<i>1</i>	-
5.4. Elocuções Sugestivas	,095 (.613)	,086 (.647)	,016 (.930)	-,174 (.349)	-,344 (.058)	-,031 (.867)	-,013 (.947)	,374 (.038)	,166 (.372)	,152 (.416)	,399 (.026)	,519 (.003)	<i>1</i>

Explorações da memória de livre evocação são abordagens que estimulam a narrativa do entrevistado com uma menor influência do entrevistador, por exemplo, com elocuições “me conte o que aconteceu” ou “o que aconteceu depois disso”. Convite Narrativo esteve positivamente correlacionado com Narrativas Focalizadas ($r=0,366$, $p<0,043$), aquelas que exploram questões que usam um pouco mais de informação para dar estrutura para o entrevistado, por exemplo, “me conte o que você fez no zoológico”, ou qualquer outro foco de interesse.

Perguntas de Detalhamento exploram a memória de livre evocação com um pouco mais de influência do entrevistador, uma vez que essas elocuições informam às crianças as áreas de interesse de quem faz a pergunta: detalhes de quem, o que, onde, quando. Perguntas de Detalhamento correlacionaram positivamente com perguntas de Múltipla Escolha ($r=0,457$, $p<0,010$), aquelas perguntas exploratórias que apresentam dois ou mais fatos para serem reconhecidas pela criança, por exemplo, “*isso aconteceu uma vez ou mais de uma vez?*”. A correlação encontrada indica que quanto mais Perguntas de Detalhamento, mais os entrevistadores apresentam questões de Múltipla Escolha e combinam esforços para conseguir mais informações da criança.

Perguntas de Detalhamento foram positivamente correlacionadas com Elocuições Sugestivas ($r=0,374$, $p<0,038$). Isso indica que quanto mais o entrevistador utiliza estratégias de livre evocação que buscam informações específicas sobre quem, o que, onde, quando, maior o risco de perguntas que introduzem seja informações sobre o suposto autor da violência quanto informações, seja sobre as supostas ações abusivas, sem que a criança os tenha mencionado antes. Esse resultado sugere a necessidade de cautela quando o entrevistador obtém detalhes da criança.

O risco de o entrevistador usar questões sugestivas, apresentando de forma inadequada informações específicas sobre a experiência abusiva, também foi encontrado com o uso de Perguntas de Sim-Não, e Elocuções Dirigidas pela Alegação. As Perguntas de Sim-Não exploram informações específicas que devem ser reconhecidas por crianças: “*você se machucou?*”, “*ele te tocou?*”. Esse tipo de questão foi a mais frequente na amostra e foi moderadamente correlacionado com Elocuções Sugestivas ($r=0,399$, $p<0,026$).

Elocuções Dirigidas pela Alegação trazem para a entrevista informações de fontes externas, por exemplo: “*eu ouvi dizer que você contou para a professora que alguém estava te incomodando*”. Quanto mais Elocuções Dirigidas pela Alegação, muito maior o risco de Elocuções Sugestivas ($r=0,519$, $p<0,003$). Esse resultado implica a necessidade de planejar cuidadosamente o uso dessas intervenções para evitar possíveis consequências danosas para as crianças e para a avaliação.

Finalmente, as “Outras Explorações da Memória de Reconhecimento” estiveram positivamente correlacionadas com Informações sobre o Objetivo da Entrevista ($r=0,436$, $p<0,014$). Essa categoria foi criada para alocar elocuções em que o entrevistador usava informações para serem reconhecidas pela criança, mas de uma forma um tanto difícil de classificar em uma das quatro outras categorias (Perguntas de Sim-Não, Múltipla Escolha, Elocuções Dirigidas pela Alegação e Elocuções Sugestivas). Por exemplo, Perguntas Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento foram codificadas quando o entrevistador usava uma abordagem mista de formatos de questões, usualmente com uma interpretação do comportamento do entrevistado: “*o que pode estar acontecendo com você que parece que você está fugindo de mim toda vez que faço uma pergunta?*”. Apesar do

trecho “*o que pode estar acontecendo*” remeter às explorações da memória de livre evocação, o restante da pergunta introduz muita informação para ser reconhecida.

Outra possibilidade de codificar Perguntas Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento é quando o entrevistador usa mídias, tais como desenhos do corpo humano, bonecos, cartilhas para a prevenção da violência ou outro material para estimular a narrativa. O uso desse tipo de material proporciona uma espécie de auxílio concreto e visual para que sejam reconhecidos por crianças, por exemplo, mostrar uma cartilha com o conceito de “toques ruins”, ou toques abusivos, e “toques bons”, ou toques afetivos, e dizer: “*Você é uma pessoa especial que precisa ser protegida apenas com toques bons como esse, tá vendo?*”. Embora a parte final da elocução pudesse ser codificada como uma Pergunta Sim-Não, a intensiva apresentação das informações para serem reconhecidas através do uso de mídias requereu o uso de tal código de forma mais genérica, pois tipicamente, a Pergunta Sim-Não apresenta apenas uma informação para se reconhecida.

Informações sobre Regras têm como objetivo ajudar a criança a comportar-se apropriadamente em uma entrevista forense: “você é a pessoa que sabe o que aconteceu com você, então me conte somente o que aconteceu realmente com você” ou “se você não sabe a resposta, apenas diga que não sabe”, etc. O uso de instruções para a entrevista forense é uma prática comum no setor estudado, além do uso do material preventivo no final da sessão. É possível que a correlação encontrada apenas esteja apontando como essas práticas se relacionam, uma vez que quanto mais o entrevistador usa essa estrutura geral na avaliação, mais ele ou ela pode usar mídias na entrevista com crianças com o objetivo de que elas reconheçam o material apresentado.

A idade da criança e a demora entre a alegação formal e a data da avaliação foram examinadas com objetivo de discutir como os entrevistadores lidam com questões de

desenvolvimento quando entrevistam crianças de diferentes faixas etárias e também como as estratégias do entrevistador variam com o objetivo de lidar com as falhas do sistema que é responsável pela longa espera de crianças para a aplicação de medidas judiciais protetivas.

Tabela 12 Correlação de Pearson e níveis de significância (valores-p) nas categorias do entrevistador e as variáveis do caso

Categorias do Entrevistador	Idade (meses)	Tempo entre a revelação e a entrevista	Número de sessões da entrevista	Conclusão do Pesquisador sobre o Abuso
1. Informações Gerais	,007 (.971)	-,145 (.435)	,398 (.027)	-,210 (.256)
1.1. Informações Objetivo	,195 (.294)	,315 (.085)	-,189 (.308)	-,051 (.785)
1.2. Informações Regras	-,332 (.068)	-,139 (.455)	,084 (.653)	-,104 (.578)
2. Apoio	-,140 (.453)	,220 (.234)	,205 (.269)	,272 (.139)
3. Elocuções Facilitadoras	,079 (.674)	-,033 (.861)	-,110 (.556)	,291 (.112)
4.1 Convite Narrativo	,073 (.695)	-,020 (.914)	-,227 (.220)	-,024 (.899)
4.2. Narrativa Focalizada	,159 (.393)	,054 (.774)	-,073 (.696)	-,160 (.390)
4.3. Perguntas de Detalhamento	-,530 (.002)	-,219 (.236)	-,007 (.971)	,044 (.815)
5. Exploração Genérica da Memória de Reconhecimento	-,245 (.184)	-,109 (.560)	,137 (.463)	-,064 (.734)
5.1. Múltipla Escolha	-,454 (.010)	-,140 (.451)	-,032 (.866)	,410 (.022)
5.2 Perguntas Sim-Não	-,512 (.003)	-,338 (.063)	,441 (.013)	,002 (.990)
5.3. Dirigidas pela Alegação	-,215 (.246)	-,092 (.622)	,066 (.724)	-,162 (.385)
5.4. Elocuções Sugestivas	-,195 (.292)	,025 (.892)	,330 (.070)	-,104 (.577)

A idade da criança e três categorias do entrevistador estão negativamente correlacionadas. Isso significa que o entrevistador parece tentar usar diferentes estratégias com crianças de níveis de desenvolvimento. Eles tendem a ser mais diretos com crianças pequenas, utilizando mais Perguntas de Detalhamento ($r=-0,530$, $p<0,002$), isto é, questionando sobre quem, o que, quando, onde; e depois, exploram a memória de reconhecimento com o uso de Perguntas de Múltipla Escolha ($r=-0,454$, $p<0,010$) e Perguntas Sim-Não ($r=-0,512$, $p=0,003$). Nenhuma diferença significativa foi encontrada em relação à demora desde a alegação formal e a avaliação.

O número de sessões esteve positivamente correlacionado com Perguntas Sim-Não ($r=0,441$, $p<0,013$). Esse resultado parece se relacionar com o extensivo uso de estratégias

de exploração da memória de reconhecimento na amostra estudada: quando mais sessões são necessárias para alcançar o objetivo da entrevista, mais frequente é o uso de Perguntas Sim-Não. Essa forma “preferida” de explorar a narrativa de crianças na amostra corresponde a 16,8% de todas as elocuições (ver Tabela 6na página 78). Número de sessões esteve positivamente correlacionado com Informações Gerais ($r=,398$, $p<0,027$). Esse resultado indica que o entrevistador parece explicar ou fornecer mais informações para criança na medida em que é necessário um maior número de sessões de entrevista.

A conclusão do pesquisador sobre a possibilidade do abuso correlacionou apenas com Perguntas de Múltipla Escolha ($r=0,410$, $p<0,022$). Esse resultado foi confirmado pelo teste MANOVA, pois apenas essa modalidade de questão foi capaz de discriminar crianças consideradas abusadas, das crianças consideradas não abusadas ($F=5,866$, $p<0,022$).

Crianças consideradas vítimas de abuso sexual foram questionadas, em média, com mais Perguntas de Múltipla Escolha (Média=0,011, DP=0,009), enquanto crianças que não foram consideradas vítimas de abuso sexual foram questionadas em uma proporção menor desse tipo de questão (Média=0,005, DP=0,004). Com o propósito de avaliar este achado que sugere a importância desse tipo de questão para a revelação, selecionamos no Atlas.ti as Perguntas de Múltipla Escolha que coocorriam com qualquer código relacionado ao abuso sexual infantil.

Trinta e sete elocuições do entrevistador utilizaram essa modalidade de questionamento associadas com respostas de revelação. Entre estas foi observado Perguntas de Múltipla Escolha para avaliação de sentimentos: “*você se sentiu triste ou com raiva?*”; para avaliação de detalhes da experiência abusiva: “*ele tocou você por cima ou por baixo da roupa?*”; para a motivação da criança para narrar o abuso: “*você não se*

lembra ou não quer lembrar?”; para obter detalhes de tempo: “era dia ou noite?” ou “aconteceu quando você estava na primeira série ou na segunda série?”; da frequência do abuso: “aconteceu uma vez ou mais de uma vez?”; detalhes do lugar: “aconteceu no seu quarto ou em outro lugar?”; e a presença de ameaças: “ele falou que você ia se machucar se contasse ou machucar alguém que você ama?”.

Depois de discutidas as elocuições das crianças, a seguinte seção é dedicada à relação entre as elocuições do entrevistador e do entrevistado.

Como se caracteriza o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado?

Entrevistas forenses são, por natureza, um conversa desafiadora (Cordisco-Steele, 2012). Existem altas demandas tanto para o entrevistador como para o entrevistado. Da parte do entrevistador, é esperado que ele ou ela use a melhor prática baseada em evidência para avaliar a experiência da criança de uma forma menos sugestiva possível e também que motive uma criança a compartilhar possíveis experiências traumáticas. Da parte da criança, ele ou ela pode não entender a alta demanda por informações detalhadas ou pode presumir que o adulto está numa posição de poder, mesmo considerando sua condição de profissional de ajuda. Para analisar como os entrevistadores podem influenciar a narrativa da criança sobre possíveis experiências abusivas, as correlações entre as categorias do entrevistador e do entrevistado estão apresentadas na Tabela 13.

Tabela13 Correlações de *Pearson(r)* e níveis de significância (valor-*p*) entre as categorias do entrevistador e do entrevistado

Categorias da Criança	Categorias do Entrevistador													
	1. Informações Gerais	1.1. Informações Objetivo	1.2. Informações Regras	2. Apoio	3. Elocuções Facilitadoras	4.1 Convite Narrativo	4.2. Narrativa Focalizada	4.3. Perguntas de Detalhamento	5. Explorações Memória de Reconhecimento	5.1. Múltipla Escolha	5.2 Perguntas Sim-Não	5.3. Dirigidas pela Alegação	5.4. Elocuções Sugestivas	
(0) Outra Elocução	<i>r</i>	-,053	-,350	-,011	,202	-,188	-,295	-,288	,214	,043	,014	,402	,027	,113
	<i>p</i>	,777	,053	,953	,277	,312	,107	,117	,247	,817	,941	,025	,887	,545
(1) Informações conhecidas	<i>r</i>	-,236	-,069	-,202	-,201	,224	-,022	-,039	-,055	-,295	-,202	-,346	-,229	-,041
	<i>p</i>	,201	,713	,275	,278	,225	,906	,836	,769	,108	,277	,057	,215	,826
(2) Melhora Informações Conhecidas	<i>r</i>	-,087	,013	-,128	-,260	-,010	,062	,519	-,394	,142	-,261	-,318	-,201	-,159
	<i>p</i>	,643	,945	,493	,157	,957	,742	,003	,028	,446	,156	,082	,278	,392
(3) Novas Informações	<i>r</i>	-,121	,031	-,118	-,329	-,191	,087	,085	-,374	-,100	-,325	-,694	-,147	-,191
	<i>p</i>	,516	,870	,527	,070	,303	,642	,648	,038	,592	,074	,000	,429	,303
(4) Outra Elocução sobre abuso sexual infantil	<i>r</i>	-,249	-,122	,111	-,189	-,517	-,187	-,255	,444	,028	,422	-,002	,168	,117
	<i>p</i>	,177	,515	,551	,310	,003	,314	,166	,012	,879	,018	,990	,367	,531
(5) Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	<i>r</i>	-,213	-,178	,064	-,226	,437	,064	,075	,341	-,127	,169	-,050	-,008	,068
	<i>p</i>	,249	,339	,733	,223	,014	,731	,690	,060	,494	,363	,791	,966	,715
(6) Melhora Informações Conhecidas sobre o Abuso Sexual Infantil	<i>r</i>	-,210	-,164	,061	-,051	,364	,135	,030	,006	,101	,153	,022	-,082	-,106
	<i>p</i>	,257	,378	,745	,787	,044	,470	,874	,975	,590	,412	,907	,661	,571
(7) Novas Informações Sobre Abuso Sexual Infantil	<i>r</i>	-,411	-,134	,035	-,217	,307	-,057	-,099	,088	-,011	,310	-,041	-,086	-,130
	<i>p</i>	,022	,471	,851	,241	,093	,759	,595	,638	,954	,089	,826	,645	,486

Elocuções Facilitadoras, aquelas planejadas para manter crianças falando de forma informativa, foi a categoria do entrevistador mais bem sucedida em termos de associação com narrativas de violência. Elocuções Facilitadoras têm como objetivo demonstrar atenção pelo o que a criança está dizendo por meio do uso de pequenas elocuções tais como “certo”, “entendi”, “um hum”, ou refletindo de volta o conteúdo ou parafraseando o que a criança disse imediatamente antes: “*você me disse que seu pai tocou no seu piupiu*”.

Elocuções Facilitadoras estiveram positivamente correlacionadas com respostas da criança que “Melhoram Informações Conhecidas”, isto é, quando a criança acrescenta um detalhe de o que, quem, como, onde, a um fato já revelado na entrevista ($r=0,437$, $p<0,014$) e com “Repete Informação Conhecida sobre Abuso Sexual Infantil” ($r=0,364$, $p<0,044$), que se refere à repetição de elementos da experiência abusiva, já narrados anteriormente. Quanto maior o uso de Elocuções Facilitadoras, mais frequente foi o ato de compartilhar informações sobre experiências traumáticas.

A categoria “Informações Genéricas”, isto é, aquelas que não se referiam nem às regras da entrevista e nem ao objetivo da entrevista mantiveram-se correlacionadas de forma negativa com “Novas Informações sobre Abuso Sexual Infantil”. Como essas elocuções podem ter interferido no relato das crianças requer explicações de natureza qualitativas. O uso da ferramenta de pesquisa no Atlas.ti nas categorias de interesse retornou 139 ocorrências de qualquer arranjo de Informações Gerais seguidas por, precedidas por, e sobrepostas por “Informações Gerais” com “Novas Informações do Abuso Sexual Infantil”. A análise desse processo de “recodificar” as categorias encontrou que, em 45 elocuções as informações eram derivadas do uso de uma cartilha preventiva; 19 eram informações relacionadas à interpretação do comportamento da criança: “*eu estou confuso sobre o que você disse agora*” ou “*eu acho que você quer sair da sala*”; 14 foram

informações sobre a dinâmica do abuso: “você não tem culpa do que aconteceu com você”; 12 eram informações sobre encaminhamento para psicoterapia ou outro serviço de saúde ou assistência social: “na terapia você pode falar as coisas que você sente e pensa sem se preocupar com o que pode acontecer”; nove eram informações sobre o andamento do processo judicial: “depois que a gente terminar o juiz vai ver a sua situação e se você pode voltar para casa”.

Como esperado, a Narrativa Focalizada, aquelas elocuições que exploram a memória de livre evocação de eventos específicos foi altamente correlacionada “Melhora Informação Conhecida”, isto é, uma elocução que acrescenta detalhe sobre o que, quem, como, onde em relação a um fato já revelado anteriormente ($r=0,519$, $p<0,003$).

Perguntas de Detalhamento, as que solicitam informações sobre o que, quem, onde, como; ao contrário do esperado, estiveram negativamente correlacionadas com a categoria “Melhora Informação Conhecida”, isto é, o ato de acrescentar detalhes sobre um fato já revelado anteriormente ($r=-0,394$, $p<0,028$). Perguntas de Detalhamento também mantiveram relações inversas com “Novas Informações” ($r=-0,374$, $p<0,038$) e essa categoria correlacionou positivamente com “Outras Elocuições do Abuso Sexual Infantil”, isto é, com aquelas elocuições que se relacionam com a experiência abusiva, mas não trazem informações específicas sobre a experiência, por exemplo, “*não quero falar disso!*” ($r=0,444$, $p<0,012$). Esses resultados parecem indicar uma amostra de crianças que parece se esquivar de abordagens mais diretas, uma vez que respostas informativas diminuem quando o entrevistador adota essa estratégia.

Perguntas de Múltipla Escolha estiveram positivamente correlacionadas com “Outras Elocuições sobre o Abuso Sexual Infantil”, isto é, aquelas que parecem indicar comportamento de esquiva ou de fuga ($r=0,422$, $p<0,018$). Esse padrão reforça a ideia que

o conjunto de crianças entrevistadas parece procurar se esquivar da abordagem do entrevistador de utilizar questionamentos diretos para serem reconhecidos.

A correlação positiva encontrada entre Múltipla Escolha e Outras Elocuções do Abuso Sexual Infantil entrou em conflito com o estudo de MANOVA. Múltipla Escolha foi a categoria capaz de discriminar o grupo de crianças que revelou o abuso de forma detalhado grupo de crianças que não revelou o abuso. Esse resultado indica que as relações entre as variáveis analisadas são complexas e necessitam de mais estudos, de natureza qualitativa, para entender o contexto que indica a eficácia dessa modalidade de perguntas discriminarem adequadamente o grupo de crianças abusadas das não abusadas e, por outro lado, respostas de esquiva e de fuga.

Finalmente, “Perguntas Sim-Não”, a abordagem mais frequente dos entrevistadores na amostra, esteve positivamente relacionadas com “Outras Elocuções”, isto é, as respostas não informativas ($r=0,402$, $p<0,025$). Essa modalidade de pergunta também foi negativamente correlacionada com “Novas Informações” ($r=-0,694$, $p<0,001$). Esse padrão dá suporte às iniciativas visando à mudança da maneira como os entrevistadores estão questionando as crianças, uma vez que as abordagens mais diretas parecem pouco eficazes, pois resultam em uma proporção menor de respostas informativas. Outra possível explicação para o resultado dá suporte à hipótese de que as crianças da amostra parecem ser mais relutantes em compartilhar informações. Essa característica pode colocar o entrevistador em uma posição em que ele ou ela tenha que ir “direto ao ponto”, mediante a apresentação de informações para que a criança possa reconhecer. Como a literatura discute esse e outros dados? O próximo Capítulo responde a pergunta.

Capítulo 4: Um diálogo entre a literatura e a pesquisa empírica

No capítulo anterior foi apresentado o sentido das análises inferenciais realizadas sobre a aplicação do sistema de análise em uma amostra de entrevistas forenses. Neste capítulo estes resultados são avaliados à luz da literatura. Na medida em que for relevante, trechos de entrevistas serão apresentados para ilustrar qualitativamente a relação entre os resultados empíricos e a discussão com a literatura especializada.

Para organizar este capítulo, os resultados estão discutidos tendo como referência os agrupamentos possíveis das categorias do entrevistador e do entrevistado, utilizando a estratégia do afunilamento da entrevista forense: em primeiro lugar, são discutidas as elocuções pertinentes às fases iniciais da entrevista: as elocuções informativas, as de suporte e os facilitadores; em seguida, as elocuções que exploram a memória de livre evocação e, por último, as elocuções que exploram a memória de reconhecimento.

Elocuções pertinentes às fases iniciais da entrevista: as elocuções informativas, as de apoio e os facilitadores

O uso de informações sobre regras ou objetivos da entrevista é estimulado em todos os protocolos de entrevista revisados (Anderson et al., 2009; Fisher, 1995; Lamb et al., 2011; The National Children's Advocacy Center, 2012). Faller (2007a) reviu uma série de pesquisas que apontam para os benefícios do uso de informações sobre regras e sobre o objetivo da entrevista durante a entrevista forense, por exemplo, para focalizar a criança na tarefa, para aumentar o controle da criança sobre o próprio processo e para diminuir aspectos de coerção e de sugestão.

O estudo identificou uma relação positiva entre “Informação sobre Regra⁹” e “Eloquções Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento”. A análise qualitativa das Eloquções Genéricas de Exploração da Memória de Reconhecimento indica que elas usam de formatos mistos de perguntas que não puderam ser classificados em outras eloquções. Foi comum o uso desse tipo de categoria para expressar a interpretação do entrevistador sobre o comportamento da criança: “*o que será que acontece que você está querendo fugir de mim?*” (uma fusão entre Pergunta de Detalhamento – ‘o que será?’ – com Pergunta Sim-Não ‘você está querendo fugir de mim?’). A correlação entre esse tipo de categoria e regras da entrevista pode ser devido à relação empírica que essas relações podem ter umas com as outras. A única diferença entre as eloquções informativas e as eloquções que exploram a memória de reconhecimento envolve o formato da eloqução: a primeira é uma afirmação, a segunda, uma pergunta.

“Informações Genéricas” e “Novas Informações sobre o Abuso Sexual” estiveram negativamente correlacionadas. A análise qualitativa das eloquções de “Informações Genéricas” demonstrou falas preventivas sobre o abuso sexual e o uso de mídia. Um exemplo de fala preventiva, classificada como “Informações Genéricas” foi: “*você pode dizer não e pedir ajuda*”; “*você pode pedir ajuda de uma pessoa de confiança*”. Por se tratar de estudo correlacional, não é possível entender as categorias em termos de causa-efeito, isto é, que o uso de informações preventivas *gera* menos revelações do abuso; ou o contrário, que revelações do abuso *geram* a menor necessidade do entrevistador usar informações preventivas do abuso.

No setor estudado, uma cartilha preventiva é utilizada recorrentemente nos atendimentos com crianças que revelaram o abuso como uma maneira de prevenir novas

⁹ Assim como no capítulo anterior, faremos referência às categorias com seu nome original, porém as análises se referem às proporções de ocorrência da categoria nas entrevistas. Desse modo, “Informação sobre Regra” se refere à “Proporção de Informações sobre Regras nas Entrevistas”.

vitimizações – por meio da distinção de toques bons e toques abusivos, da validação do direito de dizer ‘não’ e da necessidade de pedir ajuda a uma pessoa de confiança. O uso desse material resultou na codificação de “Informações Genéricas”. O uso de recursos visuais como técnicas auxiliares na entrevista é bastante comum em centros de defesa americanos que conduzem entrevistas estendidas (Faller et al., 2011), tanto como uma forma de prevenção da violência em diferentes contextos, como parte do próprio processo avaliativo (Kenny, Capri, Vjolca; Thalla-Kolar, Reena; Ryan, & Runyon, 2008). O uso de mídias, tais como diagramas do corpo humano, é parte integrante da avaliação do abuso em um dos protocolos mais usados nos Centros de Defesa da Criança americanos¹⁰, o protocolo RATAC® (Anderson et al., 2009). Entretanto, outros protocolos, tais como o NICHD (Lamb et al., 2008a) e a entrevista cognitiva (Memon et al., 2010), recomendam uso de mídias apenas em casos específicos, como crianças com menos de 6 anos de idade e apenas ao final dos atendimentos como estratégia adicional para a abordagem da exploração da memória de livre evocação (Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin, 2008c), porém com certo ceticismo quanto à eficácia em eliciar respostas baseadas na experiência da criança (Brown, 2011).

Porém, resta explicar a relação inversa obtida entre informações genéricas e novas informações sobre o abuso sexual. Estaria o uso desse material contribuindo para a obtenção de um menor número de novas respostas de revelação? Ou este material tem sido usado mais com crianças que não revelam como estímulo para sua narrativa? Esse tema indica o primeiro item da agenda de pesquisas futuras em estudos qualitativos.

Prosseguindo, discutimos as relações encontradas com apoio e manutenção do relacionamento. Essa categoria de elocuições do entrevistador foi bastante frequente na amostra. A única correlação entre apoio e as demais variáveis do estudo foi com o

¹⁰ De acordo com o levantamento realizado pela National Children’s Advocacy Center (2009).

tamanho da entrevista: quanto maior a entrevista, mais o uso de suporte por parte do entrevistador, o que seria natural de se esperar. A literatura indica que a construção do vínculo de relacionamento tem importante papel na motivação da criança para compartilhar experiências traumáticas (Anderson et al., 2009; Fisher, 1995; Hershkowitz, 2009; Lamb et al., 2008b; The National Children's Advocacy Center, 2012).

Entretanto, na amostra estudada, as elocuições de suporte não se correlacionaram com nenhuma outra elocução do entrevistador e do entrevistado. Houve apenas correlações negativas que aproximaram, mas não foram significativas e entre suporte com os aspectos centrais da entrevista forense: a obtenção de fatos. A ineficácia da categoria de se correlacionar com as variáveis do estudo parece coerente com as discussões sobre os limites trazidos pelo uso excessivo do suporte para os objetivos da entrevista forense. Por exemplo, em uma pesquisa empírica conduzida por Teoh e Lamb (2010), estes autores relacionaram a ineficácia do suporte em se correlacionar de forma significativa com os aspectos centrais da entrevista forense devido ao fato de a alta intensidade de investimento no *rapport* tornar contraproducente o esforço de obter fatos sobre a vida da criança e por concorrer com o tempo dedicado à exploração da experiência abusiva. Padrão semelhante foi encontrado por Davis e Bottoms, (2002), que identificaram relação inversa entre a duração da construção do *rapport* e a produção de detalhes por parte das crianças. O vínculo, portanto, não deve ser construído em detrimento do objetivo da entrevista forense, mas usado em favor de compreender fatos relativos à vida da criança e que necessitem de intervenção em prol de sua proteção.

Outra possibilidade de discutir a ineficácia da categoria de suporte refere-se à reanálise de sua definição. Apesar de essa categoria ter gerado índices adequados de concordância durante os estudos de teste, é provável que ela não tenha sido capaz de

discriminar adequadamente o tipo de suporte que implica a melhoria da narrativa da criança sobre suas experiências. Por exemplo, o uso de perguntas abertas, na fase de construção do vínculo de relacionamento, tem como consequência a melhoria na narrativa da criança em relação à qualidade de detalhes sobre abuso (Sternberg et al., 1997).

Nesta pesquisa, a *forma e a natureza* específica das elocuições de suporte não foram discriminadas para captar as nuances das seguintes elocuições: “*olá, que bom te conhecer!*”, que visa iniciar a construção do vínculo; “*eu entendo que muitas crianças têm um segredo que as deixam com medo ou com vergonha*” ou “*eu sei que é muito difícil falar disso*”, que comunicam empatia; e “*isso, nesse joguinho do quebra gelo a gente não pode deixar o ursinho cair*”, que é uma elocução que engaja a criança em uma atividade lúdica. Além disso, apoio é uma atividade complexa do entrevistador, avaliada não somente por elocuições verbais, como foi o caso desta pesquisa, mas por comportamentos não verbais analisados através de métodos específicos que não foram o foco desta pesquisa.

Outra explicação plausível para o fato de a categoria apoio não ter se correlacionado com outras variáveis do estudo se refere ao comportamento das crianças na amostra. É também possível que o entrevistador sinta-se mais compelido a oferecer suporte em situações em que percebe uma dificuldade maior de estabelecer o vínculo com a criança ou adolescente. Dessa análise são duas as sugestões para investigações futuras: (1) analisar as elocuições de suporte e apoio e para entender o que pode estar ofuscando uma relação esperada entre suporte e revelação e (2) avaliar as diferenças qualitativas nas estratégias de suporte empregadas na avaliação de crianças informativas e não informativas.

Elocuções que exploram a memória de livre evocação

Quanto às elocuções do entrevistador que exploram a memória de livre evocação, à luz da literatura, essas categorias trouxeram resultados mistos. Observaram-se tanto correlações positivas entre todas as categorias dentro dessa classe de elocuções do entrevistador (convite narrativo, narrativa focalizada, detalhamentos), quanto entre as elocuções que exploram a livre evocação com as elocuções que exploram a memória de reconhecimento (detalhamentos com perguntas de múltipla escolha e detalhamentos com perguntas sugestivas; e narrativa focalizada com explorações genéricas da memória de reconhecimento).

Em termos da produção de narrativas detalhadas, houve correlação positiva entre solicitação de “Narrativas Focalizadas” e “Melhora Informação Conhecida”. A literatura aponta que as elocuções que exploram a memória de livre evocação são as mais eficientes na entrevista forense (Cyr & Lamb, 2009; Hershkowitz, Fisher, et al., 2007; Hershkowitz et al., 2005; Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, & Horowitz, 2006; Hershkowitz, Lanes, & Lamb, 2007; Lamb et al., 2008a, 2008b; K. Saywitz et al., 2011; Sternberg et al., 2001).

Porém, houve correlações *inversas* entre “Perguntas de Detalhamentos”(o que, quem, como, onde) e as seguintes respostas da criança: “Melhora Informações Conhecidas”, isto é, as que acrescentam detalhes sobre fato já revelado na entrevista. Também foi inversa a correção de “Perguntas de Detalhamento” e “Novas Informações”. Perguntas de Detalhamento exploram a livre narrativa e podem trazer informações relevantes do ponto de vista forense (Faller, 2007b; Lyon et al., 2012). Entretanto, o uso dessa estratégia pareceu indicar um grupo de crianças relutante para compartilhar suas experiências. Reforça essa percepção o fato de que as “Perguntas de Detalhamento” correlacionaram

significativamente com “Outras Elocuções sobre o Abuso Sexual” (p.ex. “eu não me lembro”, “eu não quero falar disso”).

A dificuldade de revelar situações de abuso sexual, avaliada nesta pesquisa por “Outras Elocuções sobre Abuso Sexual Infantil”, pode ser exemplificada na análise de um trecho da entrevista com a criança Sandy¹¹, uma menina de 6 anos de idade que apresentou a maior frequência relativa desta categoria, 6,73%, de todas as elocuções de sua entrevista. Ela foi encaminhada para avaliação de medidas protetivas em razão de um possível abuso sexual por parte de sua própria mãe, durante as noites, quando seu pai saía para trabalhar em seus plantões noturnos em um hospital. A criança já havia revelado o abuso algumas semanas antes, fato que gerou o afastamento preventivo da mãe do domicílio, a separação de corpos e a guarda provisória da criança para o pai. Essa criança, desde o início da entrevista, trouxe uma série de elocuções não informativas, mas relacionadas ao abuso sexual de alguma forma, codificadas para os trechos em **negrito**:

(...)

Entrevistador: Olha só: Primeira regra, nada de adivinhar! (Informação sobre Regras)

E: A gente quer saber o que aconteceu de verdade com você, não precisa ficar adivinhando, se você não souber é só falar: não sei e pronto! (Informação sobre Regras)

***Sandy:* Mas eu não lembro nunca, se eu lembrar, eu choro... (Outra Elocução sobre o Abuso Sexual Infantil)**

E: Chora Sandy? (Facilitador)

S: É, e eu tenho até que falar um negócio, um dia minha mãe apareceu lá na Igreja sem sua permissão sabia? (Novas Informações)

E: É mesmo?

E: sem a permissão *do Juiz?* (Facilitador)

E: E o que aconteceu nesse dia? (Pergunta de Detalhamento)

S: Ela até pegou minhas coisas nesse dia, pegou meu guarda-roupa, minha cama... (Novas Informações)

E: Hoje nós vamos conversar sobre várias coisas. (Informação sobre Objetivo)

E: E uma delas é sobre as regras dessa sala. A segunda regra é sempre diga a verdade, é sempre muito importante dizer a verdade. (Informações sobre Regras)

***S:* Eu sei, mas eu não posso mais lembrar, se eu lembrar eu choro. (Outra Elocução do Abuso Sexual Infantil)**

(...)

¹¹ O nome desta criança foi alterado para preservar o sigilo ético da pesquisa.

Sandy, como a maior parte das crianças da amostra, foi encaminhada por uma denúncia de violência sexual no seio da própria família. Seu comportamento na entrevista revela as peculiaridades do abuso sexual intrafamiliar, pois essa modalidade de violação caracteriza-se como uma interação relacional potencialmente danosa por deixar de proporcionar as experiências necessárias ao desenvolvimento saudável de crianças (Cicchetti & Toth, 2005; Furniss, 1993) e aprisioná-las em um jogo relacional em torno de um *pacto do silêncio* (Azevedo & Guerra, 1993). Sandy também ilustra que quando maior é o vínculo com o autor da violência, maiores são as barreiras e a resistência para a revelação (Buzawa et al., 2007; Hershkowitz et al., 2005; Kendall-Tackett et al., 1993; Priebe & Svedin, 2008). As consequências da revelação foram tão grandes para essa criança que Sandy “não pode mais se lembrar”, porque “se lembrar”, chora.

Outra possível explicação para o padrão relutante de crianças encontrado na amostra pode ser o tempo decorrente entre a denúncia formal e a avaliação. Apesar dessa variável não ter se correlacionado com nenhuma outra variável do estudo, exceto pela correlação positiva um pouco acima do limiar ($r=0,314$; $p<0,085$) com informações sobre o objetivo da entrevista, há evidências decorrentes do conhecimento do autor sobre o campo de trabalho de que a maior parte das crianças passou por diversas entrevistas antes da avaliação psicossocial e demoraram muito tempo para serem avaliadas as medidas protetivas necessárias (média de 1,1 anos, porém com alta variabilidade desde 15 dias até 9,5 anos). Apoiando esta possível interpretação os dados levantados por Malloy, Lyon, e Quas, (2007) que revisaram 217 casos selecionados aleatoriamente em uma corte de justiça do oeste americano indicando que as crianças do estudo foram entrevistadas em média 12 vezes. Embora 78% dessas crianças relataram o abuso sexual previamente à primeira entrevista profissional, 9% negaram o abuso e 73% expressaram-se de forma relutante sobre o abuso. Nas diversas entrevistas, 98% revelaram o abuso, mas 1/3 retratou em pelo

menos uma entrevista, 23% retrataram fortemente o abuso e 11% retrataram em parte o abuso. Essa discussão sugere a necessidade de repensar o fluxo de encaminhamento das crianças atendidas no contexto estudado por parte dos profissionais atuantes nas diferentes instâncias de responsabilização e proteção.

O estudo apontou que crianças que são cooperativas e repetem com maior frequência informações já reveladas sobre fatos de sua vida, também repetem e acrescentam mais detalhes sobre o abuso sexual. Esse achado é coerente com o apresentado por Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, e Horowitz, (2006) que estudaram as diferenças entre as crianças que revelavam e não revelavam o abuso em entrevistas. No estudo dos citados autores, os dois grupos de crianças se comportaram de forma diferente. Por exemplo, aquelas crianças que não revelaram o abuso tendiam a ser menos informativas e mais omissivas na fase de estabelecimento do *rapport* do que aqueles que revelaram o abuso. De forma similar, conforme as correlações e a análise multivariada em nossa amostra, as crianças cujas revelações foram detalhadas o suficiente para que o pesquisador as identificasse como possíveis vítimas de violência deram significativamente mais novas informações sobre o abuso sexual e sobre detalhes de informações já reveladas sobre abuso sexual.

Das crianças entrevistadas, Rita, uma garota de 9 anos de idade, foi a criança mais colaborativa em termos de revelar de forma detalhada suas experiências abusivas. Diferentemente de Sandy, seu agressor era uma pessoa com quem Rita tinha pouco contato: um vizinho que havia se mudado para a região pouco tempo antes de sua experiência abusiva. O grau de detalhamento da narrativa de Rita é maior ao se comparar seu comportamento com o de Sandy. O entrevistador, após obter detalhadas informações sobre fatos da vida da criança: o que Rita gostava de fazer, a identificação de seus

familiares, sua escola, os lugares que gostava de visitar, introduziu o objetivo da entrevista, o qual desencadeou uma sequência de informações sobre a experiência abusiva:

(...)

Entrevistador: então, *Rita**, meu nome é *Clarice**, eu sou psicóloga. (apoio)

E: Trabalho aqui na *Instituição Judicial** e chamei você aqui hoje pra conversar. (informação sobre objetivo)

E: Você sabe o que a gente vai conversar? (pergunta sim / não)

Rita: um hum. (outra elocução)

R: Causa do negócio. (Novas Informações)

E: Negócio? (**facilitador**)

E: Qual negócio? (**pergunta de detalhamento**)

R: do 'home'. (Novas Informações)

E: do home? (**facilitador**)

E: Quem é o homem? (**pergunta de detalhamento**)

R: O José*. (NovaInformaçõesAbuso Sexual Infantil)

E: O José?*. (**facilitador**)

E: Você conhece ele? (pergunta sim / não)

E: Como é que você sabe o nome dele? (**pergunta de detalhamento**)

R: por que... como...no dia que ele me mexeu comigo... (Novas Informações abuso sexual infantil)

E: há... (**facilitador**)

R: aí, minha irmã foi... ô, o home... ele foi...eu... nós.... a polícia foi lá e pegou... quando chegou na delegacia falou tudo pro home. (Novas Informações)

E: sei, entendi. (**facilitador**)

(...)

Nota: Os nomes das pessoas envolvidas e das instituições foram alterados para preservar o sigilo.

Rita confiou em Clarisse para contar, na sequência do trecho apresentado, diversos detalhes de sua única experiência abusiva, tais como “*ele me agarrou, tirou a minha roupa...*”; “*e... começou a me... mexeu com... mexer... tirar aquele negócio dele e penetrou no meu bumbum*”, “*ele me... me mandou.... me forçou a ficar em pé*”; “*ele pegou o negócio dele e queria botar na minha perereca*”; “*Ele queria que eu chupava e eu não queria*”; “*essas preguinha assim rasgou, ô*”; “*eu falava, pedia socorro*”; “*aí, o pai dele gritou na última vez que eu pedi socorro ele, na segunda ele tapou a minha cara... na minha boca, aí, eu: “me solta!”. E ele: “não!”*”. *Aí quando fi... eu fui... eu fui... eu pedi socorro, aí, ele foi me.... xin... me tamp... me.. foi... aí, o pai dele gritou: “que que isso?”, aí, ele.... lá da casa dele, né?*”. Todas essas elocuições descrevem uma sequência narrativa bastante detalhada, com detalhes sensoriais, sobre a autoria, sobre os atos, o uso de termos bastante

particulares para se referir às partes do corpo, as ações que interromperam o abuso, etc. Esses elementos produzindo uma grande quantidade de “Novas Informações sobre o Abuso Sexual Infantil” e contribuindo para que essa criança fosse agrupada entre aquelas que revelaram o abuso sexual. Observe que o entrevistador manteve a criança narrando o abuso com o uso de facilitadores seguidos de perguntas de detalhamento, o que permitiu a ampliação da narrativa da criança sobre suas experiências abusivas. Este tópico, o papel das elocuições facilitadoras está apresentado a seguir.

O achado mais importante neste estudo foi a eficácia das elocuições facilitadoras na revelação sobre o abuso sexual. Elocuições facilitadoras demonstravam que o entrevistador acompanha o relato da criança tanto por meio de pequenas verbalizações – “entendi”, “certo”, “um hum” – como aquelas em que o entrevistador repete ou parafraseia a elocução anterior da criança. Os facilitadores foram eficazes em manter o relato das crianças sobre suas experiências abusivas, achado coerente com os estudos sobre a função desse tipo de elocução na entrevista como uma forma de estimular a narrativa livre de crianças (Evans, Roberts, Price, & Stefek, 2010; Evans & Roberts, 2009).

Entretanto, a literatura aponta que os facilitadores, por si só, não garantem maior eficácia para estimular narrativas de crianças (Evans et al., 2010; Evans & Roberts, 2009). Quando são combinados com as explorações da memória de livre evocação, os resultados são tão ou mais eficientes que os Convites Narrativos ou as Perguntas de Detalhamento utilizadas separadamente (Evans et al., 2010). Cabe observar que Facilitadores correlacionaram de forma marginal com Convites Narrativos. Considere, como exemplo, a hipotética eficácia de dois tipos de facilitadores frente a seguinte elocução da criança: [criança]: “eu já contei as coisas ruins que aconteceram comigo”. Facilitadores combinados, do entrevistador, por exemplo, tendem a ser mais eficazes na busca de nova

informação seriam: [entrevistador]: “conte para mim *como foi que você contou as coisas ruins que aconteceram com você*”; [criança]: “*eu tava com muita raiva e decidi contar tudo*”. Outro exemplo de facilitador combinado com detalhamento: [entrevistador]: “*você contou coisas ruins que aconteceram contigo para quem?*”; [criança]: “*eu contei para minha professora*”. O uso combinado tende a produzir mais detalhes do que o uso de apenas um facilitador de reflexão do conteúdo, por exemplo: [criança]: “*eu já contei o que aconteceu comigo*”; [entrevistador]: “*você já contou as coisas ruins que aconteceram contigo?*”; [criança]: “*foi*”.

O uso híbrido entre facilitadores e as elocuições que estimulam a livre narrativa também encontra respaldo na literatura clínica, pois podem promover reflexões em direção à mudança desejada no processo terapêutico, ao comunicar ao entrevistado que o entrevistador está acompanhando atentamente seu relato e oferecendo a possibilidade de ampliar a reflexão a respeito de fatos de sua vida que estão sendo narrados (Voutilainen, 2010).

Elocuições que exploram a memória de reconhecimento

A apresentação de informações para serem reconhecidas pelas crianças foi a estratégia mais usada pelos entrevistadores da amostra. Esse resultado é coerente com o encontrado na literatura indicando que abordagens mais diretivas são comuns no sistema judicial e utilizadas por profissionais de diferentes áreas em diversas partes do mundo: na tomada de depoimento por profissionais de justiça americanos (Lyon et al., 2012), nas entrevistas de policiais americanos (Fisher & Geiselman, 2010), de policiais do Reino Unido (Westcott & Graham, 1996), e do leste europeu (Kask, 2012), e até mesmo nas entrevistas conduzidas por especialistas em crianças da Nova Zelândia (Patterson & Pipe, 2009).

A modalidade mais frequente de elocuições que sondam a memória de reconhecimento foram “Perguntas Sim-Não”. Essa modalidade de pergunta correlacionou *inversamente* com “Nova Informação”, isto é, com respostas sobre fatos em relação à vida das crianças. Ao mesmo tempo, essa modalidade de pergunta correlacionou *positivamente* com respostas não informativas: “Outras Elocuições”. Este resultado indica que a estratégia que os entrevistadores mais utilizaram são exatamente aquelas que menos fornecem informações relevantes para alcançar o objetivo da entrevista forense: revelar fatos sobre os quais sejam necessárias intervenções legais para a proteção da vítima e para a responsabilização do autor da violência. Esse resultado também é coerente com o encontrado por diversos autores que observaram que respostas que compartilham fatos da vida ocorrem menos quando se explora a memória de reconhecimento do quando se explora a memória de livre evocação (Lamb et al., 2003, 2008b; Lyon et al., 2012).

Desse modo, verifica-se que há uma importante lacuna a ser transposta entre as recomendações da literatura científica e as práticas correntes de atendimento de crianças vítimas de violência, não só setor estudado, mas possivelmente em diversos contextos profissionais que lidam com a escuta da criança vítima de violência (Lamb et al., 2011). Apesar das fortes evidências da literatura sugerindo a menor eficácia do uso de elocuições que exploram a memória de reconhecimento, as estratégias que exploram a memória de livre evocação ainda não são privilegiadas em muitos contextos profissionais (Cyr & Lamb, 2009; Lamb et al., 2008c, 2011, 2007; Lamb, 1996; Roberts & Lamb, 1999; Sternberg et al., 2001).

Abordagens mais diretas, como as encontradas, apresentam riscos. Considere, por exemplo, uma criança que diz “não” à pergunta: “*ele tocou o seu corpo de um jeito que te fez sentir com medo?*”, frequente na amostra estudada. O “não” pode ter diversos

significados: “não, ele não me tocou no corpo, mas me fez sentir medo”; ou: “não, ele não me fez sentir medo, mas tocou meu corpo”; ou: “não, ele não me tocou no corpo e nem me deixou com medo”; ou ainda: “não, eu não quero falar disso”. Como diferenciar se as respostas fornecidas às perguntas que exploram a memória de reconhecimento estão baseadas na própria experiência do respondente ou na tentativa de atender ou esquivar do objetivo do entrevistador? Diversos autores respondem a esta pergunta desse modo: não há como diferenciar, a não ser explorar o sentido do “não” por meio de perguntas que estimulem a livre evocação, por exemplo, “conte para mim o que você quer dizer com esse não” ou “conte para mim o que aconteceu com você” (Bruck & Ceci, 1999; Malloy et al., 2011; Roberts & Lamb, 1999).

Perguntas de Múltipla Escolha, que apresentam mais de uma informação para ser reconhecida pela criança, também não resultaram na ampliação da compreensão sobre o que aconteceu com as elas para que fossem encaminhadas para o estudo psicossocial no sistema de justiça. Ao contrário, o uso de perguntas do tipo: “*aconteceu uma vez ou mais de uma vez?*” ou “*ele tocou você em cima ou embaixo da roupa?*” estimulou mais respostas de esquiva do tipo: “*não quero falar disso*” ou “*eu esqueci*”.

Apesar de o estudo correlacional ter apontado a relação entre perguntas de múltipla escolha e respostas de esquiva, a análise multivariada identificou que a pergunta de múltipla escolha foi, entre todas as elocuições do entrevistador, a que mais diferenciou os grupos de crianças que revelaram o abuso das que não revelaram o abuso. A análise qualitativa dessa modalidade de intervenção indicou que a maior parte dessas perguntas procurava detalhes sobre as experiências emocionais da criança, “*você ficou com medo, com vergonha ou triste?*”; sobre a motivação para revelar o abuso, por exemplo, “*você esqueceu ou não quer falar?*”. Em seguida, o foco das perguntas de múltipla escolha foi

utilizado para obter detalhes específicos da violência narrada, por exemplo, detalhes de lugar: “*isso aconteceu no quarto, na sala ou em outro lugar?*”, frequência: “*isso aconteceu uma vez ou mais de uma vez?*”, período do dia: “*isso aconteceu de dia ou de noite?*”, etc.

Faller (2007), em sua revisão de literatura, colocou as perguntas de múltipla escolha como uma modalidade de perguntas “menos preferida”, dentre um contínuo de visões quanto à adequabilidade dos diferentes tipos de perguntas. Entretanto, perguntas de múltipla escolha podem ser adequadas para a avaliação da frequência do abuso, por exemplo, “*isso aconteceu uma vez ou mais de uma vez?*”, especialmente com crianças pequenas, pois o formato que estimula a livre narrativa pode ir além das capacidades cognitivas dessas crianças: “*quantas vezes isso aconteceu com você?*”.

Este achado, aparentemente contraditório, de que as perguntas de múltiplas escolhas apresentam correlações que sugerem não serem muito úteis para produzir respostas de revelação e, por outro lado, na análise multivariada, apresentam-se como capazes de diferenciar vítimas do abuso sexual é um exemplo importante de como as variâncias que compõem as variáveis são complexas. Pode-se supor que crianças não informativas se fechem mais diante de uma abordagem diretiva e que o entrevistador se sinta mais à vontade com as crianças mais informativas, para solicitar detalhamento do abuso revelado usando esta estratégia, melhorando assim a qualidade das informações sobre o abuso. Um método de destrinchar a complexidade nesta e em outras variáveis seria possível fazendo um estudo de contraste dos resultados de entrevistas comparando crianças informativas e não informativas. Esta é outra sugestão para um estudo futuro, que poderia ser favorecido havendo uma amostra mais extensa de entrevistas.

De acordo com o guia prático da *The American Professional Society on the Abuse of Children*, (2012) o uso de perguntas de múltipla escolha deve ser combinado estratégias de

evocação da memória de livre evocação, além de incluir todas as categorias relevantes da informação que se deseja apresentar para ser reconhecida pela criança. Na amostra, observou-se que essa recomendação traduziu-se na correlação positiva encontrada entre perguntas de Detalhamento e de Múltipla Escolha, indicando que, uma vez que a criança iniciava a revelação, o entrevistador buscava sondar a memória de livre recordação com perguntas do tipo: “quem?”, “o que?”, “onde?”, “como?”, ou “quando?” algo aconteceu.

Em toda amostra, o uso de perguntas sugestivas foi muito baixo, 0,25% de todas as elocuições da amostra. Apesar da baixa frequência, a presença de Elocuções Sugestivas em entrevistas forenses é preocupante, tendo em vista a possibilidade de comprometer sua qualidade ou mesma invalidá-la para o sistema judicial (Bruck & Ceci, 1999b).

Este tema é complexo, pois há uma grande variabilidade de concepções do que pode ser considerada uma pergunta sugestiva (Saywitz et al., 2011). O uso de informações derivadas de fontes externas, normalmente associadas ao conhecimento que o entrevistador tem sobre a revelação da criança, é uma estratégia recomendada pelos principais protocolos existentes, tais como o Protocolo NICHD (Lamb et al., 2008b), o Protocolo RATAC® (Anderson et al., 2009) e guia prático de avaliação do abuso da *The American Professional Society on the Abuse of Children*, (2012).

Apesar de haver recomendações para o uso de informações derivadas de fontes externas, o foco principal da entrevista forense é muito mais obter informações da própria criança do que solicitar dela confirmações, seja de fatos conhecidos previamente, seja das suposições do entrevistador (Anderson et al., 2009). Por exemplo, o protocolo NICHD (Lamb et al., 2011) recomenda a introdução de uma sequência de perguntas que usam gradualmente informações sobre a denúncia de violência. Essa sequência de perguntas é utilizada desde que haja evidências suficientes de que a criança pode ter sido abusada, mas

ainda não foi capaz de revelar na entrevista forense. Lamb et al. (2011) propõem, por exemplo, uma sequência com 10 perguntas que gradualmente introduzem informações sobre a violência, em que a primeira é mais genérica: “*eu entendo que alguma coisa pode ter acontecido com você, me conte o que aconteceu desde quando tudo começou até quando tudo terminou*”. Caso a criança não revele o abuso, uma a uma as demais perguntas são formuladas, até a última elocução descrita a seguir (categorias deste estudo indicadas em negrito entre parênteses):

“sua professora [médico/psicólogo/vizinho/outra] me contou / mostrou [“que você tocou no piu-piu de algum coleguinha”/ “um desenho que você fez”], **(elocução dirigida pela alegação)**

e eu quero saber se alguma coisa pode ter acontecido com você. **(informação sobre objetivo)**

Alguém [resuma brevemente as alegações ou as suspeitas sem especificar o nome do suposto agressor ou fornecer muitos detalhes]. [por exemplo: “alguém da sua família te machucou”] **(elocução sugestiva)**

ou “alguém tocou seu piu-piu ou outra parte íntima do seu corpo?”] **(elocução sugestiva)**(Lamb et al., 2011, p. 438)

De acordo com a definição adotada na pesquisa, as duas últimas elocuições do protocolo NICHD são sugestivas, pois introduzem aspectos do autor (alguém da família) e do ato da violência (referência a toques) não revelados anteriormente pela criança. Para analisar criticamente o efeito das Elocuções Sugestivas encontradas na amostra, devem-se considerar os fatores que levam alguém a ser sugestionável, a sugestibilidade. Para Olafson, (2007), sugestibilidade pode ser definida de três formas, cada uma delas mais restritiva quanto à natureza da influência: (1) pelo grau em que eventos posteriores podem alterar a memória sobre algum evento, (2) por todas as influências exercidas na codificação, na armazenagem e na recordação de eventos, e (3) pela influência de fatores externos e internos na codificação, na armazenagem, na recordação e na narrativa de eventos.

A categoria “Elocuções Sugestivas” não se relacionou com nenhum tipo de resposta da criança. Contudo, é preocupante que as Elocuções Sugestivas tenham se correlacionado

de forma positiva com as elocuições mais diretivas do entrevistador: Elocuições Dirigidas pela Alegação e Perguntas Sim-Não e Detalhamentos. Em conjunto, o uso excessivo desse tipo de estratégias pode inviabilizar a aceitação das entrevistas no contexto judicial. Porém, não se pode, com estes dados, deduzir o impacto dessas elocuições no resultado da entrevista. Um estudo qualitativo para este efeito poderia avaliar a elocuições anteriores e posteriores às elocuições sugestivas.

Considerando a primeira definição de sugestibilidade de Olafson, (2007), que é mais ampla, as eventuais correlações encontradas entre Elocuições Sugestivas e as elocuições da criança teriam um grande poder explicativo, no sentido de a entrevista ser considerada “o” evento externo que contribui com a alteração da memória de um evento. Na segunda e na terceira definição de sugestibilidade, eventuais correlações encontradas entre perguntas sugestivas e as respostas das crianças teriam um poder menor de induzir a criança ao erro. Isto ocorre porque uma entrevista pode não ter o poder de alterar significativamente a memória de um evento, uma vez que uma série de fatores também pode produzir esse efeito, a começar pela codificação da experiência. Por exemplo, um autor de violência sexual pode abusar de uma criança durante o banho, tocando vigorosamente em suas partes íntimas, porém informá-la que ele está “limpando bem direitinho” (Olafson, 2007). Essa informação que pode alterar a forma como a criança registra e armazena sua experiência abusiva. Desse modo, é possível reconhecer o poder de influência de um examinador externo, porém, esta influência não é o único determinante da sugestibilidade que não é somente medida pelo número de perguntas sugestivas, mas por possíveis vieses do entrevistador (Bruck & Ceci, 2004, 1999b). Ressalvas devem ser feitas para o uso de perguntas sugestivas em diversas entrevistas. Não é incomum no Brasil que crianças sejam entrevistadas em diversos contextos profissionais sobre suas possíveis experiências abusivas: no Conselho Tutelar, na Delegacia, no Sistema de Saúde, no Sistema de

Assistência Social, na Justiça da Infância, na Justiça Criminal. Não se pode, portanto, negligenciar o efeito deletério de perguntas sugestivas, mesmo em baixa frequência.

Entretanto, apesar de não identificarmos correlações entre perguntas sugestivas e as respostas da criança, a pesquisa apontou o risco do uso de estratégias mais diretivas com a introdução precoce, isto é, antes da narrativa da criança, de informações específicas do possível autor da violência ou dos atos de violência.

Idade e a dinâmica da entrevista

Finalmente, o efeito da idade da criança foi identificado. Características do desenvolvimento dessas crianças parecem ter moldado tanto a maneira como os entrevistadores entrevistaram, como a maneira como as respostas das crianças foram configuradas. Crianças menores são menos informativas que as mais velhas. As mais velhas, por outro lado, fornecem e compartilham mais informações sobre suas vidas. Esse dado é coerente com diversos achados de pesquisa que apontam para uma melhoria da qualidade da narrativa em função da idade (Anderson et al., 2009; Goodman & Saywitz, 1994; Lamb et al., 2008a). Além disso, os entrevistadores usam abordagens mais diretivas, por meio de perguntas de Detalhamento, Múltipla escolha e de Sim-Não.

Hewitt (2012) propõe que para crianças muito pequenas, abordagens mais diretas são necessárias, tendo em vista que o nível de desenvolvimento dessas crianças poderá impedir o uso de estratégias que explorem a memória de livre evocação. Porém o uso desse tipo de abordagem deve ocorrer, para a autora, conjugada com uma avaliação mais ampla contendo entrevista com o cuidador e observação e avaliação a criança. Com amostras maiores, um estudo comparativo poderia ser realizado para ajudar a ampliar a precisão das conclusões sobre as diferenças entre a conduta do entrevistador e o modo de responder de

crianças. Uma pesquisa deste tipo poderia resultar em estratégias de avaliação mais adequadas do ponto de vista do desenvolvimento e das necessidades específicas da criança e do adolescente.

Concluindo...

Este estudo iniciou com a apresentação da tela de Magritte: a reprodução interdita de uma imagem, o oposto, como metáfora para apresentar o problema da avaliação de crianças encaminhadas ao sistema de justiça por suspeita de serem vítimas de violência sexual.

O abuso sexual coloca crianças em um jogo relacional prejudicial ao desenvolvimento pleno, mas os sistemas de justiça nem sempre estão preparados para absorver as complexidades desse fenômeno, cuja expressão é limitada pelo pacto de silêncio, pelo segredo, pela negação, pelo aprisionamento na relação abusiva, pela dificuldade de revelar, pela negação e pela sugestibilidade. Essa complexidade coloca desafios não somente aos juízes, mas também para os profissionais da saúde responsáveis pela avaliação dos casos para a interrupção da violência, a promoção da garantia de proteção da criança e a responsabilização do autor da violação. Os desafios estão postos também ao campo da academia que pode contribuir enormemente com pesquisas e estudos qualificados, buscando a compreensão deste fenômeno e de sua complexidade.

A busca por um equilíbrio entre sensibilidade e por especificidade na avaliação dos casos de abuso sexual motivou os dois objetivos do estudo: (1) rever a literatura sobre as práticas de entrevistas forenses baseadas em evidências e (2) o desenvolvimento de um modelo de análise de entrevistas forenses e o estudo dos fenômenos interacionais ocorridos nessa modalidade particular de comunicação.

Os resultados apresentados e discutidos no capítulo anterior permitiram tirar uma “radiografia” sobre como trabalha uma equipe de avaliadores composto por psicólogos e assistentes sociais. Esta equipe explorou e sondou as experiências de crianças encaminhadas pela suspeita de serem vítimas de abuso sexual de diversas maneiras, porém enfatizando o reconhecimento de informações, ao invés de explorar a livre evocação de experiências.

O sistema de análise mostrou-se útil para a identificação das estratégias de modo coerente com as estratégias recomendadas na literatura. Os resultados sugerem também a necessidade de cautela em referência às estratégias mais diretivas, que são mais susceptíveis ao erro e ao engano. Algumas categorias importantes, por exemplo, apoio, necessita de mais estudos visando a identificação de sua natureza e dos fatores relacionados à sua variância. Este estudo também revelou a necessidade de repensar algumas definições das categorias utilizadas, por exemplo, das informações genéricas, podendo dela ser distinguidas as informações sobre proteção e prevenção da violência. Pode também ser útil pensar em dimensões a serem formadas por categorias que têm características semelhantes, por exemplo, tratando as questões que estimulam a memória de livre evocação como uma única dimensão e as elocuições que estimulam a memória de reconhecimento como outra.

O estudo tem limitações. A primeira refere-se às características da amostra, pois as entrevistas referem-se à parte do estudo psicossocial em um contexto judicial cível de proteção. Desse modo, as estratégias observadas por parte do entrevistador podem não ser generalizáveis para outros contextos. Um exemplo disso é o fato de a categoria suporte não se relacionar com nenhuma outra variável do estudo, o que indica que a natureza do suporte utilizado pelos entrevistadores dessa amostra precisa ser melhor estudada para a

identificação das características que poderão contribuir com o objetivo da entrevista forense. Além disso, a amostra pequena pode não ter permitido identificar outras relações possíveis entre as variáveis do estudo. Uma amostra maior tornaria significativa algumas das correlações observadas marginalmente e também nos permitiria o emprego de algumas estatísticas mais arrojadas.

Outra limitação importante é o pequeno número de crianças do sexo masculino. A inclusão de um número maior deste subgrupo nos permitiria examinar em que medida o sexo influencia as estratégias dos entrevistadores e o modo de responder crianças. Outro grupo não representado adequadamente foi o de crianças vítimas de abuso extrafamiliar. A literatura indica a grande diferença crianças vítimas de violência no seio da própria família e crianças vítimas de violência de terceiros, conforme revisto na literatura.

A principal contribuição deste trabalho é ter desenvolvido e testado um sistema com um conjunto de categorias úteis para a análise do que se passa entre o entrevistador e a criança ou adolescente no processo de avaliação de alegações de abuso sexual. Os resultados apontam para possibilidades de aprimoramento desse sistema visando tornar disponível uma ferramenta nova, com fundamentos empíricos, que possa ser eficaz para a análise de entrevistas forenses. Um novo estudo de avaliação independente com o uso da estatística Kappa poderá, também, contribuir para um novo refinamento das categorias.

A contribuição prática foi tornar visível as vantagens, as dificuldades e as complexidades do emprego dessas categorias, no esforço de compreender os processos envolvidos nesta atividade. A continuidade de pesquisas visando o aperfeiçoando e uso deste sistema de categorias poderá contribuir de forma significativa com a produção científica nacional, podendo resultar em um sistema de análise disponível para profissionais e, deste modo, auxiliar entrevistadores forenses em seu treinamento e na

avaliação do seu trabalho, permitindo que venha a escolher estratégias mais eficientes para alcançar seus objetivos. A literatura indica que apenas o treinamento intensivo, o feedback imediato, e a revisão pelos pares é capaz de manter entrevistadores utilizando as melhores práticas (Fisher & Geiselman, 2010; Kenny et al., 2008; Westcott & Kynan, 2006).

Como contribuição social, a pesquisa poderá, no futuro, contribuir para a busca de um balanço adequado entre sensibilidade e especificidade na avaliação dos abusos sexuais e, dessa forma, selecionar para a intervenção as crianças que necessitam de proteção e de garantia do reestabelecimento de seus direitos violados e evitar o cometimento de injustiças com as pessoas indicadas como possíveis autores de violência sexual.

Para auxiliar na reflexão, convidamos o leitor a repensar com o autor nas possíveis implicações da continuidade dessa linha de pesquisa para intervir no destino das pessoas em condições similares às citadas neste estudo¹²: Mariana e seu “avô” Renato; Maria Clara e Maria Ângela e o Sr. Rodrigo, padrasto; Sandy e sua mãe e Rita e seu vizinho José.

¹² Conforme descrito anteriormente, todos os nomes foram alterados para preservar o sigilo ético da pesquisa.

Referências

- Alaggia, R. (2004). Many ways of telling: expanding conceptualizations of child sexual abuse disclosure. *Child Abuse & Neglect*, 28(11), 1213–1227. doi:10.1016/j.chiabu.2004.03.016
- Amendola, M. F. (2009). Analisando e (des)construindo conceitos: pensando as falsas denúncias de abuso sexual. *Estudos e pesquisa em psicologia*, 9(1), 199–218.
- Anderson, J., Ellefson, J., Lashley, J., Lukas, A., Olinger, S., Russell, A., Stauffer, J., et al. (2009). *The Cornerhouse Forensic Interview Protocol: RATAAC®* (p. 331). Minneapolis, MN: The CornerHouse.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. (1993). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento* (4ª edição.). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Bandeira-de-Mello, R., & Cunha, C. J. C. de A. (2004). Administrando o risco: uma teoria substantiva da adaptação estratégica de pequenas empresas a ambientes turbulentos e com forte influência governamental. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(spe), 157–179. doi:10.1590/S1415-65522004000500009
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA.
- Barrêto, Anne Jaquelyne Roque; Sá, Lenilde Duarte; Noqueira, Jordana de Almeida; Palha, Pedro Fredemir; Pinheiro, Patrícia Geórgia de Oliveira Diniz; Farias, Nilma Maria Porto; Villa, T. C. S. (2012). Organização dos serviços de saúde e a gestão do cuidado à tuberculose. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7, 875–1884.
- Beuren, I. M., & Almeida, D. M. (2012). Impactos da implantação das normas internacionais de contabilidade na controladoria: um estudo à luz da teoria da estruturação em uma empresa têxtil. *Revista de Administração*, 47(4), 653–670. doi:10.5700/rausp1065
- Brasil, R. F. do Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Brasília: Presidência da República.
- Brasil, R. F. do Lei 10406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (2002). Brasília: Presidência da República.
- Brasil, R. F. do Lei N° 10015, de 7 de agosto de 2009, que altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do incis (2009). Brasília: Presidência da República.
- Briere, J., Johnson, K., Bissada, A., Damon, L., Crouch, J., Gil, E., Hanson, R., et al. (2001). The Trauma Symptom Checklist for Young Children (TSCYC): reliability and association with abuse exposure in a multi-site study. *Child Abuse & Neglect*, 25(8), 1001–14.

- Briere, J., & Jordan, C. E. (2009). Childhood maltreatment, intervening variables, and adult psychological difficulties in women: an overview. *Trauma, Violence & Abuse, 10*(4), 375–88. doi:10.1177/1524838009339757
- Brown, D. (2011). The use of supplementary techniques in forensic interviews with children. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony: a handbook of psychological research and forensic practice* (Second Edi., pp. 217–250). West Sussex, England: Wiley-Blackwell.
- Bruck, M., & Ceci, S. (2004). Forensic Developmental Psychology. Unveiling Four Common Misconceptions. *Current Directions in Psychological Science, 13*(6), 229–232. doi:10.1111/j.0963-7214.2004.00314.x
- Bruck, M., & Ceci, S. J. (1999). The Suggestibility of Children's Memory. *Annual Review of Psychology, 50*, 419–439.
- Buzawa, E., Hotaling, G., & Byrne, J. (2007). Understanding the impact of prior abuse and prior victimization on the decision to forego criminal justice assistance in domestic violence incidents: a life-course perspective. *Brief Treatment and Crisis Intervention, 7*(1), 55–76.
- Carnes, C. N. (2000). *The National Children's Advocacy Center Extended Forensic Evaluation Manual*. Huntsville, Alabama: The National Children's Advocacy Center.
- Carnes, C. N., Nelson-Gardell, D., & Wilson, C. (2000). Addressing Challenges and Controversies in Child Sexual Abuse Interviewing: The Forensic Evaluation Protocol and Research Project. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 2*(2), 83–103. doi:10.1300/J146v02n02_05
- Carnes, C. N., Nelson-Gardell, D., Wilson, C., & Orgassa, U. C. (2001). Extended forensic evaluation when sexual abuse is suspected: a multisite field study. *Child Maltreatment, 6*(3), 230–242. doi:10.1177/1077559501006003004
- Carnes, C. N., Wilson, C., & Nelson-Gardell, D. (1999). Extended Forensic Evaluation When Sexual Abuse is Suspected: A Model and Preliminary Data. *Child Maltreatment, 4*(3), 242–254. doi:10.1177/1077559599004003005
- Cesca, T. B. (2004). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade, 16*(3), 41–46. doi:10.1590/S0102-71822004000300006
- Chromy, S. (2007). Sexually Abused Children Who Exhibit Sexual Behavior Problems: Victimization Characteristics. *Brief Treatment and Crisis Intervention, 7*(1), 25–33. doi:10.1093/brief-treatment/mhl019
- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology, 1*, 409–38. doi:10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.144029
- Conselho Federal de Psicologia, C. Resolução CFP N° 10/2005 que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

- Cordisco-Steele, L. (2012). The Forensic Interview: A Challenging Conversation. In P. Goodyear-Brown (Ed.), *Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment* (pp. 99–119). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.
- Cremin, T., Chappell, K., & Craft, A. (2012). Reciprocity between narrative, questioning and imagination in the early and primary years: Examining the role of narrative in possibility thinking. *Thinking Skills and Creativity*, 9, 135-151.
doi:10.1016/j.tsc.2012.11.003
- Creswell, J. (2013). Philosophical Assumptions and Interpretative Frameworks. In J. W. Creswell (Ed.), *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (Third Edit., p. 472). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Creswell, J. W. (2007). Understanding mixed methods research. In J. W. Creswell (Ed.), *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches* (Vol. 11, pp. 1–19). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
doi:10.1016/j.aenj.2008.02.005
- Cross, T. P., Jones, L. M., Walsh, W. A., Simone, M., & Kolko, D. (2007). Child forensic interviewing in children's advocacy centers: empirical data on a practice model. *Child Abuse & Neglect*, 31, 1031–1052. doi:10.1016/j.chiabu.2007.04.007
- Cyr, M., & Lamb, M. E. (2009). Assessing the effectiveness of the NICHD investigative interview Protocol when interviewing French-speaking alleged victims of child sexual abuse in Quebec. *Child Abuse & Neglect*, 33, 257–268.
doi:10.1016/j.chiabu.2008.04.002
- Davis, S. L., & Bottoms, B. L. (2002). Effects of social support on children's eyewitness reports: A test of the underlying mechanism. *Law and Human Behavior*, 26(2), 185–215.
- Drezett, J., Caballero, M., Juliano, Y., Prieto, E., Marques, J., & Fernandes, C. (2001). Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. *Jornal de Pediatria*, 77(5), 413–419.
- Evans, A. D., & Roberts, K. (2009). The effects of different paraphrasing styles on the quality of reports from young child witnesses. *Psychology, Crime & Law*, 15(6), 531–546. doi:10.1080/10683160802385398
- Evans, A. D., Roberts, K. P., Price, H. L., & Stefek, C. P. (2010). The use of paraphrasing in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect*, 34(8), 585–592.
doi:10.1016/j.chiabu.2010.01.008
- Everson, M. D., & Sandoval, J. M. (2011). Forensic child sexual abuse evaluations: assessing subjectivity and bias in professional judgements. *Child Abuse & Neglect*, 35(4), 287–98. doi:10.1016/j.chiabu.2011.01.001
- Everson, M. D., Sandoval, J. M., Berson, N., Crowson, M., & Robinson, H. (2012). Reliability of professional judgments in forensic child sexual abuse evaluations:

- unsettled or unsettling science? *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(1), 72–90.
doi:10.1080/10538712.2012.642467
- Faleiros, V. de P., & Faleiros, E. (2001). *Circuito e curtos-circuitos: Atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. São Paulo, Brasil: Veras Editora.
- Faller, K. C. (2007a). *Interviewing children about sexual abuse*. (O. U. Press, Ed.) (p. 308). New York.
- Faller, K. C. (2007b). Interview Structure, Protocol, and Guidelines. In K. C. Faller (Ed.), *Interviewing Children about Sexual Abuse: Controversies and Best Practice* (pp. 66–109). New York: Oxford University Press.
- Faller, K. C., Cordisco-Steele, L., & Nelson-Gardell, D. (2010). Allegations of sexual abuse of a child: what to do when a single forensic interview isn't enough. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19, 572–589. doi:10.1080/10538712.2010.511985
- Faller, K. C., & Everson, M. D. (2012). Contested issues in the evaluation of child sexual abuse allegations: why consensus on best practice remains elusive contested issues in the evaluation of child sexual abuse allegations : Why Consensus on. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21, 3–18. doi:10.1080/10538712.2012.642944
- Faller, K. C., Grabarek, M., Nelson-Gardell, D., & Williams, J. (2011). Techniques Employed by Forensic Interviewers Conducting Extended Assessments : Results from a Multi-Site Study Techniques Employed by Forensic Interviewers Conducting Extended Assessments : Results from a Multi-Site Study. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 20, 237–259. doi:10.1080/10926771.2011.557031
- Ferreira, I. do R. C., Vosgerau, D. S. R., Moysés, S. J., & Moysés, S. T. (2012). Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(12), 3385–3398.
doi:10.1590/S1413-81232012001200023
- Fisher, R. P. (1995). Interviewing Victims and Witnesses of Crime. *Psychology, Public Policy, and Law*, 1(4), 732–764. doi:10.1037/1076-8971.1.4.732
- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (2010). The cognitive interview method of conducting police interviews: eliciting extensive information and promoting therapeutic jurisprudence. *International Journal of Law and Psychiatry*, 33(5-6), 321–8.
doi:10.1016/j.ijlp.2010.09.004
- Fonseca, R. (2007). Acordo inter-juízes: O caso do coeficiente kappa. *Laboratório de Psicologia*, 5(1), 81–90.
- Fortes, M. da G., Scheffer, M., & Kapczynsky, N. (2007). Elementos indicativos de abuso sexual na infância obtidos pelo método Rorschach. *Revista Hospital de Clínicas de Porto Alegre*, 27(3), 1–8.

- Fowler, D. N., & Chanmugam, A. (2007). A Critical Review of Quantitative Analyses of Children Exposed to Domestic Violence: Lessons for Practice and Research. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 7(4), 322–344. doi:10.1093/brief-treatment/mhm019
- França, F. (2004). Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: teoria e prática*, 6(1), 73–80.
- Friedrich, W N. (1993). Sexual victimization and sexual behavior in children: a review of recent literature. *Child Abuse & Neglect*, 17(1), 59–66.
- Friedrich, W. N., Fisher, J. L., Dittner, C. A., Acton, R., Berliner, L., Butler, J., Damon, L., et al. (2001). Child Sexual Behavior Inventory: Normative, Psychiatric, and Sexual Abuse Comparisons. *Child Maltreatment*, 6(1), 37–49. doi:10.1177/1077559501006001004
- Friese, S. (2012). *Qualitative Data Analysis with ATLAS.ti* (First Edit., p. 274). London: Sage Publications.
- Friese, S. (2013). Atlas.ti 7 - User guide and reference. Berlin, Alemanha: Scientific Software Development GmbH.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(40), 267–278. doi:10.1590/S0103-863X2008000200005
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integradas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gardner, R. (2002). Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes? *The American Journal of Family Therapy*, 30(2), 93–115. doi:10.1080/019261802753573821
- Gardner, R. (2004). The Relationship Between the Parental Alienation Syndrome (PAS) and the False Memory Syndrome (FMS). *The American Journal of Family Therapy*, 32(2), 79–99. doi:10.1080/01926180490424181
- Gellert, G. (1995). Sensitivity and Specificity in Child Abuse Detection. *Journal of Child Sexual Abuse*, 4(2), 99–104. doi:10.1300/J070v04n02_06
- Goodman, G. S., Quas, J. A., & Ogle, C. M. (2009). Child Maltreatment and Memory. *Annual Review of Psychology*, 61, 325–351. doi:10.1146/annurev.psych.093008.100403
- Goodman, G. S., & Saywitz, K. J. (1994). Memories of abuse: Interviewing children when sexual victimization is suspected. *Child And Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 3(4), 645–661.

- Goodman-Brown, T. B., Edelstein, R. S., Goodman, G. S., Jones, D. P. ., & Gordon, D. S. (2003). Why children tell: a model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(5), 525–540. doi:10.1016/S0145-2134(03)00037-1
- Gravenhorst, M. C. (2002). Rorschach psychodiagnosis of psychic trauma in sexually abused children. *Rorschachiana: Journal of the International Society for the Rorschach*, 25(1), 77–85.
- Guimarães, T. de A., & Medeiros, P. H. R. (2005). A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 3(4), 01–18. doi:10.1590/S1679-39512005000400004
- Habigzang, L. F., Dala Corte, F., Hatzemberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338–344.
- Habigzang, L. F., Damásio, B. F., & Koller, S. H. (2013). Impact evaluation of a cognitive behavioral group therapy model in brazilian sexually abused girls. *Journal of Child Sexual Abuse*, 22(2), 173–90. doi:10.1080/10538712.2013.737445
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341–348.
- Hagborg, J. M., Strömwall, L. A., & Tidefors, I. (2012). Prosecution Rate and Quality of the Investigative Interview in Child Sexual Abuse Cases. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 173(February), 161–173. doi:10.1002/jip
- Hammerstrøm, K., Wade, A., & Klint, A. (2010). *Searching for studies: a guide to information retrieval for Campbell Systematic Reviews*. *Campbell Systematic Reviews* (Vol. 1, p. 74). Oslo, Norway: The Campbell Collaboration. doi:10.4073/csrs.2010.1
- He, A. W. (2001). Discourse Analysis. In M. Aronoff & J. Rees-Miller (Eds.), *The Handbook of Linguistics* (pp. 428–445). Oxford: Blackwell Publishing.
- Hébert, M., Tremblay, C., Parent, N., Daignault, I. V., & Piché, C. (2006). Correlates of Behavioral Outcomes in Sexually Abused Children. *Journal of Family Violence*, 21(5), 287–299. doi:10.1007/s10896-006-9026-2
- Henrique Ramos Medeiros, P., & De Aquino Guimarães, T. (2006). A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 46(4), 1–13. doi:10.1590/S0034-75902006000400007
- Herman, S. (2009). Forensic child sexual abuse evaluations: Accuracy, ethics, and admissibility. In K. Kuehnle & M. Connell (Eds.), *The evaluation of child sexual abuse allegations: A comprehensive guide to assessment* (pp. 247–266). Hoboken, NJ: Wiley.
- Hershkowitz, I. (2009). Socioemotional factors in child sexual abuse investigations. *Child Maltreatment*, 14(2), 172–181. doi:10.1177/1077559508326224

- Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: the role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, *31*(2), 99–110. doi:10.1016/j.chiabu.2006.09.005
- Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Lamb, M. E. (2005). Trends in children ' s disclosure of abuse in Israel : A national study. *Child Abuse & Neglect*, *29*, 1203–1214. doi:10.1016/j.chiabu.2005.04.008
- Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect*, *31*(2), 111–23. doi:10.1016/j.chiabu.2006.09.004
- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, *30*(7), 753–69. doi:10.1016/j.chiabu.2005.10.016
- Hewitt, S. (2012). Developmentally Sensitive Assessment Methods in Child Sexual Abuse Cases. *Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment* (pp. 121–142).
- Hjørland, B. (2011). Evidence-Based Practice: An Analysis Based on the Philosophy of Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, *62*(7), 1301–1310. doi:10.1002/asi
- Holcomb, M. J., & Jacquin, K. M. (2007). Juror perceptions of child eyewitness testimony in a sexual abuse trial. *Journal of Child Sexual Abuse*, *16*(2), 79–95. doi:10.1300/J070v16n02_05
- Hruschka, D. J., Schwartz, D., St.John, D. C., Picone-Decaro, E., Jenkins, R. a., & Carey, J. W. (2004). Reliability in coding open-ended data: Lessons learned from HIV behavioral research. *Field Methods*, *16*(3), 307–331. doi:10.1177/1525822X04266540
- Hunt, E., & Agnoli, F. (1991). The Whorfian hypothesis: A cognitive psychology perspective. *Psychological Review*, *98*(3), 377–389. doi:10.1037//0033-295X.98.3.377
- Jackson, S. L. (2004). A USA national survey of program services provided by child advocacy centers. *Child Abuse & Neglect*, *28*, 411–421. doi:10.1016/j.chiabu.2003.09.020
- Kadushin, A., & Kadushin, G. (1997). *The social work interview: a guide for human service professionals* (Fourth Edi., p. 480). New York: Columbia University Press.
- Kask, K. (2012). Dynamics in Using Different Question Types in Estonian Police Interviews of Children. *Applied Cognitive Psychology*, *26*(2), 324–329. doi:10.1002/acp.1831

- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, *1*, 164–180.
- Kenny, M. C., Capri, Vjolca; Thalla-Kolar, Reena; Ryan, E., & Runyon, M. K. (2008). Child Sexual Abuse: from prevention to self protection. *Child Abuse Review*, *17*, 36–54. doi:10.1002/car
- King, D., Markuszewski, C., & Wells, M. (2010). *Annotated Bibliography of the Empirical and Scholarly Literature Supporting the Ten Standards for Accreditation by the National Children's Alliance* (pp. 1–112). Huntsville, Alabama: The National Children's Advocacy Center.
- Koriat, A., Goldsmith, M., & Pansky, A. (2000). Toward a Psychology of Memory Accuracy. *Annual Review of Psychology*, *51*, 481–537.
- Lamb, M. E. (1996). Effects of Investigative Utterance Types on Israeli Children's Responses. *International Journal of Behavioral Development*, *19*(3), 627–638. doi:10.1080/016502596385721
- Lamb, M. E., & Fauchier, A. (2001). The effects of question type on self-contradictions by children in the course of forensic interviews. *Applied Cognitive Psychology*, *15*(5), 483–491. doi:10.1002/acp.726
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008a). *Tell me what happened. Structured investigative interviews of child victims and witnesses* (p. 372). Hoboken: John Wiley & Sons Ltd.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008b). The NICHD Investigative Interview Protocols for Young Victims and Witnesses. In M. E. . Lamb, I. Hershkowitz, Y. Orbach, & P. W. Esplin (Eds.), *Tell Me What Happened: Structured Investigative Interviews of Child Vicims and Witnesses* (pp. 83–102). Hoboken, New Jersey: Wiley.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008c). Interviewing suspected victims under six years of age. *Tell Me What Happened: Structured Investigative Interviews of Child Vicims and Witnesses* (pp. 137–164). Hoboken, New Jersey: Wiley.
- Lamb, M. E., La Rooy, D. J., Malloy, L. C., & Katz, C. (2011). *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice* (p. 431). West Sussex, England: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2007). A structured forensic interview protocol improves the quality and informativeness of investigative interviews with children: a review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse & Neglect*, *31*(11-12), 1201–31. doi:10.1016/j.chiabu.2007.03.021

- Lamb, M. E., Sternberg, K., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(5), 926–934.
- Laver, J. (2001). Linguistic Phonetics. In M. Aronoff & J. Rees-Miller (Eds.), *The Handbook of Linguistics* (pp. 150–178). Oxford.
- Lyon, T., Scurich, N., Choi, K., Handmaker, S., & Blank, R. (2012). "How did you feel?": Increasing child sexual abuse witnesses' production of evaluative information. *Law and Human Behavior, 36*(5), 448–57. doi:10.1037/h0093986
- Malloy, L. C., La Rooy, D. J., Lamb, M. E., & Katz, C. (2011). Developmentally Sensitive Interviewing for Legal Purposes. *Children's testimony: a handbook of psychological research and forensic practice* (Second Edi., p. 482). Hoboken: John Wiley & Sons Ltd.
- Malloy, L. C., Lyon, T., & Quas, J. A. (2007). Filial dependency and recantation of child sexual abuse allegations. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 46*(2), 162–70. doi:10.1097/01.chi.0000246067.77953.f7
- Marks, G., & Miller, N. (1987). Ten years of research on the false-consensus effect: an empirical and theoretical review. *Psychological Bulletin, 102*(1), 72–90.
- Mehler, A., Pustynnikov, O., & Diewald, N. (2011). Geography of social ontologies: Testing a variant of the Sapir-Whorf Hypothesis in the context of Wikipedia. *Computer Speech & Language, 25*(3), 716–740. doi:10.1016/j.csl.2010.05.006
- Melnik, T. ., & Atallah, A. (2011). *Psicologia baseada em evidências*. São Paulo: Editora Santos.
- Memon, A., Meissner, C. A., & Fraser, J. (2010). The Cognitive Interview: A Meta-Analytic Review and Study Space Analysis of the Past 25 Years. *Psychology, Public Policy, and Law, 16*(4), 340–372. doi:10.1037/a0020518
- Miller, T. W., & Veltkamp, L. J. (1995). Assessment of sexual abuse and trauma: Clinical measures. *Child Psychiatry and Human Development, 26*(1), 3–10. doi:10.1007/BF02353225
- Miranda Júnior, H. C. de. (1998). Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. *Psicologia: Ciência e Profissão, 18*(1), 28–37. doi:10.1590/S1414-98931998000100004
- Myers, J. (1998). Forensic impact of the child sexual abuse medical examination. *Child Abuse & Neglect, 22*(6), 653–656.
- National Children's Advocacy Center. (2009). Forensic Interview Practice Survey August 2009. Huntsville, Alabama: Author.

- Olafson, E. (2007). Children's memory and suggestibility. In K. C. Faller (Ed.), *Interviewing Children about Sexual Abuse: Controversies and Best Practices* (pp. 10–43). New York, NY: Oxford University Press.
- Oliveira, D. C., & Simoneau, A. S. (2012). Os programas universitários para pessoas idosas (UnATIs): um estudo de representação social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 12*(2), 446–461.
- Olson, L. N., Daggs, J. L., Ellevold, B. L., & Rogers, T. K. K. (2007). Entrapping the innocent: toward a theory of child sexual predators's luring communication. *Communication Theory, 17*, 231–251.
- Palusci, V., Cox, E. O. ., Cyrus, T. A. ., Heartwell, S. W. ., Vandervort, F. E. ., & Pott, E. S. (1999). Medical Assessment and Legal Outcome in Child Sexual Abuse. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine, 153*(4), 388–392. doi:10.1001/archpedi.153.4.388
- Patterson, T., & Pipe, M.-E. M. (2009). Exploratory assessments of child abuse: children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect, 33*(8), 490–504. doi:10.1016/j.chiabu.2008.12.012
- Pipe, M.-E. M., Orbach, Y., Lamb, M. E., Abbott, C., & Stewart, H. (2008). *Do best practice interviews with child abuse victims influence case processing* (p. 108).
- Poole, D. A., & Bruck, M. (2012). Divining Testimony? The Impact of Interviewing Props on Children's Reports of Touching. *Developmental Review: DR, 32*(3), 165–180. doi:10.1016/j.dr.2012.06.007
- Priebe, G., & Svedin, C. G. (2008). Child sexual abuse is largely hidden from the adult society. An epidemiological study of adolescents' disclosures. *Child Abuse & Neglect, 32*(12), 1095–108. doi:10.1016/j.chiabu.2008.04.001
- Read, J., Agar, K., Barker-Collo, S., Davies, E., & Moskowitz, A. (2001). Assessing suicidality in adults: Integrating childhood trauma as a major risk factor. *Professional Psychology: Research and Practice, 32*(4), 367–372. doi:10.1037//0735-7028.32.4.367
- Roberts, K. P., & Lamb, M. E. (1999). Children's responses when interviewers distort details during investigative interviews. *Legal and Criminological Psychology, 4*(1), 23–31. doi:10.1348/135532599167752
- Rovinski, S. L. R. (2004). *Fundamentos da Perícia Psicológica Forense* (Segunda Ed., p. 168). São Paulo: Vetor.
- Rychetnik, L., Hawe, P., Waters, E., Barratt, A., & Frommer, M. (2004). A glossary for evidence based public health. *Journal of Epidemiology and Community Health, 58*(7), 538–45. doi:10.1136/jech.2003.011585

- Saffioti, H. (2000). A síndrome do pequeno poder. In M. A. Azevedo & V. Guerra (Eds.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (pp.13-21). São Paulo, Brasil: Iglu.
- Saldaña, J. (2011). *Fundamentals of Qualitative Research (Understanding Qualitative Research) [Kindle Edition]*. (P. Leavy, Ed.) (p. 208). New York: Oxford University Press.
- Saldaña, J. (2012). *The Coding Manual for Qualitative Researchers* (Kindle Edi., p. 240). Publications, SAGE.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo, Brasil: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Santos, B. R., & Gonçalves, I. (2008). *Depoimento sem medo (?) culturas e práticas não revitimizantes*. São Paulo, Brasil: Childhood Brasil.
- Santos, A. C. W. dos, & Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 220–235. doi:10.1590/S1414-98932011000200003
- Santos, V. A. (2011). Os possíveis entrelaçamentos nas situações de alienação parental e de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, 1–37.
- Santos, V. A., Costa, L. F., & Granjeiro, I. A. C. L. (2010). Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida? *Psico*, 40(4).
- Saywitz, K. J., & Camparo, L. B. (2009). Contemporary Child Forensic Interviewing: Evolving Consensus and Innovation over 25 years. In B. L. Bottoms, C. J. Najdowski, & G. S. Goodman (Eds.), *Children as Victims, Witnesses, and Offenders: Psychological Science and the Law* (pp. 102–126). New York, NY: Taylor & Francis Group.
- Saywitz, K., Lyon, T., & Goodman, G. S. (2011). Interviewing children. In J. E. B. Myers (Ed.), *The American Professional Society on the Abuse of Children Handbook on Child Maltreatment* (Third Edit., pp. 337–360). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Revista de Ciências & Saúde Coletiva*, 5(1), 187–192.
- Silva, A. M. T. B., Constantino, G. D., & Premaor, V. (2011). A contribuição da teoria das representações sociais para análise de um fórum de discussão virtual. *Temas em Psicologia*, 19(1), 233–242.
- Silva, D. G. V.; Souza, S. S.; Trentini, M.; Bonetti, A.; Mattosinho, M. M. S. (2010). Os desafios enfrentados pelos iniciantes na prática de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(2), 511–516.

- Smith, D. W., Letourneau, E. J., Saunders, B. E., Kilpatrick, D. G., Resnick, H. S., & Best, C. L. (2000). Delay in disclosure of childhood rape: results from a national survey. *Child Abuse & Neglect, 24*(2), 273–287. doi:10.1016/S0145-2134(99)00130-1
- Spaccarelli, S. (1994). Stress, appraisal, and coping in child sexual abuse: a theoretical and empirical review. *Psychological bulletin, 116*(2), 340–62.
- Staller, K. M., & Nelson-Gardell, D. (2005). “A burden in your heart”: lessons of disclosure from female preadolescent and adolescent survivors of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 29*(12), 1415–32. doi:10.1016/j.chiabu.2005.06.007
- Stein, L. M. (2010). *Falsas Memórias: Fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a Structured Investigative Protocol Enhances Young Children’s Responses to Free-Recall Prompts in the Course of Forensic Interviews. *Journal of Applied Psychology, 86*(5), 997–1005. doi:10.1037//0021-9010.86.5.997
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Yudilevitch, L., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Hovav, M. (1997). Effects of introductory style on children’s abilities to describe experiences of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 21*(11), 1133–1146. doi:10.1016/S0145-2134(97)00071-9
- Summit, R. C. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse & Neglect, 7*(2), 177–93.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing Children for Investigative Interviews: Rapport-Building, Instruction, and Evaluation. *Applied Developmental Science, 14*(3), 154–163. doi:10.1080/10888691.2010.494463
- The American Professional Society on the Abuse of Children. (2012). *Forensic Interviewing in Cases of Suspected Child Abuse*. Elmhurst, IL: APSAC.
- The National Children’s Advocacy Center. (2012). *The National Children’s Advocacy Center’s Child Forensic Interview Structure*. Huntsville, Alabama: Author.
- Toth, P. (2011). Comparing the NICHD and RATAC Child Forensic Interview Approaches - Do the Differences Matter? *The Link - Official Newsletter of the International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN), 20*(1), 1–8.
- Trentini, M., Silva, D. G. V. da, Bonetti, A., Meirelles, B. H. S., Simão, E., & Sandoval, R. de C. B. (2008). Cuidado de enfermagem as pessoas em condições crônicas: concepção de profissionais de enfermagem recém formados. *Texto & Contexto - Enfermagem, 17*(4), 665–671. doi:10.1590/S0104-07072008000400006
- Von Trotha, T. (2007). Violence. *Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Blackwell Publishing Inc. doi:10.1111/b.9781405124331.2007.x

- Westcott, H. L., & Graham, M. (1996). Sexually abused children's and young people's perspectives on investigative interviews. *British Journal of Social Work*, 26, 451–474.
- Westcott, H. L., & Kynan, S. (2006). Interviewer practice in investigative interviews for suspected child sexual abuse. *Psychology Crime Law*, 4, 367–382.
- Wieviorka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, 9(1).
- Zilber, S. N., & Silva, F. L. da. (2010). Estratégias das grandes empresas para o mercado brasileiro da base da pirâmide. *Economia Global e Gestão*, 15(2), 25–50.

Anexo I: Comprovante de Aprovação pelo Comitê de Ética



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: SISTEMATIZAÇÃO DE MODELOS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NO CONTEXTO DA JUSTIÇA PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pesquisador responsável: Reginaldo Torres Alves Júnior

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “SISTEMATIZAÇÃO DE MODELOS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NO CONTEXTO DA JUSTIÇA PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra “d” e IX.2 letra “c” da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 08 de novembro de 2010.

Debora Diniz
Coordenadora Geral - CEP/IH

Anexo II: Autorização de Reprodução do Processo de Questionamento

RATAC®



Interagency Child Abuse Evaluation & Training Center
2502 10th Avenue South, Minneapolis, MN 55404
612.813.8300 | 612.813.8330 fax
www.cornerhousemn.org

January 13, 2012

Reginaldo Torres Alves Junior
Centro de Referência para Proteção Integral à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência Sexual
1º Vara da Infância e da Juventude / Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SGAN 909 Módulo C - Asa Norte - Brasília (DF) - CEP 70790-090 - Brazil

Dear Mr. Torres Alves Junior:

I am writing to grant you permission to reproduce the CornerHouse Process of Inquiry, as depicted in the attached sample, in your doctoral dissertation. Please ensure that the CornerHouse copyright is displayed.

Should you wish to reproduce the Process of Inquiry in work outside of your doctoral dissertation, please contact us so that we may consider your additional copyright request.

We are happy to support your efforts to prevent and intervene in the cycle of child sexual abuse. We appreciate your efforts on behalf of children and see your work as supporting our vision of a world where children grow up free from abuse.

Please do not hesitate to contact me should you have further questions or requests.

Sincerely,

Miriam
Maples

A small, faint image of a handwritten signature in blue ink, which appears to read "Miriam Maples".

Miriam Maples, M.Ed.
Training Director

Anexo III: Categorias do Primeiro Teste de Codificação Independente

Nature of the Interaction	Phase of the Interview	Code	Definition
Protective Interaction	Developmental Phase - Problem Solving	Advice and Suggestion	Seek and identify noncoercive recommendation for some decision or course of action based on professional knowledge. Designed to encourage or discourage some behavior, attitude, or feeling on the part of the interviewee through the open expression of the interviewer's opinion. A procedure of direct influence. Different from sharing information in that sharing information do not encourage or discourage the expression any direction of response.
Protective Interaction	Problem Exploration Phase	Attending	Demonstrate attentiveness to the interviewee by commenting in ways that follow from what the interviewee is saying. Used for repetitive phrases uttered by the interviewer that seem to serve no purpose in the interview, for example, interviewer seems to say okay a lot. Different from minimal encouragers in that minimal encouragers usually stand alone, attending indicates continuing interest but may precede another question. Use reflection of content / feelings when the utterance seems to be used to indicate attending, but is specific to content reflection of feelings rather than a non-specific or general utterance.
Forensic Interaction	Gathering Details	Blocking expression of feelings	Discouraging feelings from expression. (a) used when the interviewee mentions any kind of feelings earlier, but the interviewer do not addresses these feelings. (b) tend to retreat the emotional content previously said and focus on "who, what, when, where" kinds of response, discouraging further discussion of feelings. (c) "The interviewer does best to convey a middle distance in response to the respondent's feelings, in touch with them, responsive to them, but not overwhelmed by them". (d) The interviewer tries to avoid discussion of emotionally laden material by shifting the focus to a person (or topic) outside the interview.
Forensic Interaction	Gathering Details	Clarification	Mirrors what the interviewee has said but translates it into more familiar language so that it is more understandable; it amplifies without falsifying". "The object of clarification is to bring into sharp focus otherwise vague communication". Interviewer seek clarification when they want to check out their understanding of what the client is saying and/or when they feel the client's thinking and feeling are not clear. Do not use if using "probe" is suitable
Forensic Interaction	Rapport	Clarifying the purpose	When the interviewer explains the purpose of the interview
Forensic Interaction	Gathering Details	Closed question	"Restricts the scope of the answer". Being used when the question seems to restrict the answer to some content area. The answer may give a fact, easy, quick to answer and could be answered with either "yes" or "no".
Natural Interaction		Double question	"More than one question at a time" the answer to the question often lacks specificity as to which question the interviewee is answering.

Nature of the Interaction	Phase of the Interview	Code	Definition
Forensic Interaction	Opening	For the camera	This is used when interviewers say something that is purely bein
Natural Interaction		Garbled question	Unclearly phrased questions. Could be used when the interviewee
Protective Interaction	Developmental Phase – More Problem Solving Interventions	Humor	"It permits the indirect expression of irreverent and impertinent ideas". It permits the open expression of the impermissible. The use of humor allows either the interviewer or the interviewee to present ideas but if they don't go over well the humor allows everyone to 'laugh it off' rather than taking the ideas seriously.
Protective Interaction	Problem Exploration Phase	Indirection and Euphemisms	"Euphemisms are a way of communicating offensive words or ideas in a socially acceptable form". Euphemism, metaphors, and similes soften the threatening nature of the questions, trigger less resistance, and reduce the probability that the interviewee will avoid discussion of certain feelings. Depersonalizing the discussion to approach personal emotional reactions gradually and indirectly. Sensitivity to labeling the latent content versus the manifest as a way to give access to harmful experiences.
Forensic Interaction	Guidelines or Rules	Inducting the interviewee	Telling the interviewee about the process of the forensic interview in order to achieve the purpose of the interview more efficiently. Kind of giving the interviewee the "rules" of how to act or speak as an interviewee in a forensic interview
Protective Interaction	Developmental Phase - Problem-Solving Interventions	Information sharing	When "interviewers provide information that clients need". The information is relevant to the interviewee's issue. Information sharing is neutral. Different from advice and suggestion, it does not provides resources for decision making.
Protective Interaction	Developmental Phase – Problem-Solving Interventions	Interpretation	"the interviewer offers a new frame of reference for a client's consideration. The interviewer relabels the client's comment so that it has a different meaning. Interpretation takes off from the message and includes an inference derived from it, one added by the interviewer. It is what the interviewer heard plus what the interviewer inferred." "Clarification and paraphrase are more descriptive. Interpretation adds explanation. In reflection the worker does not suggest an explanation for the behavior being highlighted and does not go beyond what the interviewee has presented. However, going beyond is the essential feature of interpretation."
Forensic Interaction	Gathering Details	Leading or suggestive question (Lamb 2008's "Suggestive Utterances")	"phrase a question in such a way that leads the interviewee to provide an answer the interviewer desires". Interviewers may formulate a leading question when they have a preconception of what the answer should be or a strong expectation of what the client may say. "A Statment the child is asked to affirm" (Faller, 2007). Assumes details that have not been revealed by the child (Lamb, 2008).
Natural Interaction		meeting greeting seating	

Nature of the Interaction	Phase of the Interview	Code	Definition
Forensic Interaction	Gathering Details	Minimal Encouragers (Lamb 2008's Facilitators)	"short utterances--'gurgles'--with little content that encourage interviewees and reinforce their desire to continue. "The uh-huhs are neutral ambiguous encouragements". "They tell the interviewee little about the interviewer's reactions other than that the worker is interested and acknowledges what the interviewee is saying". Use attending when the interviewer continues talking after the "gurgle" but minimal encourager if it stands alone and the interviewee continues talking.
Forensic Interaction	Gathering Details	Open question (Lamb 2008's Invitations)	"provide...greater freedom and less restriction" "Interviewers use open questions to open up some new, hitherto undiscussed, aspect of the situation". Being used when the question does not seem to restrict the answer to some content area. "Use questions, statements, or imperatives to elicit open-ended free-recall responses from children. Such utterances do not delimit the child's focus except in a general way" (Lamb, 2008).
Forensic Interaction	Transition to Substantive Portion of the Interview	Opening Question (Faller 2007's "Open abuse-related question"; Lamb 2008's "invitations")	The first question that has some sort of relationship to the purpose of the interview. So, not usually the relationship building questions, could be a demographic question, but might not be. It depends on the coder's judgment as to whether the coder believes the interviewer is asking the question to build the relationship or to begin to get at the forensic details necessary to build a case intended to prosecute someone for a crime.
Forensic Interaction	Gathering Details	Option-Posing Utterances (Lamb 2008's)	Focus the child's attention on details or aspects of the account that the child has not previously mentioned, but do not imply that a particular response is expected. They were called "leading" utterances in previous M. Lamb and colleagues studies and involve "yes/no" and "forced-choiced" question when formulated in a way that does not imply the expected response. Needs to be followed by some abuse-related or fact-related answer by the child. NOT ASSUMES ANY DETAIL.
Forensic Interaction	Gathering Details	Paraphrasing (Lamb 2008's Facilitators)	"the interviewer restates the essence of the interviewee's statement, although not exactly so, as an echo". Paraphrasing is a selective restatement of the main ideas that resembles but is not the same as the statement by the client". Content reflection uses same words as the interviewee, paraphrasing uses different words to restate what the interviewee has already said. A well-chosen paraphrase highlights the significant aspects of the client's statements. I thus ensure visibility of the important aspects of the client's communication. If done well, a paraphrase is an unambiguous distillation of the essence of the client's communication. Paraphrasing reflects what the message means to the listener, how the interviewer has received the message.

Nature of the Interaction	Phase of the Interview	Code	Definition
Forensic Interaction	Gathering Details	Probes	Completion probes "point to neglected or inadequately covered content and call on the interviewee to elaborate and fill in omissions". Clarity probes help to get a clearer picture of the situation. Use when the question seems clearly related to a just previously asked question or section of content, so that the probe seems to produce some specific additional or previously unclear detail from the previous question or content area. Probing question direct interviewees in shaping a response. Open-ended questions followed by probes permit interviewees to tell their story in their own way and then help them amplify. Request for further detail. Could focus on interviewee's thinking and feeling and serve to increase emotional depth.
Protective Interaction	Problem Exploration Phase	Reaching for feelings	can be done through "identifying and calling attention to feelings" or "sanctioning" feelings.
Protective Interaction	Problem Exploration Phase	Reflection of content / feeling	"is similar to paraphrase because both procedures feed back to the client the interviewer's perception. They differ in that they focus on different aspects of the communication." "Reflection of feeling elicits from the interviewee feelings about the incident, event, or information being shared" "Having made some decisions about how the interviewee is feeling, the interviewer reflects that emotion in responding to the interviewee." It is selective in that it does not mirror all that the client has said. The interviewer assesses aspects of the interviewee's communication that are most likely to further achievement of the interview's purpose and uses that content in reflection. . . The repetitive comment shows that the interviewer is willing to hear more about a particular topic"
Forensic Interaction	Rapport	Relationship building	Any behavior or utterance that seems aimed at improving the relationship between the interviewer and interviewee in order to support the goals of the interview. Is often used in conjunction with other codes, humor, for instance, or self-disclosure.
Protective Interaction	Developmental Phase – Problem Solving Interventions	Self-disclosure	Interviewers self-disclose when they share information about their personal life and beliefs. But, another group of self-disclosing statements relates to what happens during the interview--when interviewers share information about their feelings and their perceptions of the interviewee's and their behavior" "Interviewer self-disclosure is related to an interviewer's authenticity and genuineness"
Protective Interaction	Developmental Phase – More Problem Solving	Silence	Used whenever the transcriber has typed "pause"
Protective Interaction	Developmental Phase – More Problem-Solving Interventions	Support and reassurance	"Interviewers evidence their support by overt expressions, both verbal and nonverbal, of their understanding, reassurance, concern, sympathy, and encouragement. Showing support includes expressions of praise and appreciation of the client's abilities, qualities, and coping efforts"

Nature of the Interaction	Phase of the Interview	Code	Definition
Forensic Interaction	Closure	Termination technique	May be verbal or nonverbal, a summary is often used; signals the end of the interview is imminent.
		Time	Length of interview
Forensic Interaction	Transition to the Substantive Portion of the Interview	Transitions	when the interviewer decides that "a change in material being discussed is appropriate" Can refer to a change in topic, but also to a change in affect level with a content area or shift in time reference. Making transitions involves "[s]teering messages, road signs that precede transitions" to include interruptions.
Natural Interaction		Why question	A why question demands that the interviewee account for their behavior [or someone else's] in rational terms, but people often really do not know why"

Anexo IV: Categorias Utilizadas no Segundo Teste de Codificação

Independente

Codes	Definitions
Allegation Driven Utterance	A statement or question which includes information available to the interviewer prior to the interview from the allegation or other assessments. Ex.: "I've heard that you talked to [a doctor/ a teacher/ a social worker/ any other professional] at [time/location]." Ex.: "I see [I heard] that you have [marks/ injuries/ bruises] on your _____."
Attending	Demonstrate attentiveness to the interviewee by commenting in ways that follow from what the interviewee is saying. Used for repetitive phrases uttered by the interviewer that seem to serve no purpose in the interview, for example, interviewer seems to say okay a lot. Different from "Minimal Encouragers" in that minimal encouragers usually stand alone. "Attending" indicates continuing interest but may follow another question. Use reflection of content / feelings when the utterance seems to be used to indicate attending, but is specific to content reflection of content or feelings rather than a non-specific or general utterance.
Blocking expression of feelings	Discouraging feelings from expression. (a) Used when the interviewee mentions any kind of feelings earlier, but the interviewer does not address these feelings. (b) Tend to retreat the emotional content previously said and focus on "who, what, when, where" kinds of response, discouraging further discussion of feelings. (c) "The interviewer does best to convey a middle distance in response to the respondent's feelings, in touch with them, responsive to them, but not overwhelmed by them". (d) The interviewer tries to avoid discussion of emotionally laden material by shifting the focus to a person (or topic) outside the interview.
Clarification	Mirrors what the interviewee has said but translates it into more familiar language so that it is more understandable; "it amplifies without falsifying". "The object of clarification is to bring into sharp focus otherwise vague communication". Interviewer seek clarification when they want to check out their understanding of what the child or adolescent is saying and/or when they feel the child or adolescent's thinking and feeling are not clear. Do not use if using "probe" is suitable.
Clarifying the purpose	When the interviewer explains the purpose of the interview. Ex.: "My job is to talk to children" Ex.: "I need to know what happen to you so I can help you and make it stop".
Directive Utterance	Refocus the child's attention on details or aspects of the alleged incident that the child has already mentioned, often using "WH" questions which request additional information about some aspect of the event concerned. Ex.: "What color was that shirt?". Use just if detail addressed was previously mentioned, otherwise it may be a suggestive utterance. (Lamb, 2008)
Double question	More than one question at a time. The answer to the question often lacks specificity as to which question the interviewee is answering.
Garbled question	Unclearly phrased questions. Could be used when the interviewer asks questions that are very difficult to understand.
Humor	It permits the indirect expression of irreverent and impertinent ideas. It permits the open expression of the impermissible. The use of humor allows either the interviewer or the interviewee to present ideas but if they don't go over well the humor allows everyone to 'laugh it off' rather than taking the ideas seriously.
Indirection and Euphemisms	Euphemisms are a way of communicating offensive words or ideas in a socially acceptable form. Euphemism, metaphors, and similes soften the threatening nature of the questions, trigger less resistance, and reduce the probability that the interviewee will avoid discussion of certain feelings. Depersonalizing the discussion to approach personal emotional reactions gradually and indirectly. Sensitivity to labeling the latent content versus the manifest as a way to give access to harmful experiences.
Inducting the interviewee	Telling the interviewee about the process of the forensic interview in order to achieve the purpose of the interview more efficiently. Kind of giving the interviewee the

Codes	Definitions
	<p>"rules" of how to act or speak as an interviewee in a forensic interview. Ex.: "[child's name], now you understand that if I say something incorrect, you need to correct me and tell me what is right." Ex: "[Child's name] thank you for telling me everything that happened to you [title of the event]. In our conversation, it is very important that you tell me every detail about things that have happened to you." Ex: "[child's name], if something has happened to you and you want it to stop, it is Important that you to tell me now." Ex: "When you don't know the answer, just say, 'I don't know', okay, [child's name]?" Ex: "If I say something that is wrong, you should correct me and tell me what's right, okay"</p>
Information sharing	<p>When interviewers provide information that child or adolescents need about the Child Sexual Abuse. The information is relevant to the interviewee's issue. Information sharing is neutral. Different from advice and suggestion, it does not provide resources for decision making. Ex.: "many children have secrets that they do not talk about" Ex.: "I should not be scary because this was not your fault"</p>
Interpretation	<p>The interviewer offers a new frame of reference for a child's consideration. The interviewer labels the child's comment so that it has a different meaning. Interpretation takes off from the message and includes an inference derived from it, one added by the interviewer. It is what the interviewer heard plus what the interviewer inferred. "Clarification and paraphrase are more descriptive. Interpretation adds explanation. In reflection the worker does not suggest an explanation for the behavior being highlighted and does not go beyond what the interviewee has presented. However, going beyond is the essential feature of interpretation."</p>
Invitations	<p>"Use questions, statements, or imperatives to elicit open-ended free-recall responses from children. Such utterances do not delimit the child's focus except in a general way" (Lamb, 2008). Ex: "Tell me everything that happened on [the event]" Ex.: "Is there anything you want to ask me?"</p>
Leading or Suggestive Utterance	<p>Phrase a question in such a way that leads the interviewee to provide an answer the interviewer desires. Interviewers may formulate a leading question when they have a preconception of what the answer should be or a strong expectation of what the child or adolescent may say. "A Statement the child is asked to affirm" (Faller, 2007). Assumes details that have not been revealed by the child (Lamb, 2008).</p>
Minimal Encouragers	<p>Short utterances--'gurgles'--with little content that encourage interviewees and reinforce their desire to continue. The uh-huhs are neutral ambiguous encouragements". "They tell the interviewee little about the interviewer's reactions other than that the worker is interested and acknowledge what the interviewee is saying". Use attending when the interviewer continues talking after the "gurgle" but minimal encourager if it stands alone and the interviewee continues talking.</p>
Paraphrasing	<p>The interviewer restates the essence of the interviewee's statement, although not exactly so, as an echo". Paraphrasing is a selective restatement of the main ideas that resembles but is not the same as the statement by the child or adolescent. Different from "Reflection of Content" that uses same words as the interviewee, "Paraphrasing" uses different words to restate what the interviewee has already said. A well-chosen paraphrase highlights the significant aspects of the child or adolescent's statements. It thus ensures visibility of the important aspects of the child or adolescent's communication. If done well, a paraphrase is an unambiguous distillation of the essence of the child or adolescent's communication. Paraphrasing reflects what the message means to the listener, how the interviewer has received the message.</p>
Probes	<p>A special kind of invitation that point to neglected or inadequately covered content and call on the interviewee to elaborate and fill in omissions". Clarity probes help to get a clearer picture of the situation. Use when the question seems clearly related to a just previously asked question or section of content, so that the probe seems to produce some specific additional or previously unclear detail from the previous question or content area. Probing question direct interviewees in shaping a response. Open-ended questions followed by probes permit interviewees to tell their story in their own way and then help them amplify. Request for further detail. Could focus on interviewee's thinking and feeling and serve to increase emotional depth. Ex: "[child's name], earlier you mentioned [an activity/figure/object]. Tell me everything about [this activity/figure/object] Ex: "[Repeating the activity the child has mentioned and ask:] And then what happened?"</p>

Codes	Definitions
Professional Advice	Seek and identify a not coercive recommendation for some decision or course of action based on professional knowledge. Designed to encourage or discourage some behavior, attitude, or feeling on the part of the interviewee through the open expression of the interviewer's opinion. A procedure of direct influence. Different from sharing information in that sharing information do not encourage or discourage the expression any direction of response.
Reflection of content / feeling	Is similar to paraphrase because both procedures feed back to the child or adolescent the interviewer's perception. They differ in that they focus on different aspects of the communication. "Reflection of feeling elicits from the interviewee feelings about the incident, event, or information being shared". "Having made some decisions about how the interviewee is feeling, the interviewer reflects that emotion in responding to the interviewee." It is selective in that it does not mirror all that the child or adolescent has said. The interviewer assesses aspects of the interviewee's communication that are most likely to further achievement of the interview's purpose and uses that content in reflection. . .The repetitive comment shows that the interviewer is willing to hear more about a particular topic"
Relationship building	Utterance that seems aimed at improving the relationship between the interviewer and interviewee in order to support the goals of the interview. Ex.: "I am glad to meet you today. How are you doing?"
Self-disclosure	Interviewers self-disclose when they share information about their personal life and beliefs. But, another group of self-disclosing statements relates to what happens during the interview--when interviewers share information about their feelings and their perceptions of the interviewee's and their behavior". "Interviewer self-disclosure is related to an interviewer's authenticity and genuineness"
Silence	Used whenever the transcriber has typed "pause"
Support, reassurance and reaching for feelings	Interviewers evidence their support by overt expressions, both verbal and nonverbal, of their understanding, reassurance, concern, sympathy, and encouragement. Showing support includes expressions of praise and appreciation of the child or adolescent's abilities, qualities, and coping efforts. Can also be done through "identifying and calling attention to feelings" or "sanctioning" feelings. Ex: "[child's name], I am worried about you and I want to know if something may have happened to you."
Termination technique	When the interviewer A summary is often used and signals the end of the interview is imminent. Ex.: "What are you going to do after we you leave?" Ex.: "Thank you for sharing with me all that happen to you".
Transitions	When the interviewer decides that "a change in material being discussed is appropriate". MUST CLEARLY REFER to a change in topic, in affect level, in a content area or shift in time reference. Making transitions involves "[s]teering messages, road signs that precede transitions" to include interruptions. Ex: "Now we know each other better, I want to talk about (...)"
Why question	A why question demands that the interviewee account for their behavior [or someone else's] in rational terms, but people often really do not know why"

Anexo V: Categorias Utilizadas no Terceiro Teste de Codificação

Independente

Codes List – English Version	
1.	Informative Utterances: Utterances aimed at sharing information regarding the needs of the interview in a more general way. Code appropriately when the utterances would be specific about the purpose of the interview (see 1.1.) or about the ground rules (see 1.2.). Use when the “information” provided is more general or regarding the prevention issues of the Child Sexual Abuse experience. Do not use when “leading or coercive utterances” are suitable.
1.1.	Regarding the Purpose of the Interview: Utterances aimed at explaining the purpose of the interview.
1.2.	Regarding the Ground Rules: Utterances aimed at telling the interviewee about the process of the forensic interview in order to achieve the purpose of the interview more efficiently. Any utterance that gives the interviewee the “rules” of how to act or speak as an interviewee in a forensic interview.
2.	Support and Relationship Maintenance Utterances: Utterances aimed at improving and maintain the relationship between the interviewer and the child in order to support the goals of the interview: <i>“I am glad to meet you today! How are you doing?”</i> These utterances could also be used when the interviewer shows understanding, concern, sympathy to the child and also encouragement and expressions of praise and appreciation of the child’s abilities, qualities, and coping efforts.
3.	Facilitator Utterances: Utterances like “okay”, “alright” or small gurgles like “Uh-huh” designed to keep the child talking informatively. These codes could also be used to restatements of the child from the previous utterances (like paraphrasing or echoes) when done in a non-suggestive or leading way. Code just if the facilitator stands alone as when it is used just to reflect back the previous utterance by changing the intonation to denote a question. If the interviewer restate the previous utterance from the child followed by specific question, it would be more appropriate to code it either as probing free recall memory or recognition memory utterances;
4.	Probing Free Recall Memory Utterances: The free recall utterance probes the child to rely on his/her own experience to structure the response. Faller (2007) defines free recall as “ <i>memory retrieval processes to general or open questions</i> ”. Memory, in this case, is referred as the conscious, verbal, sequential, narrative description of experienced past experiences (explicit memory). In the case of the free recall, the memory is recollected to general prompts from the interviewer. These utterances probe the child to describe past events in terms of <i>who</i> participated, roughly <i>where</i> something happened, <i>what</i> and <i>when it happened</i> , depending on the cognitive ability of the interviewee. <u>The key to find a correct probing free recall memory utterance is to evaluate if the information provided by the interviewer is not “new”, i.e., it’s related to an issue previously addressed by the child. However, sometimes the probe is not related to what the child has mentioned before, but is an utterance aimed at shift the focus of the conversation on neutral topic not related to the allegation (i.e. “tell me about your school” when nothing about the school was previously mentioned).</u> They could be “narrative invitation”, “focused narrative” and “detail (wh question)”. If none of these three categories apply, this general label could be assigned when used to tap free recall memory from the interviewee.
4.1.	Narrative Invitation: Utterances that encourage the child to talk at length about a topic with a minimal number of questions, topic changes, or input from the interviewer (NCAC, 2012). They invite free recall and narrative and may elicit the child’s idiosyncratic descriptions of events and the use of their own words. These utterances can incorporate different formats like “ <i>describe me ...</i> ”, “ <i>explain how that happened</i> ”, “ <i>what happened next</i> ”, “ <i>tell me everything since the beginning to the end</i> ”. If it provides more information regarding what was previously addressed by the child, it may be a “focused narrative utterance” (ver 4.2.).
4.2.	Focused Narrative: Utterances that uses the same format of the “narrative invitations” while cueing the child to a specific topic (person, location, activity, object, time frame). The objective of the focused narrative utterance is tap free recall memory and gathers as much information as possible, while providing a structure to the conversation. These utterances probe the child to focus

Codes List – English Version	
	on a particular topic that was previously addressed. If the topic of the concern was not previously addressed by the child, it may be necessary coda as an utterance probing the recognition memory (see the “5” codes). It is often used when the interviewer reflects back a portion of the answer provided by the child followed by the focused the topic of interest: “You said the man had messy hair. Tell me more about the messy hair”. The form of the focused narrative utterance can vary. The most common is “tell me about (specific object of interest)”, but can also be “explain me...” or “describe more about...”. Some “WH” questions may be in fact focus narrative requests, for example, “what do you do for fun?” because it frames a reference to tap free recall about that specific event and not an request to fill a missing information that needs further elaboration (NCAC, 2012).
4.3.	Detail (WH Questions): These utterances focus on particular aspects of the to-be-remembered event and typically begin with “what”, “where”, “when”, “who”, “why” or “how” (Saywitz, Lyon & Goodman, 2011). They could also be used to gather contextual and specific details about the child’s experience (Faller, 2007).
5.	Probing Recognition Memory Utterances: The recognition memory utterance probes the child to recollect their experiences when the he or she is presented to one or more information by the interviewer. Memory, in this case, is referred as the conscious, verbal, sequential, narrative description of experienced past experiences (explicit memory). In the case of the recognition memory prompts, the interviewer supplies information to be recognized, evaluated and referred by the interviewee. Saywitz, Lyon & Goodman (2011) define recognition prompts as those when the “interviewers provide choices, and the child picks the correct choice. Hence, the interviewer supplies details that the child merely affirms or denies. Recognition often limits the child’s response to a single word”. The key to find a correct probing recognition memory utterance is to evaluate if the information is “new” since the interviewer is supplying the details to be recognized by the interviewee. They could be “multiple-choice”, “yes/no”, “allegation driven” or “leading or suggestive” utterances. If none of these codes should apply and the utterance probes the child’s recognition memory, this general label may apply.
5.1.	Multiple-Choice Utterances: An utterance that presents alternative responses in order to the child “selects” the “correct” one: “Did it happen on time or more than one time?”
5.2.	Yes/No Utterances: Yes/No questions (NCAC, 2012) can be used to cue the child’s memory about specific information not addressed in the child’s narrative description in a manner that checks whether or not the child actually has information to share: “Did he say anything to you?”
5.3.	Allegation Driven Utterances: A statement or question which includes information available to the interviewer prior to the interview from the allegation or other assessments: “I’ve heard that you talked to [a doctor/ a teacher/ a social worker/ any other professional] at [time/location].” This code should be used just when the utterance is more generic and not addresses specific details about the offender or the offense when these information where not previously mentioned by the child.
5.4.	Leading and Suggestive Utterances: Phrase a question or affirmative in such a way that implies a strong expectation of what the child or adolescent may say. They could be used when the interviewer poses a statement the child is asked to affirm (Faller, 2007) or when the interviewer introduces information about the offense not previously brought by the child.

Anexo VI: Categorias Utilizadas no Quarto Teste de Codificação

Independente

Lista de Categorias – Versão em Português do Brasil	
1.	Eloquções Informativas: Compartilham com a criança informações sobre as necessidades da entrevista de forma geral. Podem ser genéricas ou (codificar apenas “1”) ou específicas sobre o objetivo da entrevista (ver 1.1.) ou sobre as regras básicas (ver 1.2.).
1.1.	Sobre o Objetivo da Entrevista: Explicam o objetivo da entrevista.
1.2.	Sobre as Regras Básicas: Explicam o processo da entrevista com a finalidade de atender os objetivos da entrevista de forma mais eficiente. Fornecem ao entrevistado as “regras” de como agir ou falar em uma entrevista forense.
2.	Eloquções de Apoio e de Manutenção do Relacionamento: Melhoram e mantêm o relacionamento entre o entrevistador e a criança com a finalidade de apoiar os objetivos da entrevista: “ <i>Que bom te conhecer! E aí tudo bem?</i> ” Demonstram compreensão, preocupação e simpatia pela criança. Encorajam-na, elogiam-na e valorizam as habilidades, qualidades e estratégias de enfrentamento da criança. <u>Orientam sobre a prevenção da violência e do abuso sexual.</u>
3.	Eloquções Facilitadoras: Encorajam a criança a continuar a falar de maneira informativa. Podem ser expressas por elocuções tais como: “entendi”, “certo”, “tá bom” ou pequenas articulações vocais tais como “um-hum”. Incluem reformulações das elocuções imediatamente emitidas pela criança (tais como uma paráfrase ou eco) quando realizada de forma não sugestiva ou indutiva. Categorizar apenas se o facilitador ocorre isoladamente e usado apenas para refletir a elocução anterior por meio da mudança da entonação para denotar uma pergunta. Caso o entrevistador reformule a elocução anterior da criança e segue com um questionamento específico, pode ser mais apropriado classificar a elocução ou como exploração da memória evocativa ou da memória de reconhecimento.
4.	Eloquções de Exploração e Sondagem da Memória Evocativa: Mantêm o foco da resposta na própria experiência da criança, com um mínimo de informação nova apresentada pelo entrevistador. Faller (2007) define memória evocativa como “processos de recuperação da memória em decorrência de questões gerais ou abertas”. Memória, neste caso, refere-se à descrição de experiências passadas de forma consciente, verbal e de maneira narrativa e descritiva (memória explícita). Exploram e sondam a narrativa da criança para que ela descreva experiências do passado em termos de <i>quem</i> participou e minimamente <i>onde</i> , <i>o que</i> e <i>quando</i> algo aconteceu, a depender das habilidades cognitivas da criança. <u>A chave para identificar corretamente a exploração da memória evocativa está em avaliar se a fato apresentado na elocução do entrevistador está: (1) relacionado com algum tema anteriormente referido pela criança ou, caso contrário, (2) envolve apenas uma mudança no tópico do diálogo em torno de um tema neutro e não relacionado à denúncia (p.ex. “conta pra mim sobre sua escola” quando nada sobre a escola foi mencionado anteriormente).</u> Podem ser divididas em: “convites à narrativa”, “narrativas focalizadas”, e “detalhamentos (perguntas oq)”.
4.1.	Convite à Narrativa: Encorajam a criança falar mais longamente sobre um tema mediante o uso de um número mínimo de perguntas, mudanças de tópicos, ou informações trazidas pelo entrevistador (NCAC, 2012). Frequentemente eliciam relatos bem particulares da criança sobre os eventos vividos por ela com o uso de suas próprias palavras. Essas elocuções podem ter diferentes formas tais como “ <i>fala para mim</i> ”, “ <i>me explique como aconteceu</i> ”, “ <i>o que aconteceu depois</i> ”, “ <i>me conte tudo desde quando tudo começou até quando tudo terminou</i> ”. Se o entrevistador introduzir mais informações na elocução do que aquelas trazidas que criança, pode ser necessário usar a categoria “elocuções de narrativa focalizada” (ver 4.2.).
4.2.	Narrativa Focalizada: Apresentam o mesmo formato dos “convites à narrativa”, ao mesmo tempo em que sinalizam para a criança tópicos específicos (pessoas, lugares, ações, objetos, período de tempo) para serem elaborados. Incentivam a livre evocação sobre o tema de interesse visando obter um maior número de informação, enquanto ao mesmo tempo fornece um foco para o diálogo.

Lista de Categorias – Versão em Português do Brasil	
	Exploram e sondam a narrativa da criança sobre um tópico particular que foi anteriormente relatado. Se o tópico avaliado não foi previamente informado pela criança, pode ser necessário o classifica-lo como uma elocução de exploração da memória de reconhecimento (ver categorias “5”). É geralmente usada quando o entrevistador reflete de volta uma parte da resposta fornecida pela criança e segue com o tema focal de seu interesse: “Você me contou que o homem tinha um cabelo bagunçado, me fala mais sobre o cabelo bagunçado”. A forma da elocução exploratória da narrativa focalizada pode variar. A mais comum é “me conte sobre (tópico específico de interesse)”. Algumas questões “QOC” podem na realidade ser um pedido de narrativa focalizada, por exemplo, “o que você faz para se divertir” uma vez que se coloca um tema para trazer a livre evocação sobre um evento específico (diversão) ao invés de ser uma solicitação para preencher uma informação ausente que necessita elaboração posterior (NCAC, 2012).
4.3.	Detalhamentos (Perguntas QOC): Focalizam aspectos específicos do evento mencionado anteriormente pela criança e geralmente começam como “o que”, “onde”, “quando”, “quem”, “por que” ou “como” (Saywitz, Lyon & Goodman, 2011). Visam obter informações contextuais e específicas sobre a experiência da criança (Faller, 2007).
5.	Elocuções de Exploração e Sondagem da Memória de Reconhecimento: Exploram e sondam a narrativa da criança mediante a apresentação de uma ou mais informações trazidas pelo entrevistador. Memória, neste caso, refere-se à descrição de experiências passadas de forma consciente, verbal e de maneira narrativa e descritiva (memória explícita). Fornecem as informações que devem ser reconhecidas, avaliadas, e referidas pela criança. Saywitz, Lyon & Goodman (2011) definem as elocuições de reconhecimento como aquelas em que o “entrevistador fornece escolhas e a criança seleciona a escolha correta. Desse modo, o entrevistador fornece detalhes que a criança meramente afirma ou nega. O reconhecimento geralmente limita a resposta da criança a uma única palavra”. A chave para selecionar corretamente as elocuições de memória de reconhecimento é avaliar se a informação é nova, uma vez que o entrevistador está fornecendo detalhes para serem reconhecidos pelo entrevistado. Elas podem ser elocuições de “múltipla-escolha”, “afirmação/negação”, “direcionadas pela alegação” ou “indutivas e sugestivas”.
5.1.	Elocuções de Múltipla Escolha: Apresentam possíveis respostas para que a criança “selecione” a resposta “correta”: “Isso aconteceu uma vez ou mais de uma vez?”
5.2.	Elocuções de Afirmação ou Negação: Sinalizam informações específicas não mencionadas em sua narrativa de forma a se avaliar se a criança tem ou não a informação para compartilhar: “Ele disse alguma coisa para você?”.
5.3.	Elocuções Direcionadas à Alegação: Incluem informações disponíveis ao entrevistador antes da entrevista pelo contato com a denúncia formal ou por meio de outras avaliações: “Eu ouvi dizer que você falou com [o médico/a professora/o assistente social/outro profissional] em [lugar e tempo]”. Essa categoria deve ser usada apenas quando a elocução é mais genérica e não inclui detalhes específicos da autoria e do ato de violência quando essas informações não foram mencionadas anteriormente pela criança, porém podem incluir informações sobre como ocorreu a revelação da violência.
5.4.	Elocuções Indutivas: Incluem informações que não foram previamente fornecidas pela própria criança sobre aspectos específicos da violência e da autoria. Podem abordar aspectos implícitos da violência ou da autoria, porém envolvendo fatos ainda não declarados pela criança. Implicam em uma forte expectativa sobre o que a criança ou adolescente pode dizer em relação às questões da violência e da autoria. Essa categoria deve ser usada quando o entrevistador utiliza afirmações sobre a violência e sobre a autoria e solicita da criança a confirmação ou negação (Faller, 2007).

Anexo VII: Procedimento para a Identificação das Elocuções do Estudo

A definição de “elocução” utilizada no estudo foi baseada nos estudos de linguística (He, 2001; Laver, 2001). Uma elocução representa os “atos de fala” dos entrevistadores e dos entrevistados e representam um *fluxo contínuo do discurso*, que são delimitados por pausas e interrupções (Laver, 2001). Para Laver (2001) as elocuções representam eventos fonéticos emitidos de forma relativamente contínua, intercalados com pausas, também relativamente bem definidas, que servem como limites naturais para as unidades de organização discurso. De acordo com esse autor, uma elocução pode ser identificada de duas formas: (1) como um “ato de fala” contendo o fluxo expressivo de um participante do diálogo que mantém a narrativa até ser interrompido por um “ato de fala” do outro participante do diálogo ou (2) como um “ato de fala” ou o fluxo expressivo de um indivíduo em que é possível identificar um começo, meio e fim, delimitados por períodos de silêncio ou por pequenas pausas. Mantivemos cada elocução em uma linha do texto com a finalidade de facilitar a identificação das nossas “citações”, conforme recomendação especializada (Friese, 2012).

Os seguintes procedimentos operacionais foram adotados para a seleção das elocuções nas transcrições:

- “Quebrávamos” um parágrafo grande em diversos parágrafos pequenos, cada um em uma linha, mediante a verificação dos pontos finais, das vírgulas, dos sinais de interrogação e interjeição, “dois pontos”, reticências; as conjunções “que” e os textos em que transcritor digitou “pausa” ou “silêncio”.

- Pequenas elocuições, tais como: “OK”, “tá bom”, “um-hum”, “certo”, “entendi”, “sim”, “não” foram mantidas em linhas separadas, pois criamos códigos específicos para essas elocuições (Elocuições Facilitadoras);
- Separamos os parágrafos que poderiam ser alvo de mais uma codificação, de modo a destacar o texto passível de análise.

Após a seleção das elocuições em linhas, foi realizada a avaliação da adequação das sentenças como afirmativas, exclamativas, ou interrogativas, uma vez que o sistema de codificação de entrevista desenvolvido diferenciava as afirmações de das perguntas e nem sempre o transcritor registrou adequadamente a natureza da sentença. O exemplo a seguir demonstra o processo de modificação da transcrição original que resultou nos documentos finais preparados para a análise das entrevistas.

Exemplo de Documento Primário com transcrição original

- L1. *EST Mariana: ela ficou falando pra você não inventar história...*
 L2. *Alexia: aham. Aí eu peguei e falei bem assim “mas é verdade aí teve um te...depo...depois de algum tempo, alguns minutos, algumas horas ela come...ela acreditou por que ela ela lembrou que eu tinha perguntado pra ela sobre esse negócio de pedofilia, como foi a aula dela por que ela chegou pra minha tia falando que aprendeu tal tal isso aí eu peguei e toquei no assunto com ela..*

Nota: L1=linha 1; L2=linha 2; etc.

Exemplo de Documento Primário adaptado para o estudo

- L1. *EST Mariana: ela ficou falando pra você não inventar história?*
 L2. *Alexia: aham.*
 L3. *Alexia: Aí eu peguei e falei bem assim...*
 L4. *Alexia: “mas é verdade aí teve um te...”*
 L5. *Alexia: depo...depois de algum tempo, alguns minutos, algumas horas ela come...*
 L6. *Alexia: ela acreditou*
 L7. *Alexia: por que ela ela lembrou que*

L8. *Alexia: eu tinha perguntado pra ela sobre esse negócio de pedofilia*

L9. *Alexia: como foi a aula dela*

L10. *Alexia: por que ela chegou pra minha tia falando*

L11. *Alexia: que aprendeu tal tal*

L12. *Alexia: isso aí eu peguei e toquei no assunto com ela...*

No exemplo, transformamos as reticências digitadas pelo transcritor em um sinal de interrogação, em função do contexto, e separamos em diversas linhas a elocução da criança, que originalmente estava em apenas uma linha. Esta decisão foi justificada porque não queríamos nos limitar pelas escolhas feitas pelo transcritor, em detrimento da análise, além da inviabilidade de checar o áudio novamente para orientar a decisão.

É importante reconhecer que o esforço de preparação da amostra final foi um *aprendizado* decorrente do percurso do estudo que viabilizou a criação do sistema de codificação utilizado. Esse processo foi construído a partir de quatro rodadas de codificação independente e de reuniões de consenso. A separação detalhada das elocuições teve como principal ganho metodológico, a melhoria dos índices de concordâncias.